

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA - ISP
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



DO LATIFÚNDIO À REFORMA AGRÁRIA: A diversidade social na construção do território – o caso do Projeto de Assentamento Santa Alice – Herval/RS.

MARIA DA GRAÇA DE OLIVEIRA SOARES

Pelotas, 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA DA GRAÇA DE OLIVEIRA SOARES

DO LATIFÚNDIO À REFORMA AGRÁRIA: A diversidade social na construção do território – o caso do Projeto de Assentamento Santa Alice – Herval/RS.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Giancarla Salamoni

Pelotas, 2009

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Giancarla Salamoni - orientadora

Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto ISP/UFPeI

Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra FAEM/UFPeI

Prof. Dra. Jussara Mantelli – ICHI/FURG

Prof. Dra. Carmem Rejane Flôres Wizniewsky GCC/UFMS - Suplente

RESUMO

O objetivo principal desta dissertação foi analisar, a partir de um estudo de caso realizado no Projeto de Assentamento Santa Alice - Herval/RS, as implicações que a diversidade étnico-cultural e as diferentes trajetórias de vida e de trabalho dos assentados acarretam no processo de formação de uma rede de cooperação capaz de impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico do assentamento, tendo em vista a proposta de emancipação do assentamento por parte do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos, resultantes da Reforma Agrária – PAC. O estudo, no seu arcabouço teórico, encontra-se dividido em duas partes, a primeira apresenta o perfil dos assentados e a importância da diversidade no processo de sociabilidade e reorganização do território modificado pela reforma agrária. A segunda parte analisa o desenvolvimento do Santa Alice a partir da implantação do PAC, demonstrando a nova configuração territorial produzida pelo assentamento rural. Os procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa partiram da utilização de dois levantamentos quantitativos os quais permitiram traçar o perfil sócio-econômico das famílias assentadas e, posteriormente, um estudo qualitativo que procurou aprofundar temas ligados à trajetória de vida dos assentados e suas expectativas para o futuro. Dessa maneira, foi possível, estabelecer a importância de se considerar a diversidade encontrada entre as famílias assentadas, bem como, a sua influência no processo de desenvolvimento nos assentamentos da reforma agrária.

Palavras-chave: Reforma Agrária, assentamento rural, diversidade, desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

This dissertation aimed at analyzing, with basis on a case study carried out at the Santa Alice Settlement Project – Herval/RS, the implications that the ethnic-cultural diversity and the settlers different trajectories of life and work caused in the formation process of a cooperation network that is able to promote the socio-economic development of the settlement taking into account the settlement emancipation proposal made by the Program of Consolidation and Emancipation (Self-Sufficiency) of Settlements resulting from the Agrarian Reform - PAC. The study, in its theoretical framework, is divided in two parts: the first one presents the profile of the settlers and the importance of diversity in the process of sociability and reorganization of the territory modified by the agrarian reform. The second part analyses the development of the Santa Alice from the creation of the PAC, showing the new territorial configuration produced by the rural settlement. The methodological procedures used by the study were based on two quantitative surveys that made it possible to draw the socio-economic profile of the settled families and, after that, a qualitative study that aimed at going deeper into topics concerning the life trajectory of the settlers and their future expectations. By doing this, it was possible to set the importance of considering the diversity found among the settled families, as well as its influence in the development process of the agrarian reform settlements.

Key-words: Agrarian reform, rural settlement, diversity, territorial developmen

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| 1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL..... | 17 |
| 1.1 A reforma agrária no Rio Grande do Sul..... | 23 |
| 1.2 O Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária – PAC..... | 27 |
| 1.2 O contexto empírico: o perfil sócio-produtivo do Assentamento Santa Alice - Herval – RS..... | 32 |
| 2 DIVERSIDADE: A MARCA DOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NA ZONA SUL DO RS..... | 42 |
| 2.1 Do acampamento ao assentamento: conflito e coesão como forma de socialização..... | 44 |
| 2.2 Individual ou coletivo: Identidade em construção..... | 49 |
| 2.3 Diversidade étnica e classe social: influência nas relações sociais..... | 59 |
| 2.4 Estigma e a formação de redes sociais: rumo ao estabelecimento de estratégias de reciprocidade..... | 63 |
| 3 DA DIVERSIDADE SOCIAL AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL..... | 71 |
| 3.1 Formação de capital social e desenvolvimento..... | 79 |
| 3.2 Do ideal ao real: O papel dos mediadores no desenvolvimento dos assentamentos..... | 85 |
| 3.3 Agroecologia como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável..... | 91 |
| 3.4 Assentamento Santa Alice: uma tentativa de transformação do território capitalista em território camponês..... | 95 |

| | |
|----------------------------------|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 102 |
| REFERÊNCIAS..... | 106 |
| ANEXOS..... | 110 |

INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil é um tema controverso, há quem defenda sua importância como um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico do país, e quem diga que o momento dessa reforma já passou e que hoje não contribuiria economicamente, de forma efetiva, no processo de transformações pelo qual vem passando o espaço agrário brasileiro. O fato é que ela vem ocorrendo em todo o território brasileiro, levando-o a novas configurações econômicas, sociais, políticas e culturais.

No Rio Grande do Sul, a reforma agrária caracteriza-se como uma política pública responsável pelo deslocamento e assentamento de famílias, provenientes em sua maioria da região noroeste, para as regiões localizadas ao sul do Estado. Sendo assim, esse território construído historicamente, principalmente pela presença do latifúndio, tem se fragmentado a partir da implantação dos assentamentos realizados pelo INCRA¹, que busca organizá-los com base na agricultura familiar².

Desde a década de 80, o latifúndio vem dando lugar aos assentamentos e a região sul vem recebendo um incremento populacional que demanda não só a terra para viver e trabalhar, mas também, investimentos em infra-estrutura produtiva e social por parte dos governos federal, estadual e municipal.

Nesse panorama de mudanças é possível identificar diversos projetos governamentais que objetivaram investir nos assentamentos para promover seu desenvolvimento, mas que não obtiveram o sucesso esperado por não estarem em consonância com o perfil deste grupo social, portanto, não atendendo suas reais necessidades. Tais projetos tiveram profundos reflexos no comportamento de seus beneficiários, conduzindo e determinando condutas reativas e estratégicas que, por

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

² Segundo relatório elaborado pela FAO/INCRA (1994) as principais características que distinguem o modelo de agricultura familiar do modelo patronal são que no familiar “o trabalho e a gestão estão diretamente relacionados, o processo produtivo é diversificado e a sua direção é assegurada diretamente pelos proprietários, o trabalho assalariado é complementar, as decisões são imediatas e adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo, a tomada de decisões “in loco” e condicionada pelas especificidades do processo produtivo e ainda há ênfase na durabilidade dos recursos naturais, na qualidade da vida e no uso de insumos internos”. Contrapondo este modelo o relatório aponta as características do modelo patronal que é a “completa separação entre gestão e trabalho, organização centralizada, dando ênfase na especialização e em práticas agrícolas padronizáveis, trabalho assalariado predominante, tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de terreno e de momento e voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra e, por fim, a pesada dependência de insumos comprados”.

vezes, estimularam disputas internas, influenciando no estabelecimento de relações mais ou menos conflituosas entre os assentados.

Uma característica importante a ser observada no perfil dos assentamentos é a composição heterogênea deste grupo social, são diversas etnias, culturas, trajetórias sociais e projetos de vida convivendo repentinamente em um mesmo espaço geográfico. Essa realidade parece nunca ter sido levada em conta pelos diversos programas que se propuseram a impulsionar o desenvolvimento dos assentamentos.

Considerando esse contexto, o presente trabalho propõe realizar uma análise sobre um programa de desenvolvimento, financiado pelo BID³ e executado pelo INCRA, denominado PAC⁴, que foi implementado em um projeto de assentamento rural resultado do processo de reforma agrária no município de Herval – RS, denominado P. A⁵. Santa Alice. Tal análise pretende considerar as ações do programa junto a um grupo social com características bem diversificadas entre si, qual seja, os assentados do Santa Alice.

O PAC é um programa que se apresenta com algumas peculiaridades que o diferencia dos demais, pois, define-se como um programa capaz de mudar a realidade do assentamento a ponto de poder emancipá-lo da gestão do INCRA. Pretende-se analisar o funcionamento das principais ações do referido programa junto a um grupo social com atributos bem diversos entre si, buscando, com isso, identificar se existe uma consonância entre os objetivos do programa e os dos beneficiários.

Deve-se destacar que o espaço geográfico dos assentamentos rurais é resultado de uma complexa interação entre diversas culturas, etnias e trajetória de vida dos assentados, bem como, dos aspectos sócio-econômicos e ambientais de seu entorno.

A categoria “sem-terra” traz em si uma tendência à homogeneização de um grupo social que, do ponto de vista interno, encontra-se marcado por singularidades. Cada indivíduo que está encoberto por esse rótulo carrega consigo um projeto de vida, perspectivas de futuro diferenciadas e que, na maioria das vezes, vêm

³ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁴ Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária

⁵ Projeto de Assentamento (P.A.) é a denominação utilizada pelo INCRA para todo o assentamento que ainda não está consolidado.

orientadas pelo ideal de reproduzir um modo de vida referenciado em um mundo com características tradicionais. Tais características norteiam a tentativa dos assentados, quando instalados no novo território, por em prática o projeto camponês⁶. Portanto, a análise da dimensão da diversidade social busca romper com a homogeneidade aparente que essa categoria impõe quando uniformiza um grupo social com características tão distintas.

Tendo em vista esta suposta uniformidade, as políticas públicas propostas pelo Estado, visando desenvolver os assentamentos, têm determinado um enquadramento dos assentados dentro de um perfil coletivista, ou seja, tem condicionado esse grupo social ao trabalho coletivo. Os recursos monetários e os bens materiais devem ser adquiridos e utilizados coletivamente como se todas as famílias tivessem um mesmo objetivo de vida e um entrosamento tal, que tornasse possível o desenvolvimento de atividades coletivas sem que disso resultassem graves conflitos.

De uma maneira geral, os assentados são estimulados a estabelecer um modo de vida e de trabalho coletivo pelos dois lados: pelos programas de governo que acessam e pelo MST⁷, movimento que os organiza e que mantém em muitos assentamentos uma forte influência na organização e constituição destes. O ponto de convergência entre esses dois mediadores da reforma agrária é o trabalho grupal ou coletivo, porém, cada um com seus objetivos. O MST com o objetivo⁸ de despertar a consciência de classe trabalhadora nos assentados para que lutem pela transformação da sociedade, e, os programas de governo com o objetivo de tornar os investimentos viáveis economicamente e assim reintegrar ao sistema capitalista os que, segundo sua concepção, estão excluídos dele.

O PAC é um desses programas, que em nome do desenvolvimento dos assentamentos e buscando dar uma resposta a sociedade quanto ao êxito econômico da reforma agrária, também utiliza como referencial a lógica do coletivo. Para colocá-lo em prática os assentados foram levados a constituir uma associação

⁶ Segundo Wanderley(1989) o projeto camponês está referenciado na concepção de “trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence”, esse conceito será melhor trabalhado no decorrer dessa dissertação.

⁷ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

⁸ Segundo o MST, a sociedade capitalista é injusta, desigual e excludente e na medida em que os excluídos tomam ciência da situação em que se encontram, desperta a consciência de classe e assim poderá lutar para transformar a sociedade, tornando-a mais justa e igualitária. Os objetivos do MST constam em seu site oficial que apresenta farta documentação sobre este movimento, inclusive suas resoluções definidas em congressos nacionais, o endereço é <http://www.mst.org.br/mst/index.html>.

denominada São Roque, na qual todas as famílias deveriam fazer parte. Segundo o INCRA, somente através de uma associação é que seria possível acessar e gerenciar os recursos previstos para execução das ações⁹ de infra-estrutura social e produtiva, previstas no plano de desenvolvimento do assentamento.

Praticamente todas essas ações são coletivas, exigindo um grau de organização e solidariedade bastante expressivo e consolidado entre as famílias, bem como, com a sociedade local. Contudo, o PAC não leva em consideração um fator que tem se demonstrado muito importante e de difícil superação para que seja possível essa integração, é o fato de o rótulo de sem terra carregar consigo um estigma¹⁰ negativo, ou seja, a sociedade local costuma vê-los de forma negativa evitando o convívio.

O Programa estimula a construção de redes sociais que integrem as famílias no território, mas que, também, a partir do trabalho coletivo possa gerar renda suficiente para que as famílias sejam capazes de se estabelecerem definitivamente como agricultores familiares, independentes do INCRA. Isso significa dizer que as famílias devem se integrar ao mercado capitalista, fundamentalmente.

Porém, deve-se ressaltar que as famílias constroem suas próprias redes e muitas vezes independentes de objetivos e normas dos programas que recebem, pois estão orientadas pelo seu hábitus¹¹ proveniente do modo de vida que levavam antes de pertencerem a um movimento organizado que luta por acesso terra e por direitos sociais. O importante é compreender como essas redes se estabelecem naturalmente, quais são seus princípios de unidade, solidariedade, cooperação e oposição entre seus membros e que lógica rege a conformação dessas.

Neste contexto, tem-se a seguinte questão central: Quais as implicações que a diversidade/heterogeneidade deste grupo social acarreta na formação de uma

⁹ As ações previstas foram: construções de uma agroindústria, da casa do mel, da brinquedoteca, do centro comunitário, redes de água, do escritório da associação para uso coletivo, melhoria nas habitações, na rede de energia elétrica e nas estradas internas ao assentamento. Bem como investimento em produção: recebimento de mudas de frutíferas para o desenvolvimento da fruticultura, do calcário para melhoria dos solos, mudas de acácia e eucalipto para o reflorestamento e sementes para a realização da adubação verde. Estas ações constam no PCA - Plano de Consolidação do Assentamento Santa Alice – Herval RS. Brasília – 2002 – 93 p. O PCA foi elaborado por uma equipe técnica contratada pelo INCRA para, junto com os assentados, construir um plano de desenvolvimento para a efetivação do PAC.

¹⁰ O conceito de estigma será utilizado de acordo com o entendimento de Erving Goffman (1988) e encontra-se desenvolvido no capítulo dois.

¹¹ O conceito de “hábitus” utilizado nesse trabalho é o elaborado por Pierre Bourdieu (2006) e será desenvolvido no capítulo três.

rede de cooperação que impulse o desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos, proposto pelo PAC?

Esta questão passa a ter maior relevância quando se considera os objetivos do PAC, quais sejam: os de emancipação e integração do assentamento ao segmento da agricultura familiar.

No contato com a realidade, foi possível perceber que na tentativa de construção dessa rede social, os laços de solidariedade e cooperação nem sempre foram possíveis, muitos conflitos ocorreram nesse período inicial de implantação do Programa. A coesão foi rompida sempre que os objetivos coletivos não coadunavam com os interesses particulares.

Na busca pela compreensão dos processos sociais ocorridos dentro dos assentamentos, que possam levar a um melhor entendimento sobre o fenômeno da diversidade/heterogeneidade identificados, empiricamente, neste grupo social e que, paralelamente torne possível entender as relações travadas entre os assentados e a população local, o Santa Alice é o assentamento que mais tem condições de responder a este objetivo. Por tratar-se do primeiro assentamento que recebeu o PAC no Rio Grande do Sul, servindo como “projeto piloto” para o programa e exigindo do assentamento um grau de organização e de articulação interna, assim como com as entidades locais, mais efetivo do que em todos os outros assentamentos.

Tendo em vista essa realidade complexa, foram formuladas cinco hipóteses que buscaram responder a problemática descrita até aqui. A primeira diz que o contexto empírico do Santa Alice tem demonstrado que este assentamento é formado por um grupo social muito diverso, ou seja, esse grupo é composto por diversas etnias, culturas e trajetórias de vida e trabalho bem distintas umas das outras. E, estas características têm influenciado na promoção de conflitos dificultando a constituição de uma rede de cooperação coesa entre os assentados, bem como, entre estes e a sociedade local.

A segunda hipótese abarca um dos elementos fundamentais para os objetivos do PAC, que é a integração dos assentados no novo território. Para tanto, o referido programa estimulou a constituição de uma rede social mais fortalecida a partir da participação dos assentados em espaços de poder do município, tais como conselhos de agricultura, de saúde, de educação, entre outros. Também, estimulou o estabelecimento de um convênio com a Prefeitura Municipal de Herval visando a

sua colaboração em algumas ações do PAC. Essas ações costumam ajudar na superação do estranhamento entre os recém chegados ao território e os já estabelecidos ali anteriormente, porém, não são suficientes por atingir uma parcela pequena de pessoas que se propõem a uma participação de caráter mais político nesses espaços.

A terceira hipótese diz respeito à emancipação de um assentamento, esse fator traz consigo elementos que demonstram, a partir do desenvolvimento econômico e social, a sua auto-suficiência enquanto produtores familiares. Sendo assim, os empreendimentos produtivos de utilização coletiva estabelecidos pelo PAC devem auxiliar na geração de renda para que as famílias se mantenham independentes da tutela do Estado.

A quarta hipótese trata dos equipamentos comunitários construídos no Santa Alice, estes estão destinados a realização de cursos de capacitação, reuniões e para o lazer. Porém, podem cumprir um papel muito importante na socialização dos assentados por se tratarem de espaços que proporcionam a convivência entre as famílias, fortalecendo a rede social construída através e pelo Programa.

E, a quinta e última hipótese, aborda a relação existente entre os mediadores da reforma agrária e os assentados, pois são agentes que possuem um importante papel no desenvolvimento dos assentamentos, podem ajudar a dirimir conflitos e impasses que vão surgindo na interação dos grupos sociais. Para tanto, é preciso que eles conheçam profundamente o perfil do grupo, as condições sociais e políticas nas quais estão inseridos, seus projetos de vida e perspectivas individuais de futuro.

Tendo em vista a problemática e as hipóteses expostas acima, buscou-se compreender a realidade existente no Santa Alice através desse estudo que teve como objetivo principal analisar as implicações que a diversidade étnica, cultural e a trajetória de vida e de trabalho dos assentados acarretam no processo de formação de uma rede de cooperação capaz de impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico do Santa Alice, tendo em vista o objetivo de emancipação do assentamento por parte do PAC.

Já como objetivos específicos, o estudo buscou analisar a influência do perfil sócio-econômico diversificado dos assentados na geração dos conflitos que dificultam a coesão na conformação de uma rede de cooperação no Santa Alice; identificar as formas de inserção dos assentados nos espaços de discussão e decisões do município (conselhos, instituições, partidos); analisar a contribuição dos

empreendimentos produtivos instalados no Assentamento, enquanto alternativas de geração de renda capazes de conduzir à autonomia das famílias e sua emancipação perante o INCRA; avaliar a contribuição dos equipamentos comunitários (centro comunitário e brinquedoteca) criados pelo PAC, para a consolidação do laços sociais entre os assentados e analisar o papel desempenhado pelos mediadores (assistência técnica, INCRA, lideranças do MST e do Assentamento) na implantação do PAC.

Para tanto, no que concerne a metodologia utilizada, o estudo utilizou dois métodos de pesquisa em dois momentos diferentes. Na primeira etapa foram utilizados dados de dois levantamentos de campo, de caráter quantitativo, realizados no assentamento Santa Alice, localizado no município de Herval – RS, em dois momentos distintos e aos quais o INCRA denominou de “Perfil de entrada e Perfil de saída¹²” para o PAC, a saber:

- A primeira coleta de dados foi realizada em janeiro e fevereiro de 2003, seu objetivo foi traçar um perfil sócio-econômico dos assentados para subsidiar a equipe técnica, contratada para assessorar a implantação do PAC.
- A segunda coleta foi realizada no período de setembro a novembro de 2006, também pela equipe de assistência técnica, tendo como objetivo traçar novamente o perfil sócio-econômico dos assentados para, com isso, compararem a realidade existente em 2003 (antes do PAC) com a realidade de 2006 (após a implantação do referido programa).

Trata-se de entrevistas estruturadas contendo perguntas fechadas e abertas, aplicadas para todos os assentados cadastrados no INCRA, lote a lote. Esse material encontrava-se disponível e sem análise de seus dados, portanto, o INCRA cedeu o material para utilização neste estudo. Os resultados das entrevistas foram digitados em um programa denominado SPSS¹³, vindo a compor um banco de dados que possibilitou não só o perfil dos assentados, mas também o mapeamento do espaço social em que vivem.

Foram coletados junto aos assentados informações como, idade, escolaridade, sexo, renda, composição familiar, mão de obra disponível para o trabalho no lote, origem étnica, naturalidade, tipo de atividade profissional exercida

¹² Os dados desses dois levantamentos estão apresentados em forma de tabelas nos anexos desse estudo.

¹³ **SPSS** - **S**tatistical **P**ackage for the **S**ocial **S**ciences - pacote estatístico para as ciências sociais. É um software aplicativo (programa de computador) do tipo científico.

antes do assentamento, bem como, dados sobre ao acesso e qualidade da saúde e educação, sobre a produção vegetal e animal no lote, sobre a existência de infraestrutura social e produtiva no assentamento.

Em uma segunda etapa, foram realizadas sete entrevistas de caráter qualitativo, seis delas com um roteiro¹⁴ semi-estruturado aplicado através de conversa orientada por perguntas abertas com o propósito de não cercear a fala dos entrevistados e possibilitar que discorressem livremente sobre o tema.

O referido roteiro conteve tópicos que procuraram aprofundar temas ligados às trajetórias de vida dos assentados, antes e depois do assentamento, possibilitando que falassem livremente sobre suas histórias de vida, tais como: onde moravam, como viviam, o que os motivou a entrar na luta por terra, como foi o período de acampamentos, como foi a chegada no assentamento, como é a vida de assentado e quais expectativas para o futuro.

Na apresentação dos relatos, procurou-se preservar a identidade dos entrevistados. Para tanto, usou-se nomes fictícios, ou seja, os nomes que aparecem para designar o entrevistado não são verdadeiros.

A outra entrevista foi realizada com a representante da assistência técnica e se tratou, especificamente, sobre o andamento dos projetos realizados pelo PAC, ou seja, como estão se desenvolvendo e como os grupos estão atuando nos projetos de geração de renda.

Nesta segunda etapa, as entrevistas realizadas foram gravadas, transcritas e analisadas levando em consideração as observações anotadas no caderno de campo, bem como, o levantamento fotográfico que revelou o contexto daquele momento.

A partir desse procedimento, buscou-se o conhecimento sobre as histórias de vida, trajetória e estratégias organizativas utilizadas pelos assentados, tanto interna como externamente ao assentamento, compreendendo os aspectos simbólicos em relação ao cotidiano, bem como, suas visões de mundo e projetos futuros.

Para tanto, buscou-se na acepção de Wanderley (1989) o entendimento do que significa a

construção de um projeto camponês¹⁵, qual seja “o de trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence”. Nesse caso, nem sempre a propriedade terra.

Diante disso, a escolha do método qualitativo permitiu aprofundar significativamente o conhecimento acerca do problema de pesquisa, na medida em que a realidade, por sua complexibilidade, vai além da possibilidade de interpretação imediata. As entrevistas de caráter qualitativo proporcionaram o acesso a informações que os dados estatísticos não revelaram.

Autores como Minayo (1994) apontam que trabalhar com dados qualitativos privilegia a busca dos significados das ações humanas. Tendo em vista o objeto de estudo proposto, que é compreender os fatos, seus significados e sua influência em uma determinada realidade e de forma mais aprofundada possível, a realização de uma etapa qualitativa é de suma importância para o êxito do estudo.

Um aspecto importante a ser destacado dentro do processo metodológico é a inserção desta pesquisadora no contexto estudado, através da atuação profissional em dois períodos distintos, participando, inclusive na implantação do PAC no Santa Alice. Esse fator proporcionou uma convivência prolongada com os assentados no seu dia a dia, oportunizando a observação participante da forma como se relacionam no cotidiano e dos contornos que foram dando ao território destinado à reforma agrária. Esses contornos foram ganhando diversas faces, a política, a social, a econômica, a multicultural e como elas foram construindo e humanizando o território.

O fato de ter atuado em dois momentos distintos no Santa Alice, permitiu observar o cotidiano das famílias em momentos diferenciados. Esse fato possibilitou a constatação do desenvolvimento do assentamento antes e depois do PAC. Também, proporcionou o conhecimento de fatores que não apareceram na fala dos entrevistados, pois são informações relacionadas às intenções e visões de mundo que somente a convivência cotidiana é capaz de captar, como também, ações empreendidas em determinados momentos são capazes de revelar.

Desta maneira, este estudo traz muito dessa experiência e conhecimento da realidade em questão e, portanto, também uma constante vigilância para que

¹⁵ Para esse estudo, buscou-se diferenciar a agricultura familiar da camponesa, ou seja, agricultura familiar é um conceito que permite a análise da organização sócio-produtiva das unidades familiares. Já o conceito de campesinato é utilizado na perspectiva da construção da identidade camponesa que envolve questões extra-econômicas e referenciadas na visão de Wanderley (1989).

elementos importantes não passem despercebidos ou, ao contrário, elementos de importância menor tomem proporções inadequadas a este estudo.

Outro elemento que deve ser destacado é a utilização de vários documentos oficiais, relatórios de estudos ambientais, plano de desenvolvimento e diagnósticos sócio-econômicos como fonte de pesquisa. Tais documentos informaram sobre a reforma agrária, sobre o Santa Alice e sobre o PAC e foram obtidos nos sites de órgãos governamentais ou diretamente no INCRA. Esses documentos estão devidamente mencionados e referenciados no decorrer da dissertação.

Este estudo está dividido em três partes. Essa primeira parte introdutória que apresenta a problemática, os objetivos, as hipóteses e a metodologia, ou seja, todos os elementos que compõem e dão o norteamento para a realização deste trabalho. A segunda parte está composta pelos capítulos que contêm a base teórica do estudo, estando integrados a este embasamento os dados quantitativos e qualitativos levantados pela pesquisa e que vão sendo confrontados com o aporte teórico, no sentido de confirmar ou refutar as hipóteses estabelecidas a priori. Os referidos capítulos estão organizados da seguinte maneira:

O primeiro capítulo trata da questão agrária no Brasil e no Rio Grande do Sul, contextualizando historicamente a problemática. Apresenta, ainda, uma descrição do assentamento Santa Alice, situando o recorte espacial deste estudo e, por último, uma descrição detalhada do que é e como funciona o PAC.

O segundo capítulo analisa o perfil dos assentados do Santa Alice por meio das temáticas da diversidade étnica, cultural e trajetória de vida e trabalho dos mesmos, destacando estes elementos como importante fatores a serem considerado pelos programas de desenvolvimento destinados à reforma agrária. Aborda, também, a formação da identidade e a importância desse elemento no processo de sociabilidade e reorganização do território modificado pelo processo de reforma agrária.

O terceiro capítulo analisa o desenvolvimento do Santa Alice a partir do aporte teórico sugerido pelo PAC, ou seja, aquele que entende o desenvolvimento na sua integralidade, nomeadamente o desenvolvimento sustentável e especificamente, sua aplicabilidade junto ao assentamento. Versa sobre a configuração que o território ocupado pelo Santa Alice assumiu, demonstrando que não se transformou no espaço socialista pretendido pelo MST e nem no espaço de inserção ao capitalismo, conforme a intenção do programas públicos de estímulo ao

desenvolvimento do assentamento. Por último, as considerações finais, onde consta uma reflexão sobre os resultados da investigação proposta para esse trabalho.

A quarta e última parte está composta pelos anexos que apresentam mapas localizando a área de estudo, imagem de satélite do Santa Alice e fotografias que registram o cotidiano das famílias, demonstrando a diversidade étnica existente e a infra-estrutura social e produtiva disponível no assentamento. E, por fim, os dados apresentados em forma de tabelas, de dois levantamentos quantitativos que foram realizados em momento anterior ao desenvolvimento desta pesquisa, mas que possibilitam a compreensão do perfil sócio-econômico do Assentamento Santa Alice.

1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A questão agrária no Brasil é marcada por uma trajetória de concentração da terra, expropriação e resistência dos trabalhadores rurais, e muito se tem discutido sobre o tema. Considerando os principais pressupostos apontados por vários autores é possível verificar que essa questão é resultante do processo histórico brasileiro, que se sedimentou na grande propriedade da terra e na implementação de um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente, vivenciado até hoje. Configura-se, portanto, como um problema estrutural da nossa sociedade.

Isso quer dizer, que a questão agrária é histórica e também socialmente construída, ou seja, assume diferentes significados e configurações ao longo do tempo e emerge na luta de grupos sociais organizados, que expõem a realidade do campo e reivindicam cidadania por meio do acesso à terra.

Martins (1990) destaca as diferentes “definições, interpretações e soluções” para essa questão. Segundo ele, “a questão agrária, justamente por ser uma questão política, está entre aquelas reformas cuja definição depende da conjuntura histórica e da estrutura de Estado que dessa conjuntura decorrem” (MARTINS,1990, p. 51).

A terra no Brasil, desde os tempos mais remotos, sempre esteve marcada pelo poder do latifúndio e pelos desdobramentos desta realidade, como a exclusão e a violência. A concentração da terra ao lado da violência praticada pelos proprietários contra os trabalhadores constituiu-se na principal forma de manter o poder latifundiário.

Esta concentração é resultado do modelo econômico de desenvolvimento adotado pelo Brasil, centrado na grande propriedade da terra e na agricultura voltada às necessidades do mercado externo¹⁶. Frente a essa realidade, a agricultura de subsistência, de caráter familiar, voltou-se para atender o mercado interno, atuando às margens da grande propriedade e sendo praticada pelos excluídos do sistema de *plantation*¹⁷. Esses ocupavam terras, geralmente, mais distantes e inadequadas do

¹⁶ Caio Prado Jr. desenvolve este tema em sua obra denominada História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense, 1945, 364p. O autor analisa as características estruturais da sociedade brasileira.

¹⁷ A *plantation* (também chamada de sistema de *plantation*) é um tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação, implantada na forma de latifúndios e utilização de mão-de-obra escrava. Foi utilizado na colonização da América, principalmente no cultivo de gêneros tropicais destinados a abastecer a metrópole colonial.

ponto de vista topográfico e edáfico para o desenvolvimento das atividades agrícolas de exportação, ficando nelas até serem novamente expulsos.

Há de se considerar, antes de tudo, o processo de constituição do capitalismo no país. Como analisa Martins em *O Poder do Atraso* (1999), no Brasil, diferentemente de outras sociedades, o capitalismo surgiu das elites oligárquicas e não de uma nova classe, com novos projetos, se opondo a classe antecessora. O que ocorreu, foi um pacto modernizante entre a antiga e a nova elite, esta oriunda também da oligarquia rural.

Assim sendo, o capitalismo no Brasil teve como base a propriedade privada da terra e isso gerou como consequência a manutenção, com uma nova roupagem, das antigas elites e de seu projeto de desenvolvimento.

As bases do novo modelo econômico – o capitalismo – surgiram com a criação, em 1850, da Lei de Terras, que instituiu juridicamente a propriedade privada da terra, limitando o seu acesso por meio da compra e não mais pela posse, o que trouxe a legitimação da grande propriedade como forma de ocupação do território.

São vários os autores que analisam o significado da Lei de Terras no Brasil. Entre eles Graziano da Silva, quando alerta que essa lei significou a afirmação do domínio político dos grandes proprietários,

[...] por detrás da Lei de Terras, está a afirmação do poder político dos grandes proprietários. [] A Lei de Terras significou, na prática, a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o acesso à terra a vastos setores da população. Ao mesmo tempo, criava condições para que esse contingente estivesse disponível para as necessidades do capital. É sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processarão as transformações capitalistas no Brasil, cujo centro será sempre o privilégio da grande propriedade territorial. (GRAZIANO DA SILVA, 1978, p. 30)

Martins, no mesmo sentido, afirma que:

[...] “A Lei de Terras, de 1850, já teve um caráter ambigualmente conservador, o que mostra que, no fundo, os grandes proprietários de terra foram paulatinamente constituindo e reforçando seu poder. É que a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força-de-trabalho das grandes fazendas”. (MARTINS, 1999, p. 76)

Portanto, com origens no latifúndio e na política de exportação, este modelo é responsável pelo surgimento de uma grande massa de trabalhadores excluídos do campo e demandantes por terra para trabalhar, os sem terra (MARTINS, 2003).

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou seja, no seu processo de expansão e concentração da riqueza, bem como, da equivalente ampliação da miséria e exclusão, geraram-se movimentos de resistência, na luta contra a expropriação e proletarização do homem do campo¹⁸. Esses movimentos de resistência foram, em muitos casos, o primeiro passo em direção a uma luta maior; a luta pela terra e pela reforma agrária, trazendo à tona as contradições do modelo capitalista e o questionamento da ordem instituída.

A luta pela terra, como aponta Fernandes (1999), é uma ação desenvolvida pelos camponeses para reivindicar direitos de acesso a terra e resistir contra a expropriação. Dessa ação, se originaram as pressões pela realização da reforma agrária, envolvendo não apenas os trabalhadores, mas também diferentes instituições¹⁹. Nessa perspectiva, a reforma agrária é uma resposta possível à questão agrária do país, ou seja, uma política pública capaz de reorganizar uma estrutura fundiária tão concentrada, permitindo o acesso de trabalhadores à terra, garantindo-lhes a reprodução social.

Há de se ter em mente que a luta pela terra é uma só e que se mantém ao longo da história, embora tenha incorporado no seu decorrer novas demandas como necessidade de financiamentos (crédito rural), assistência técnica e outras. Cabe salientar, que sua essência permanece, ou seja, a luta contra o latifúndio e contra a proletarização do homem do campo.

Trazendo a questão para o âmbito institucional, verifica-se que na luta pela reforma agrária podem concorrer vários projetos entre si, representados por diferentes atores sociais, com o intuito de melhor responder, ou manter, a problemática fundiária. Neste processo, os atores envolvidos na luta pela terra ao longo da história, vêm conferindo uma dinâmica diferenciada no trato dessa problemática.

¹⁸ Movimentos como Canudos, fim do século XIX, no sertão da Bahia; Contestado, início de século XX, no interior de Santa Catarina e as Ligas Camponesas, meado dos anos 50, no Nordeste.

¹⁹ Instituições religiosas, sindicais e partidárias. Este ponto será abordado com mais profundidade logo a seguir, neste texto.

Do final dos anos 50 até meados da década de 60, a questão agrária e a bandeira da reforma agrária ganharam dimensão nacional, saindo da escala local, como um problema inerente aos atores nela envolvidos, e tornando-se tema de discussão em diversas esferas como a econômica, a política, a social e a acadêmica. A reforma agrária se transforma, a partir daquele momento, numa questão política, despontando no cenário nacional o movimento das ligas camponesas, grupo social organizado em sindicatos e associações civis, que passou a disputar, inclusive com o Estado, um projeto de modernização para o país.

A luta camponesa preconizava, em linhas gerais, a distribuição de terras pela via da desapropriação dos latifúndios e a extensão dos direitos trabalhistas ao campo. Nesse período, diversas forças sociais disputaram a mobilização e a organização do campesinato, concorrendo entre si vários projetos de reforma agrária. Destacam-se os projetos do PCB, das Igrejas, das Ligas Camponesas e, posteriormente, dos sindicatos rurais.

Em 1964, com o Golpe Militar, instaura-se no Brasil um período de grande repressão aos movimentos sociais: as Ligas foram duramente reprimidas; o PCB foi cassado e retornou à clandestinidade; a ação sindical sofreu um duplo movimento, ao mesmo tempo em que foi reprimida e muitos sindicatos foram fechados, também foi consentida pelo novo governo com o intuito de adequar os sindicatos às suas novas propostas.

O golpe militar foi um arranjo político entre as esferas dominantes no país: os militares e os senhores de terras, juntamente com o grande capital. Esta conjunção de forças só foi possível, como aponta Martins, porque,

[...] diferentemente do que ocorreu em outras sociedades, não havia, na elite, uma classe antagônica suficientemente forte e consciente de seus interesses e de suas oposições, como uma burguesia industrial ou simplesmente uma burguesia moderna, oposta aos interesses do latifúndio, que pudesse levar adiante reformas sociais que não afetassem opções políticas e ideológicas fundamentais". (MARTINS, 1999, p.74)

O regime militar, ainda em resposta à ação dos movimentos sociais, criou uma legislação para o campo. O Estatuto da Terra, criado em 1964, foi o primeiro instrumento legal de reforma agrária implementado no país, tornando-se referência das

lutas futuras, para afirmá-lo ou negá-lo. Este instrumento se insere no conjunto de reformas modernizadoras do novo governo.

O Estatuto da Terra trazia um projeto de desenvolvimento para a agricultura, com a modernização do latifúndio, que era visto por todas as esferas como um entrave para a industrialização e o desenvolvimento do país e trouxe também, a definição jurídica e política das categorias de propriedade da terra²⁰ existentes. A criação do Estatuto foi entendida, por alguns setores da sociedade, como a forma encontrada pelo governo para neutralizar os conflitos de terra, com a apropriação da demanda dos grupos organizados por reforma agrária, porém, redefinindo-a com a roupagem da institucionalidade.

Nos anos 70, intensifica-se a ação do Estado na direção da modernização do campo, processo que veio ocorrendo paulatinamente com o pós-guerra. Com a articulação entre agricultura e indústria, gerou-se um excedente de mão-de-obra no campo. Essa fase da modernização tem o seu auge com a integração de capitais, ou seja, a presença do capital industrial e financeiro na agricultura, aliado aos grandes e médios proprietários rurais.

A modernização da agricultura ocorrida no período, também conhecida como “revolução verde”, estimulou o uso intensivo de tecnologias que visavam à transformação do setor agrícola, visto como atrasado em relação aos segmentos urbano-industriais. Dentre as inovações difundidas, estava o uso de insumos químicos, de máquinas e equipamentos, melhoramento genético vegetal e animal. São inúmeros os estudos que procuram retratar e analisar o processo de modernização da agricultura e, independentemente da abordagem ser de cunho econômico, político ou social, todos ressaltam o seu caráter concentrador e excludente. Isso ocorreu, porque o desenvolvimento centrou-se apenas na modernização tecnológica do setor agrícola, a qual manteve inalterada a estrutura fundiária do país e alterou as relações sociais de trabalho, com a expansão do assalariamento no campo.

²⁰ Segundo o Estatuto da Terra - LEI N. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964 - as categorias de propriedade da terra são classificadas como: “Propriedade Familiar, Minifúndio e Latifúndio”. Informações a respeito deste tema são encontradas no site <http://www.incra.gov.br/arquivos/0159200529.pdf>

Por outro lado, como conseqüência do processo modernizador, identifica-se um movimento de expulsão do homem do campo que vem ocorrendo paulatinamente e se intensificando nas décadas mais recentes. Essa realidade determinou a mudança do perfil da distribuição espacial da população no país, que deixou de ter maior concentração no campo, passando a predominar um maior contingente populacional nas cidades.

Com o fim do regime militar, a bandeira da reforma agrária voltou à ordem do dia enquanto demanda por terra e reflexão sobre a realidade do campo. O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) nasceu nos anos 80 no Sul do país, ganhando notoriedade uma década depois, com um projeto de desenvolvimento para o Brasil, estruturado a partir do fim do latifúndio. Através do enfrentamento direto com o Estado, reivindica o acesso à terra para aqueles que nela trabalham.

Brenneisen (2002) destaca os fatores mais importantes que contribuíram na reorganização da luta pela terra nesse momento. Segundo ela,

[...] pelo menos três fatores concorreram para a reorganização da luta pela terra neste período. Um deles foi o apoio dado à organização por setores progressista das igrejas Católica e Luterana. A atuação desses setores emprestou ao futuro do MST características político-religiosas, elementos marcantes nos primeiros anos de sua organização, e com o movimento sindical rural, através de um eficiente trabalho de articulação política, transformou a luta pela terra em um movimento de caráter nacional. Outro fator que contribui para a emergência do MST foi a própria política de modernização da agricultura adotada pelos governos militares (nos anos 70), que concentrou ainda mais a terra expropriando milhares de proprietários agrícolas, arrendatários e assalariados do campo. Adicionou-se ainda o contexto político da época, de redemocratização, que ofereceu as condições objetivas para a organização popular e a emergência dos movimentos sociais urbanos e rurais. (BRENNEISEN, 2002 p. 117).

O movimento surgiu com o apoio da ala progressista da Igreja, sobretudo da católica com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), havendo, posteriormente, um crescente afastamento. Em 1985, institucionalizou-se como organização independente e civil. Atualmente, o MST é referência de luta e mobilização, porém, esse movimento é resultado do amadurecimento de uma trajetória de luta no campo, que contou, sobretudo, com as Ligas Camponesas e com a ação sindical, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Nesse quadro em que se configurava uma grande pressão sobre a questão da terra, o tema reforma agrária reapareceu no cenário brasileiro como uma política pública, buscando minimizar os graves problemas no campo e a pressão exercida pelo MST. Frente à ação do movimento, que mostrava um grau crescente de organização e de mobilização da sociedade em torno da bandeira da reforma agrária, o Estado não conseguiu e não ficou alheio às demandas postas. Começaram, então, a surgir uma série de iniciativas governamentais em relação à questão agrária, e quanto mais se intensificava a luta por terra, mais intensas foram essas iniciativas.

Sendo assim, a política de reforma agrária passou a ter por base ações que promovem a reordenação fundiária, dando acesso à terra aos trabalhadores rurais que não a possuem ou que dispõem de áreas exíguas para o desenvolvimento de sua atividade produtiva, como no caso dos filhos de pequenos agricultores familiares que, para garantir sua manutenção na atividade agrícola e sua reprodução social como produtores familiares, são obrigados a ingressar na luta pela terra. (SPAROVEK, 2003).

Como resposta do Estado a uma questão de fundamental importância para o desenvolvimento lato senso, e especificamente na sua face rural, mas também como resposta à pressão do MST, que multiplicou intensamente o número de ocupações em todo o país, começou, então, o processo de assentamento dos trabalhadores rurais sem terra, que não se dá de forma tranqüila. A resistência de setores comprometidos com o a manutenção do latifúndio é grande, muitos conflitos e muitas lutas têm ocorrido desde então.

1.1 A reforma agrária no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, Estado onde nasceu o MST, o processo da reforma agrária também sofreu resistência por parte dos latifundiários e outros segmentos comprometidos com o caráter concentrador do capital.

Brose (1999), ao tratar sobre a formação da pobreza no Rio Grande do Sul, divide o Estado em duas grandes regiões, a metade sul e a metade norte. Observa que, historicamente, a metade sul se constituiu com uma estrutura fundiária de grandes

propriedades e a metade norte pela agricultura familiar. Dessa forma, partindo do modo diferenciado de ocupação da terra, o referido autor diz que:

[...] a metade sul e a metade norte apresentam hoje situações bastante diversas, o que está correlacionado ao bimodalismo existente também em muitas outras áreas do país: a marcante delimitação entre os dois principais modelos de produção agropecuária, o familiar e o patronal. Devido às formas diferenciadas de ocupação e uso da terra, dos sistemas produtivos, das características culturais, de padrões de fecundidade e da ocupação da mão-de-obra – principalmente nos últimos 150 anos – verifica-se fortes contrastes entre as duas regiões: o desenvolvimento econômico e social dos municípios na metade norte, a estagnação na metade sul. (BROSE, 1999, p. 23)

Sendo assim, a metade sul, em especial a zona sul tornou-se um dos principais alvos de pressão do MST para a implementação da reforma agrária. Desde a década de 80 esta região vem recebendo famílias, proveniente de outras regiões do estado, através da política de reforma agrária dos governos federal e estadual.

Segundo mapa divulgado pelo do GRAC²¹, é possível verificar que alguns dos municípios que estão inseridos na zona sul, como Arroio Grande, Bagé, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Hulha Negra, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Piratini, receberam cerca de 130 assentamentos nas últimas duas década e meia.

Desta forma, vem ocorrendo um grande deslocamento de famílias, na sua maioria oriundas do noroeste do Estado, para a região. São famílias provenientes de uma organização produtiva bem distinta da encontrada na região de destino, algumas delas com trajetórias pelos centros urbanos, onde trabalharam como empregados de indústrias ou em atividades domésticas, no caso das mulheres. Sendo assim, ao observar tamanha heterogeneidade nestes grupos sociais, é possível constatar a convivência entre culturas (origem étnica, valores e tradições), experiências de vida e trabalho bem distintas umas das outras.

²¹ GRAC – Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo, órgão vinculado a Secretaria Estadual da Agricultura do Rio Grande do Sul, divulgou pela internet um mapa do Estado contendo todos os assentamentos realizados pelos Governos Federal/INCRA, Estadual/GRAC e os realizados em conjunto INCRA/GRAC. O referido mapa esta na página:

http://www.grac.rs.gov.br/pdf/Mp_Municip.pdf sob o título de “Mapa dos Assentamentos no Rio Grande do Sul”. Dados retirados do SIPRA/INCRA - Versão: 13/03/2003. Cópia deste mapa está nos anexos deste documento (ver figura 1).

Ressalta-se que o assentamento de famílias onde não há infra-estrutura e investimentos voltados para a produção não resolveu totalmente o problema desse grupo social. É preciso reorganizar o território que, historicamente, foi construído a partir da criação de gado e da produção de arroz, sob moldes patronais, à prática da agricultura familiar, com características de produção agrícola diversificada.

Nesse contexto, o Governo Federal, implantou o Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária - PAC²². Esse programa é resultado de um acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

O PAC visa desenvolver e implantar um sistema para consolidação dos assentamentos, proporcionando a independência desses em relação ao INCRA e integrando-os ao segmento da agricultura familiar, alcançando a sustentabilidade econômica e ambiental, bem como a estabilidade social das famílias assentadas.

Segundo o INCRA, o programa se destina aos assentamentos da reforma agrária com, no mínimo cinquenta famílias, criados entre os anos de 1986 e 1998, localizados nos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, esse Programa foi implantado como primeira experiência em 2003, no município de Herval, envolvendo cerca de 70 famílias assentadas no Santa Alice. Foram disponibilizados recursos financeiros, por parte do BID, na ordem de um milhão de reais destinados à elaboração e execução de um plano de consolidação do assentamento.

O PAC dotou o assentamento de infra-estrutura social e produtiva, assistência técnica e treinamento dos agricultores assentados, procurando melhorar as condições de vida das famílias visando aperfeiçoar e consolidar o assentamento econômica e socialmente.

Ressalta-se que para o desenvolvimento e êxito de uma proposta com essas diretrizes, é preciso que exista coesão social interna e ações colaborativas externas ao

²² As informações e objetivos deste programa encontram-se no capítulo primeiro deste trabalho e também estão divulgados no site do INCRA, link Projetos e Programas. <http://www.incra.gov.br/>

assentamento, pois o programa requer a participação das famílias assentadas na tomada de decisões dos investimentos e na articulação com diversos segmentos sociais e políticos do município em que o assentamento está inserido.

Um dos elementos importantes do PAC é a parceria estabelecida entre o assentamento, através de sua Associação²³ constituída para a execução do programa, com a Prefeitura de Herval, bem como, a colaboração dos sindicatos, entidades e órgãos de assistência técnica do município. Desta forma, é possível perceber o quanto se faz necessária a existência de redes colaborativas na condução do programa.

Nesse contexto, tal qual Bombardi (2004) fez em seu estudo sobre a formação de um bairro denominado Reforma Agrária, no interior de São Paulo, compreender a trajetória de vida e trabalho das famílias, anterior ao seu assentamento, se mostra muito necessária. Isso ocorre na medida em que se toma a consciência da influência que essa trajetória pode ter na conduta adotada para a construção do novo território. Estes fatores que influenciam a conduta das pessoas estão inscritos em suas memórias, e ao acessá-las é possível chegar a um rico arcabouço que permite formular uma análise e uma interpretação mais consistente da realidade presente. Bombardi diz que:

[...] os depoimentos dos sujeitos, o resgate de suas memórias, são instrumentos valiosos no entendimento de como se constitui uma unidade territorial. Assim importa saber qual era a expectativa dessas pessoas, quem eram essas pessoas que foram “escolhidas” e foram para o Bairro (Reforma Agrária), como viam o novo “espaço”, como passaram a experienciá-lo e vivenciá-lo, que valores estavam em jogo, enfim, de que forma (com base em quê) construíram suas próprias unidades territoriais (sítios). [...] a trajetória anterior das famílias compõe um arcabouço orientador da maneira de ver a própria vida e o mundo. (evidentemente associada a classe social, mas não apenas), as expectativas com relação ao futuro, o modo de enxergar e se relacionar com a natureza e com os próprios cultivos, a relação com o mercado e com outras classes sociais, enfim, tudo aquilo que dirige o procedimento humano durante a existência. Este arcabouço tem suas bases fixas na memória e esta se torna, portanto, uma fonte valiosa de informações sobre a conduta adotada na construção de uma nova fração do território, neste caso, de uma unidade territorial própria [...] (BOMBARDI, 2004, p. 122).

Compreender a realidade complexa dos assentados, partindo da constatação da existência dessa diversidade étnica, cultural e de trajetórias de vida e trabalho, levando em consideração a influência que esses elementos possuem para o desenvolvimento do Santa Alice, são os objetivos deste estudo.

²³ A Associação São Roque foi constituída, pelos assentados do Santa Alice, em 2002, por imposição do PAC.

1.2 O Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária - PAC²⁴

Esse programa é o resultado de um acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mediante o Contrato de Empréstimo 1248 OC/BR, assinado no dia 07/12/2000. Destina-se aos assentamentos da Reforma Agrária com, no mínimo, 50 famílias, criados entre os anos 1986 e 1998, localizados nos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Os assentamentos que integram o Programa são indicados pelas respectivas Superintendências Estaduais do INCRA, com base nos critérios definidos no Regulamento Operativo do PAC. O objetivo principal é o de desenvolver e implantar um sistema para consolidação dos assentamentos resultantes da reforma agrária no Brasil, visando alcançar sua independência com relação ao INCRA e o fortalecimento das famílias assentadas enquanto agricultores (as) familiares, proporcionando a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como sua estabilidade social e conquista da cidadania. Noutras palavras, este programa vai ajudar os/as assentados/as a se tornarem agricultores ou agricultoras familiares independentes, tornando-o/as dono/as de sua própria vida.

O PAC tem como objetivos específicos: aperfeiçoar os procedimentos de consolidação de assentamentos da Reforma Agrária utilizados pelo INCRA, melhorando sua capacidade institucional; acelerar o processo de desenvolvimento sustentável das famílias assentadas por meio da realização de investimentos em infra-estrutura social e produtiva, do apoio técnico/organizacional e da melhoria da capacidade produtiva; fortalecer a organização e participação das famílias assentadas – homens, mulheres, jovens e idosos/as – nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas pelo PAC, visando a conquista e consolidação de sua autonomia, enquanto pessoas e como agricultores/as familiares e

²⁴ Este material que especifica detalhadamente o que é o PAC pode ser encontrado na página da internet <http://www.cifers.t5.com.br/pac.htm>. O Programa foi reproduzido do referido site na íntegra com a finalidade de dar ao leitor a dimensão exata do que é o programa, como ele funciona, quem o elaborou e quem o operacionaliza. Desta forma, também, torna mais claro e permite comparação entre realidade e a crítica feita neste trabalho.

criar as condições sociais, ambientais, técnicas e econômicas que assegurem um nível mínimo de renda das famílias assentadas, possibilitando melhores condições de vida no assentamento.

Segundo o documento oficial que trata do Programa, um assentamento está consolidado quando atinge as condições de sustentabilidade social, econômica e ambiental, conta com o apoio institucional local e as famílias assentadas adquirem a capacidade de “caminhar com as próprias pernas.” Ou seja, elas têm assegurado o atendimento de suas necessidades básicas quanto à educação, saúde, moradia, saneamento básico, condições de produção, estradas e demais serviços essenciais para uma vida digna no assentamento e conquistaram sua autonomia enquanto agricultores/as familiares, com capacidade para buscar o acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar (crédito, assistência técnica, preço mínimo, etc.) e aos demais direitos sociais (saúde, educação, lazer moradia, previdência social, etc.).

A execução do PAC é feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através da Unidade Executora do Programa (UEP) e da Unidade Técnica Estadual (UTE), em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA. A administração dos recursos financeiros e execução das obras, ações e serviços são de responsabilidade das famílias assentadas por meio das Organizações Comunitárias existente no assentamento. Os resultados esperados são: um modelo de consolidação dos assentamentos descentralizado, ágil, organizado e eficiente, devidamente testado e aprovado; 75 projetos de assentamento da reforma agrária consolidados, envolvendo cerca de 10 mil famílias; renda líquida por família assentada equivalente a dois salários mínimos mensais, a partir do terceiro ano do Programa e estender o Programa para todos os assentamentos em condições de se consolidar no País.

O programa irá atuar de forma a aperfeiçoar o processo de consolidação dos Projetos assentamento de reforma agrária através de: formulação de Planos de Consolidação de Assentamento – PCAs com a participação ativa das famílias assentadas que detalham todas as ações necessárias para o desenvolvimento e a consolidação do assentamento; implantação de investimentos complementares em infra-estrutura social, econômica, ambiental; garantia, durante três anos, de assistência

social e técnica, capacitação das famílias assentadas e apoio para o acesso ao crédito rural, disponibilizado pelo PRONAF e fortalecimento da organização e participação ativa das famílias assentadas nas tomadas de decisão, no planejamento das ações, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas pelo PAC, sendo esse o eixo central do Programa. Essa estratégia deverá minimizar o envolvimento do INCRA e focar a autonomia das famílias assentadas com o apoio das municipalidades e demais parceiros locais.

Através da celebração de Convênio de Execução, as partes envolvidas - Associação de Assentados, Município e INCRA - se comprometem com a implementação integrada do Plano de Consolidação, tendo cada um suas responsabilidades específicas. O prazo máximo de execução dos PCAs - Planos de Consolidação dos Assentamentos é de três anos.

Cabe ressaltar que a associação de assentados tem participação ativa já desde a elaboração do PCA definindo em conjunto com a equipe técnica as ações e Projetos a serem financiados pelo PAC no assentamento. É a responsável direta pela gestão/administração dos recursos financeiros e execução das obras, ações e serviços financiados pelo Programa, bem como pela gestão coletiva dos mesmos, em comum acordo com as Unidades Técnicas Estaduais. Ela também deverá assumir parte ou a totalidade da contrapartida local de no mínimo 10%, prevista no contrato de empréstimo, a ser paga em dinheiro ou prestação de serviços, com exceção das obras de cunho social relativas à educação e saúde, cuja responsabilidade constitucional é do Município.

Quanto à assistência técnica, os próprios beneficiários deverão dar contrapartida de 10% e 20% do montante investido, no segundo e terceiro ano do Programa, respectivamente, e de 30% no quarto ano, em caso de prorrogação do Programa por mais um ano.

As prefeituras municipais têm seu engajamento iniciado já na elaboração do PCA. Cabe ao município a operacionalização e manutenção de obras e serviços nas áreas de educação, saúde e saneamento, além de estradas, articulada com as Associações de Assentados e com a Coordenação Nacional do PAC, por meio das Unidades Técnicas Estaduais.

Da mesma forma, de acordo com suas atribuições constitucionais, é também de responsabilidade do município o pagamento da contrapartida de no mínimo 10% das obras sociais (educação e saúde), podendo, eventualmente, assumir parte da contrapartida local de outras obras, prevista no contrato de empréstimo, definida em comum acordo com as organizações das famílias assentadas. Por outro lado, o INCRA é responsável pelo repasse dos recursos e fiscalização de seu uso, devendo apoiar e/ou orientar sobre a execução das obras, ações e serviços previstos no PCA, por meio das Unidades Técnicas Estaduais.

Quanto aos recursos do Programa, esses totalizam US\$ 85 milhões, dos quais US\$ 51 milhões provêm de empréstimo do BID e o restante do Governo Federal.

Poderão ser programados nos Planos recursos totais do Programa que correspondam à multiplicação do número de famílias do assentamento por até US\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos dólares). Nesses valores deverão estar incluídos os custos da Assistência Técnica (até US\$ 1.400,00 por família) e da Capacitação (até US\$ 360,00 por família). O referido programa financia, a saber:

1. Obras e ações quanto à produção, infra-estrutura básica, áreas social e ambiental

- Construção e conservação de estradas internas do assentamento;
- Sistemas elétricos – linha tronco, distribuição e ampliação da potência que permita a melhoria da atividade produtiva;
- Saneamento básico – sistemas de abastecimento de água, açudes, poços e cisternas, drenagem, coleta e tratamento de lixo, proteção de nascentes, módulos sanitários;
- Melhoria habitacional (até US\$ 200,00 por família);
- Obras e equipamentos de cunho social – escolas; postos de saúde; creches; centros comunitários, dentre outros;
- Obras de apoio produtivo coletivo (armazéns, silos, pequenas agroindústrias, depósitos e outras edificações) e equipamentos comunitários de apoio à produção de caráter coletivo (estes em até 80% do valor financiado pelo Banco);

- Capacidade produtiva dos solos – recuperação e conservação de solos; adubação corretiva (análise, calagem, fosfatagem e adubação verde);
- Gestão ambiental – reflorestamentos, sistemas agroflorestais, proteção e manejo de reservas, manejo florestal, educação ambiental, licenciamento, etc;
- Irrigação – captação e aproximação coletiva de água para irrigação;
- Demarcação topográfica – complementação de serviços de topografia e demarcação, caso exista alguma pendência.

2. Assistência Técnica, Social e Ambiental – é exclusiva durante os 3 anos de vigência do Programa no assentamento. A equipe técnica deverá ser composta, no mínimo, de um/a agrônomo/a, um/a técnico/a de nível superior da área social com experiência em organização (sociólogo/a, antropólogo/a, assistente social, pedagogo/a, etc.), e outros técnicos/as – em função do número de famílias – e um/a auxiliar administrativo. Poderão ainda ser contratados técnico/as especializado/as para assistência por um tempo determinado (no máximo seis meses), de acordo com a necessidade específica programada no PCA. A contratação desses serviços de pessoa jurídica (empresa privada, Organização Não Governamental – ONG, Cooperativa de Trabalho, etc.) será feita pela Associação dos Assentados.

3. Capacitação – participação das famílias assentadas em cursos, treinamentos, estágios, viagens de troca de experiências e outros eventos nas áreas de produção, gestão, direitos sociais e outros, totalmente financiado pelo PAC, sendo dispensada a contrapartida da comunidade.

Cabe ressaltar que o PAC não financia: insumos e equipamentos para produção (adubos, sementes, defensivos, animais de criação, currais e cercas, máquinas e equipamentos agrícolas, vacas mecânicas e alambiques) estes deverão ser negociados pelo Crédito Rural PRONAF. Há gestões do Programa para assegurar o acesso a essa linha oficial de crédito às famílias assentadas beneficiadas pelo PAC; Ainda habitações individuais, terrenos, ambulâncias, unidades médicas-odontológicas móveis, veículos motorizados, dentre outros.

1.3 O contexto empírico: O perfil sócio-produtivo do Assentamento Santa Alice – Herval – RS.

O recorte territorial deste estudo de caso está localizado no município de Herval²⁵, zona sul do Estado do Rio Grande do Sul e denomina-se Santa Alice²⁶. Atualmente com 76²⁷ famílias, é um dos maiores e mais antigos assentamentos, entre outros 10²⁸ estabelecidos no município, integrantes do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

Segundo o banco de dados do ITEPA²⁹ (2007), o município de Herval tem 7.753 mil habitantes, dos quais 68,94% estão situados na zona urbana e 31,6% na zona rural. Há predominância da grande propriedade que tem na pecuária extensiva sua maior fonte de renda e, secundariamente, a produção de arroz.

O município de Herval (figura 2) está localizado a aproximadamente 390 km de Porto Alegre. No que se refere à divisão fisiográfica do Estado, o município enquadra-se na região da Serra do Sudeste (Fortes, 1979). Limita-se ao norte com Pedras Altas, Piratini e Pinheiro Machado, a leste com Pedro Osório e Arroio Grande, ao sul com Jaguarão e a oeste com a República Oriental do Uruguai. As principais vias de acesso ao município são as BR 473 e a RS 608 essa última não pavimentada.

A área do Assentamento, objeto da pesquisa, situa-se a cerca de 40 km da zona urbana de Herval e a 30 km da cidade de Pedro Osório. Encontra-se próximo a outros assentamentos como o São Virgílio, o Nova Herval, o Santa Rita de Cássia, o Santa Rita III, o Terra do Sol e o Vista Alegre. O acesso ao Santa Alice é feito por vias sem pavimentação que apresentam péssimas condições de tráfego. Em dias de chuva o Assentamento fica isolado, pois o rio que cruza a área costuma transbordar, cobrindo a ponte³⁰ e impedindo totalmente o acesso a Pedro Osório. Já o acesso a Herval fica impedido em função do barro que se forma na estrada, dificultando o tráfego de

²⁵ A figura 2 dos anexos destaca o município de Herval no mapa do Rio Grande do Sul.

²⁶ A figura 5 mostra a imagem de satélite do Assentamento Santa Alice.

²⁷ Segundo consta na RB – Relação de Beneficiários, cadastro de controle do INCRA sobre o número de famílias que estão no assentamento.

²⁸ Dados obtidos através do mapa da reforma agrária, disponibilizado pelo GRAC (ver figura 1 dos anexos).

²⁹ Dados retirados do site <http://www.ucpel.tche.br/itepa/bcodedados.php>

³⁰ A fotografia 1 dos anexos deste trabalho demonstra esta realidade.

veículos. Esses fatores tornam o Assentamento vulnerável, tanto no que diz respeito ao escoamento da produção como na circulação das pessoas.

O Santa Alice foi estabelecido pelo INCRA, em 1995, mais precisamente no dia 18 de maio, data em que as famílias chegaram e, ainda na madrugada, instalaram-se no novo território. Santa Alice é o nome da antiga fazenda, desapropriada em 30 de novembro de 1994, sendo essa a denominação oficial do Assentamento no INCRA. Nos dados oficiais do Gabinete de Reforma Agrária, consta o dia 24 de abril como data de criação do assentamento, porém, para os assentados, é 18 de maio. As famílias denominam o assentamento de. 18 de Maio, pois relacionam com a data de chegada ao local. É comum os assentados não utilizarem os nomes das antigas fazendas, normalmente eles batizam a terra tão sonhada com outros nomes que simbolizam a sua luta pela terra ou a data de chegada no local.

O Assentamento tem uma área de 2.307,5³¹ hectares e foi dividido, inicialmente, em 83 lotes. Alguns destes lotes apresentavam fortes restrições produtivas e foram considerados impróprios para o cultivo da terra por não possibilitarem condições de sobrevivência às famílias que viessem a ocupá-los.

Conforme o relatório ambiental³² elaborado pelo Núcleo de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA, a rede de drenagem do Santa Alice é formada pelos arroios Basílio e Arambaré e seus afluentes, sendo que estes dois importantes cursos d'água estabelecem limites, respectivamente, ao norte e ao sul do Assentamento.

Quanto ao sistema produtivo, o perfil de saída (2006) demonstrou (tabela 47) que 53,3% das famílias estão voltadas para a agricultura e 45,3% para agropecuária. Os dados³³ apontam que até 2003 a produção agrícola contemplava o cultivo de grãos, principalmente milho e feijão e outras culturas como batata, mandioca, eucalipto e acácia.

³¹ Dados obtidos através de documento fornecido pelo INCRA, denominado Relação Geral de Assentamentos – Projetos de Assentamento no Estado do rio Grande do sul. A cópia da página onde aparece a relação de assentamentos de Herval consta nos anexos deste trabalho.

³² Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Santa Alice - Herval/RS. 2007, 112 p. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – sr/11 - Núcleo de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

³³ Tabelas 1, 2, 5, 6 e 14.

A produção animal abrangia a criação de gado de leite, gado de corte, suínos e aves, feita sobre pastagem nativa e cultivada. Já os dados³⁴ sobre produção apresentados pelo perfil de saída (2006) demonstram uma realidade pouco modificada quanto à produção. Hoje existe também o cultivo de frutíferas e produção de mel, além do incremento na criação de ovinos.

Um fator importante para destacar diz respeito à tabela 62, quando questionados sobre o aumento da área produtiva nos lotes em relação aos anos anteriores a 2006, 50,7% das famílias responderam que mantiveram a mesma área, 36,0% aumentaram e 12,0% reduziram a área plantada. Isso significa dizer que ao fim do PAC não houve um grande incremento no tamanho das áreas de produção, ou seja, a metade das famílias do Santa Alice manteve o mesmo espaço produtivo, o que mudou foi a diversificação nos produtos.

Outro dado a destacar diz respeito ao tamanho da área de cultivo utilizada pelas famílias no assentamento. A tabela 49 mostra que mais da metade das famílias (56,0%) produzem em uma área de 6 a 10 ha, sendo que em média os lotes possuem cerca de 20 ha.

O perfil de saída (2007) demonstra³⁵ que tanto a produção vegetal como animal é destinada ao autoconsumo (em torno de 70,0% para a produção vegetal e 60,0% para a produção animal). A comercialização do excedente é feita de forma precária e individual. Não tem como fazer o comparativo com a realidade existente antes do PAC, pois o perfil de entrada não demonstra esses dados da mesma forma. Porém, a tabela 8 aponta a importância desse fator na medida em que as principais dificuldades na comercialização da produção decorrem da distancia em relação ao mercado, da falta de transporte e das péssimas condições da estrada. Observa-se que apenas 2,8% das famílias disseram não ter problema algum para comercializar os produtos, a maioria das famílias apontou algum tipo de problema.

A afirmação de que esta realidade mudou minimamente para o grupo que tem sua produção voltada para agroecologia, vem da assistência técnica. Ela diz que os produtores que estão em processo de transição para a produção de base

³⁴ Tabelas 54, 56, 58, 60, 62 e 63

³⁵ As tabelas 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64 e 65 demonstram a produção e o destino dado a ela pelos assentados do Santa Alice.

agroecológica, comercializam seus produtos (feijão, suco, mel e doce) por meio da Cooperativa Sul Ecológica e estão fornecendo para um programa do Governo Federal denominado Fome Zero³⁶ através da intermediação do CAPA e da Sul Ecológica.

Quanto ao uso do solo, o relatório ambiental (2007) aponta que a implantação de lavouras utilizando a forma convencional, associada à fragilidade natural do solo, acaba desencadeando o processo de erosão pelo uso inadequado. O mesmo relatório aponta que quanto aos insumos, são utilizadas sementes híbridas nas lavouras e nas pastagens. Os fertilizantes e corretivos são utilizados principalmente nas lavouras.

Hoje o Santa Alice conta com 76 famílias, distribuídas em lotes que variam entre 17,4 e 52 hectares. Possui uma área de uso comum onde estão construídas as instalações coletivas como centro comunitário, agroindústria, brinquedoteca, casa do mel e uma igreja da comunidade católica, pois a maioria das famílias se declarou católica conforme consta nos dados³⁷ sobre religião apresentados no anexo deste trabalho

As famílias estão organizadas em 11 grupos, que se reúnem para discutir questões gerais ligadas ao Assentamento e ao MST, à assistência técnica e à elaboração de projetos para acesso ao crédito, porém, trabalham de forma individual nos seus próprios lotes.

Segundo relato de uma assentada entrevistada, quando as famílias ali chegaram, estavam orientadas pelo MST a constituir uma agrovila. Esse assunto já havia sido discutido no acampamento e algumas famílias estavam dispostas a seguir a orientação. Porém, após algum tempo, as famílias voltaram atrás e resolveram trabalhar de forma individual, deixando o projeto de formação de agrovila e do trabalho coletivo de lado. Ela destacou que:

[...] Quando chegamos aqui, a idéia do nosso grupo era formar uma agrovila e trabalhar organizados em grupo. Demorou um pouco para o INCRA demarcar os lotes, ficamos muito tempo sem saber onde as famílias iam ficar. Depois acabou que não deu certa a idéia que a gente tinha no acampamento, isso porque não tinha muita confiança uns nos

³⁶ Fome Zero é o nome dado a um programa do Governo Federal cujo objetivo é combater a fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social e para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros e brasileiras em três frentes. Mais informações sobre o Programa será encontrada no site do Ministério do Desenvolvimento social - <http://www.mds.gov.br>

³⁷ A tabela 17 mostra a religião católica como a mais praticada pelas famílias assentadas no Santa Alice.

outros e não seguimos adiante com o trabalho junto, foi cada um cuidar da sua vida (Valéria, assentada no Santa Alice, 2007).

Pelo relato de Valéria, pode-se perceber que não foi crível para os assentados do Santa Alice levar adiante, naquele período, o projeto coletivo.

Quanto à área do Assentamento, essa faz divisa com um vilarejo denominado Vila do Basílio³⁸, que surgiu em torno da estação ferroviária de mesmo nome. A via férrea, hoje privatizada, serve basicamente para transporte de grãos. Embora cruze o assentamento, os moradores não podem escoar a produção por este meio de transporte. A distância a ser percorrida pelos assentados da sede do Santa Alice até a Vila Basílio é de pelo menos 2 km.

Basílio é um vilarejo bem pequeno e, em termos de serviços oferecidos à população residente na Vila e no entorno, conta basicamente com: uma escola de ensino fundamental mantida pela Prefeitura de Herval e freqüentada basicamente por filhos de assentados, e um posto de saúde cujo médico deveria prestar atendimento quinzenal, porém, nem sempre isso ocorre. A Vila também possui uma subprefeitura, posto telefônico e um armazém.

No que diz respeito ao transporte coletivo para deslocamento até a cidade de Herval, a população conta com uma linha de ônibus duas vezes por semana que sai da Vila do Basílio pela manhã e retorna no final da tarde. Já para Pedro Osório, município mais próximo ao Assentamento do que Herval, não tem nenhum ônibus que faça o percurso. No interior do Assentamento o único transporte disponível é o ônibus escolar.

Em termos de habitação, em 1998, os assentados receberam recursos para construção de moradias. Esse recurso chegou cerca de dois anos depois de estar na terra, isso implicou em muitas famílias acomodadas na sede da fazenda, única casa no local. Eram várias famílias em uma convivência forçada, vivendo em um ambiente sem condições para abrigar todos com um mínimo de privacidade. Desse fator, segundo

³⁸ As fotografias 9 e 10 demonstram a Vila do Basílio e a estrada de ferro. A Vila do Basílio é um povoado pequeno, com poucos habitantes, distante 48 km da sede do município de Herval, construído em torno da antiga estação de trens que fazia a rota sul do estado, desativada na década de 1960, e reativada atualmente apenas para uso privado. É nesta vila que esta localizada a escola, o posto de saúde, o mercado e o posto telefônico. O Santa Alice fronteiro a Vila, portanto utiliza os poucos serviços disponíveis.

relatos dos assentados que viveram a situação, resultaram sérios conflitos entre as famílias.

Quando, finalmente, receberam os recursos para construção das casas essas foram construídas pelas próprias famílias, na sua maioria de alvenaria, com piso de concreto e cobertura de telha de amianto. Em geral, faltavam forros, água encanada e banheiros, porém, com os recursos do PAC, que chegaram em 2003, as famílias conseguiram melhorar as condições das moradias, colocando forro, construindo banheiros e instalando rede de água. Os dados apresentados nas tabelas de números 25 a 33 mostram o tipo e as condições das moradias, bem como, as instalações sanitárias, acesso a energia elétrica e rede de água na habitação antes dos investimentos do PAC (perfil de entrada - 2003). As tabelas de números 70 a 75 demonstram as alterações ocorridas após os investimentos do Programa (perfil de saída - 2006). Houve uma melhoria consistente na qualidade de vida das famílias, principalmente, no que tange ao abastecimento de água encanada dentro de casa e da existência de um banheiro com toda a instalação necessária.

Quanto à qualidade do solo, segundo diagnóstico elaborado para o Plano de Consolidação do Santa Alice³⁹, em grande parte da área predominam solos de pouca espessura (rasos) com relevo que varia de ondulado a fortemente ondulado e com afloramento de rochas nas partes mais altas. Sendo assim, o estudo aponta restrições para o desenvolvimento da agricultura nesse local.

Nos 13 anos de existência do Santa Alice algumas famílias deixaram o assentamento por não se adaptarem ao local e chegaram outras para ocupar os lotes vagos. Esse é um processo comum nos projetos de reforma agrária, todo o assentamento tem uma rotatividade de famílias e o Santa Alice também passou, e ainda passa, pelo fenômeno da evasão e da rotatividade.

Esse Assentamento é composto por famílias que sofreram o processo de expropriação pelo modelo de desenvolvimento capitalista implantado no Brasil e no Rio

³⁹ Dados retirados do plano de Consolidação do Assentamento Santa Alice, elaborado em julho de 2002 pela equipe técnica que prestava assistência as famílias assentadas através de um projeto denominado LUMIAR e por exigência do PAC. O Projeto LUMIAR foi criado em 1997, tratou-se de um serviço de assistência técnica aos assentados, que atendia reivindicações dos movimentos sociais. O programa extinguiu-se em 1999, não recebendo mais financiamento federal. No RS, o governo do Partido dos Trabalhadores conseguiu manter o projeto por mais algum tempo através de recursos estaduais, porém, após este período, foi extinto definitivamente.

Grande do Sul. Oriundas de várias regiões do Estado, principalmente do Planalto Médio e Alto Uruguai, passaram por outros tantos municípios no período de acampamento. Em alguns relatos, obtidos por meio de entrevistas, foi possível constatar que o acampamento em que estavam as famílias que vieram para o Santa Alice passou por vários municípios, entre eles Não-Me-Toque, São Miguel das Missões, Lagoa Vermelha e, por último, Vacaria. Nesse processo também houve fusão de dois acampamentos, o que é comum acontecer. Quando um acampamento começa esvaziar por conta do assentamento de famílias, os líderes do movimento propõem a fusão para que retome a expressividade em termos de números de famílias.

A chegada das famílias na fazenda que se tornaria a morada definitiva daqueles que tanto andaram pelo Rio Grande do Sul, alguns até fora do Estado como no Mato Grosso e no Paraná, não foi nada tranqüila. Quando desembarcaram do caminhão que os trouxe, estavam famintos e buscaram acolhida na Vila do Basílio. Segundo relato dos entrevistados, os poucos moradores não quiseram recebê-los, preferiram fechar as portas para aqueles estranhos. A reforma agrária, tão temida, estava chegando e trazendo os “sem-terras” para o convívio com um grupo social cuja concepção da propriedade da terra é a tradicional, ou seja, terra não se invade, não se ganha pela invasão, se compra.

Um aspecto importante a considerar, sobre esta visão estigmatizada dos sem terra, é a força da mídia e das organizações patronais rurais (sindicatos, associações, etc.) na formação de uma opinião pública contrária a existência dos assentamentos. Sendo contrário, os moradores dos locais destinados à reforma agrária costumam reagir de forma negativa à chegada dos que eles chamam de forma pejorativa de “colonos sem terra”. Esse fator ajuda a delinear os assentamentos e acampamentos como lugares estigmatizados negativamente, portanto lugares com uma alta rejeição social.

Conforme relatos dos entrevistados, na chegada dos assentados ao Santa Alice, somente os donos do armazém aceitaram fornecer alguma alimentação, principalmente para as crianças. Nem a população local, tampouco o poder público, neste caso a prefeitura, receberam as famílias.

Nas entrevistas realizadas para este trabalho, foi possível identificar claramente no relato dos assentados a reação da população local na chegada das famílias ao Santa Alice. Um destes relatos diz respeito à situação enfrentada pela entrevistada quando, ao chegar à terra nova, foi matricular seus filhos na escola localizada na Vila do Basílio, próxima ao assentamento. Ela relata que:

[...] Eu fui numa reunião no colégio, porque eu tinha dois filhos pequenos, eu tinha tirado a menina do convento. Ela estava terminando a oitava e o menino a sexta série. Daí uma que morava aqui disse que iria tirar as crianças dela da sala de aula até enquanto tiver os colonos aqui. Por que esses aí são uma tropa de invasores que foram jogados aqui. Eu me comovi com aquilo e disse, não, não é assim...nós não fomos jogados, nós temos nosso chefe que é o INCRA, é um órgão federal, eu disse assim, nós não viemos aqui por conta. Essa terra quem desapropriou e comprou para a reforma agrária, foi o INCRA. E nós, como precisamos trabalhar, estamos aqui. Desde o momento em que eu me encontro aqui eu me conto Hervalense, eu não me conto mais da minha região lá, porque eu vou fazer minha vida aqui. Daí ela disse: vocês vão ter que tirar essas crianças porque essas crianças....é ano letivo e eu vou tirar minhas crianças do colégio porque vocês não podem trazer essa meningite. Eu disse: foi a tua filha que começou com a meningite, nós não fomos buscar a meningite. Isso aí é um vírus que ta dando, ninguém é culpado disso aí. Ela disse: Vocês foram jogados aí, porque ninguém ta dando bola. Eu disse: se vocês querem tirar a turma da sala de aula, pode tirar, até que tiver professor dando aula meus dois filhos vão estar aqui. As professoras que estão dando aula aqui não discriminaram ninguém, todos nós temos direito de vir no colégio. Ah, mas deu um forrobodó naquele dia que deus nos livre. Sofremos muito. (Maria, assentada do P.A. Santa Alice)

Na visão do INCRA, a política de reforma agrária deve contar com o efetivo apoio das prefeituras para a instalação dos assentamentos. O INCRA compra ou desapropria a terra, fornece créditos para a instalação do assentamento, bem como, para dar início à produção dos assentados, devendo a prefeitura fornecer serviços públicos como educação, saúde, estradas e assistência social. Porém, a maioria delas acaba por não cumprir sua parte alegando não ter condições de absorver um contingente grande de pessoas tão rapidamente. A prefeitura de Herval se portou dessa mesma forma, ou seja, o então prefeito alegou não ter como dar conta das necessidades da população local, quanto mais de um contingente significativo de pessoas que chegavam com tantas carências, decorrentes do tempo em que passaram no acampamento.

De fato, a maioria das famílias quando são assentadas estão com problemas de saúde por terem passado anos em barracas com poucas condições de higiene e alimentação precária. O número de crianças por família também costuma ser elevado, portanto, há que ter vagas nas escolas. E foi assim com as famílias do Santa Alice, uma

única escola para receber todas as crianças, um único posto de saúde para atender toda a demanda da população.

Os relatos feitos pelos assentados demonstram que o começo foi bem difícil em todos os aspectos. Outro problema descrito por quem viveu esse início foi a falta de conhecimento sobre o agroecossistema local (relevo, solo, clima, vegetação). Como vieram de outras regiões, tiveram dificuldades de adequação a essa nova realidade, principalmente com o tipo de produto, que melhor se adapta às condições locais, bem como, o período adequado para o plantio.

Assim que se instalaram, ainda permaneceram acampados por um período de um ano e meio, aguardando os trabalhos de demarcação dos lotes. Os que tiveram alguma condição financeira plantaram sua lavoura de milho, tal qual estavam acostumados a fazer na sua região de origem. Tiveram problemas, plantaram fora de época e perderam boa parte da produção. Os créditos não chegaram na época certa para o plantio, não receberam assistência técnica, enfim, tiveram que aprender por conta própria, na medida em que estabeleceram formas de organizar a produção com base na tentativa de “erros e acertos”.

Quando vieram os recursos do PROCERA⁴⁰ e incentivados pela EMATER⁴¹, os assentados compraram vacas leiteiras na tentativa de trabalharem como produtores de leite. Como não estavam habituados com essa atividade, muitos animais morreram por falta de alimentação e cuidados básicos. Além disso, segundo informação dos próprios agricultores, eles não receberam assistência técnica adequada e nem qualquer tipo de capacitação para lidar com uma atividade nova, relatando que na região de origem plantavam soja, milho, trigo, feijão e mandioca. É possível perceber através das narrativas dos assentados o forte impacto sofrido por eles em relação ao trabalho e o meio ambiente.

Percebe-se nos relatos dos assentados, que as precárias condições econômicas em que as famílias se encontravam quando chegaram na área, determinaram que grande parte dos recursos do PROCERA fossem utilizados para a sua manutenção, ao

⁴⁰ Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.

⁴¹ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural .

invés de serem investidos em atividades produtivas, o que gerou uma dívida difícil de pagar.

O conjunto desses fatores trouxe uma série de dificuldades para o assentamento, tanto econômicas como psico-sociais. Alguns ficaram decepcionados com a nova vida, antes cheia de sonhos e agora uma dura realidade. Esse difícil início estimulou muitas famílias a deixarem o Assentamento, outros resistiram, mas sempre com o objetivo de juntar algum dinheiro e voltar para sua região de origem junto a seus parentes que lá ficaram. Por fim, outros só tinham aquele lugar para viver e como não tinham para onde voltar, permaneceram na área.

Para todos os que ficaram as mudanças começaram a ocorrer após muito tempo de trabalho duro. Inicialmente, todos os agricultores assentados se dedicaram a um sistema produtivo baseado no cultivo do milho, feijão e produção de leite para o consumo e comercialização do excedente. A predominância da produção de milho e feijão está relacionada aos aspectos culturais deste grupo social, proveniente de regiões onde este tipo de produção é muito comum.

Ao longo dos anos, os assentados foram incorporando outros produtos destinados ao autoconsumo, como também para o mercado, embora a comercialização seja um grande problema devido à falta de mercado na região e à distância dos centros consumidores.

Depois de 2003, com os recursos do PAC, o Assentamento recebeu uma agroindústria e uma casa do mel e passou a industrializar sucos, doces e mel conforme as imagens constante nos anexos demonstram (ver figuras 2 e 7). Com o apoio de uma Organização Não Governamental denominada CAPA⁴² e por intermédio da Cooperativa Sul Ecológica, cooperativa de agricultores familiares ligada a referida ONG, o assentamento comercializa os produtos da agroindústria.

Percebe-se que os projetos elaborados na tentativa de desenvolver economicamente o Santa Alice ao longo dos anos, estiveram descolados da realidade, pois faltava a integração a um projeto maior que articulasse todas as etapas do processo produtivo, desde a produção até o mercado. Era necessário não só levar em

⁴² Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, ONG ligada a Igreja Luterana e que presta assistência técnica ao assentados do Santa Alice assessorando a implantação do PAC.

conta os aspectos econômicos, mas ter também a preocupação de desenvolver socialmente o assentamento. O PAC parece ter a pretensão de proporcionar o desenvolvimento integral do assentamento, ou seja, que o mesmo seja economicamente viável, socialmente justo e ainda, ambientalmente sustentável.

Martins (2003) quando aborda as estratégias de reintegração das populações que foram expulsas por esse desenvolvimento que ele denomina “anômalo” ao sistema capitalista, deixa bem claro o quanto é difícil reverter esta situação.

[] Tudo isso torna difícil, ainda, perceber e compreender intervenções ativas e conseqüentes, como as que vêm ocorrendo, de reorientação desse longo processo de secundarização das pessoas no recebimento dos benefícios do desenvolvimento. Difícil, porque intervenções sem o recurso a apelação populista. Em especial quando nos deparamos com a monstruosidade de desenraizamentos, desigualdades e pobreza agravadas e acumuladas ao longo de pelo menos meio século de distorções na ação do Estado. Os esforços para reverter esses efeitos tendem a se perder na lentidão dos resultados em face de uma consciência social que, com justiça, quer e tem pressa. (MARTINS, 2003, p.10)

A questão aqui é saber como o sistema capitalista estabelece a (re) integração de quem já foi expulso por ele. Trata-se de analisar se as ações previstas pelo PAC foram suficientes para a propalada integração econômica e social de um grupo portador de uma enorme diversidade étnica e cultural, como também, para a viabilização do processo de emancipação do Santa Alice em relação a dependência do INCRA .

Tendo em vista esses aspectos, o capítulo dois busca compreender quem são esses sujeitos e quais as formas de sociabilidade que lançam mão na convivência cotidiana e na implantação de um programa de desenvolvimento, o PAC.

2 Diversidade: a marca dos projetos de reforma agrária na zona sul do RS

A reforma agrária aqui é analisada no âmbito social, buscando-se identificar na sua dimensão simbólica quem são os sujeitos que personificam a luta pela terra, quais suas origens e trajetórias, como se dão as relações de sociabilidade dentro e fora dos assentamentos.

Considerando que os assentamentos são compostos por um grupo social heterogêneo, portador de diversas culturas, origens étnicas, com trajetórias de vida e

trabalho distintas, procurou-se compreender como funciona um projeto de desenvolvimento de cunho coletivista como o PAC, junto a um grupo social cuja principal característica é a diversidade, sobretudo, cultural e étnica.

São inúmeros os estudos sobre reforma agrária e assentamentos, dentre eles se destaca o de Mello (2006), que aborda os temas da evasão e da rotatividade em dois assentamentos do Rio Grande do Sul. O autor apresenta a falta de coesão social como elemento que impulsiona a saída do assentado da reforma agrária. Estudou esse fenômeno levando em consideração os aspectos materiais, tais como, infra-estrutura social e produtiva, qualidade do solo e acesso ao crédito por parte dos assentamentos; e os aspectos simbólicos, como religião e estado civil dos assentados, destacando a importância do estabelecimento de laços sociais entre os assentados e o quanto essas duas dimensões teriam influência na construção desses laços.

Na conclusão de seu trabalho, o autor afirma que não encontrou relação entre as variáveis que compõem a dimensão material com a evasão, verificando que a dimensão simbólica explica com muita propriedade tal fenômeno.

[...] Não obtivemos correlação de nenhuma variável da chamada dimensão material com a evasão, ao passo que verificamos a centralidade das relações de reciprocidade, em especial o parentesco, na forma da família extensa e do compadrio e das relações com os vizinhos, “gaúchos” e fazendeiros, na construção da coesão social e no estancamento da evasão. Esta se dá concomitante à contenção de conflitos, onde a Assembléia de Deus, Igreja Pentecostal, assume posição preponderante nos casos estudados. Os evangélicos, assim como os casados, tendem a uma menor rotatividade e evasão, pois caminham para um maior fortalecimento de laços sociais, quando comparados com os solteiros e os católicos. (MELLO, 2006, p. 7)

Em sentido convergente ao pensamento de Mello (2006), entende-se que a dimensão simbólica (aspectos culturais, étnicos e etc.), mais do que a material (infra-estrutura social e produtiva), influencia no estabelecimento da coesão social interna e externa aos assentamentos. Isso significa dizer que a diversidade cultural, a origem étnica, a trajetória de vida e de trabalho dos assentados, quando não observadas como um elemento importante na conformação destes grupos sociais, podem dificultar a coesão social necessária ao êxito dos programas que estão alicerçados na formação de redes sociais de cooperação na sua condução.

2.1 Do acampamento ao assentamento: conflito e coesão como forma de socialização

Os acampamentos dos sem-terra, organizados pelo MST, são a expressão da luta organizada pela terra, traduzindo-se na luta pelos direitos sociais e por uma vida digna. Na medida em que as famílias passam a conviver e participar das dinâmicas implementadas pela organização do acampamento e tomam parte nas ações de pressão ao governo pela reforma agrária, vai surgindo um sentimento de coletividade, o qual permite o estabelecimento de laços de coesão entre os acampados. Essa identidade coletiva é forjada através da relação com os “companheiros de luta” na busca por um objetivo comum: a conquista da terra.

O MST se propõe a promover uma consciência de unificação solidária entre os “companheiros” em torno de um objetivo comum, que vai se solidificando através da luta pela sobrevivência e resistência à miséria. Porém, ao conquistarem a terra, surge a construção de um novo espaço social, o assentamento. Neste local, o cotidiano vai exigir novas práticas coletivas, as diferenças vão emergindo novamente e os conflitos aparecem. O desafio é formar uma comunidade, onde os interesses coletivos devem suplantar os projetos individuais.

Nesse momento, as duas identidades tornam-se conflitantes, os objetivos forjados na luta pela terra entram em conflito com os projetos de vida individuais. Tais projetos fazem parte da visão de mundo dos assentados, ou seja, estão inscritos em suas “memórias retrospectivas”, tal qual afirma Velho (2001) ou constituem os seus “habitus”, conforme conceito utilizado por Bourdieu (2006) e que será melhor explorado no capítulo dois deste trabalho.

Nas entrevistas realizadas no Santa Alice, uma assentada ao relatar a vivência no acampamento, faz um comparativo com a realidade do assentamento e deixa bem claro a diferença de comportamento das pessoas em um espaço social e outro:

[...] Aí eu gostava. Tudo era amigo da gente, eu adorava. Para falar bem a verdade eu gostava mais do acampamento do que do assentamento. Pura verdade. Tinha um ou outro, sempre ao redor da gente. Agora aqui a gente fica isolada, eu fico sozinha. Lá na Capela a gente tinha uns banquinhos e a criançada vinha para ao redor da gente. Vinha para a avó, me chamavam de avó. Aqui a gente fica isolada. Os colegas dele (o filho) vinham tomar chimarrão com a gente. Mesmo a minha neta, de primeiro a gente se

comunicava, agora ela trabalha e não tem mais tempo. Agora a gente se vê quando tem festa, se não tem, passa tempo sem ver, ou quando a gente vai consultar. Eu já não sou muito saideira mesmo. (Joana, assentada no Santa Alice, 2007)

Ribeiro (2001), ao estudar o cotidiano dos assentamentos do MST, destaca que o dia-a-dia acarreta profundas mudanças no comportamento dos agricultores em comparação ao vivido no acampamento. Ela diz que as diferenças que estavam reprimidas na fase de acampamento emergem no assentamento e que:

[...] Portanto, o novo caminhar é a situação de acampamento para assentamento, e o conjunto de mudanças que envolve este estado vai desenvolver um processo de busca de novas estratégias de luta na comunidade. O cotidiano do assentamento vai diferenciar-se do cotidiano do acampamento, pois a realidade se modifica no processo da conquista. (RIBEIRO, 2001, p.81 -82).

Sendo assim, é importante ressaltar, que o projeto de vida idealizado no acampamento exige, posteriormente, uma conduta tolerante e solidária para enfrentar as diferenças que emergem já na condição de assentados. Para compreender essa realidade é preciso analisar a vivência dos indivíduos, as formas de interação no cotidiano do assentamento e as formas de socialização e conformação desse grupo social, mediante processos de adaptabilidade, tanto ao meio físico, quanto social.

Vandenberghe (2005), ao interpretar a teoria do conflito de Simmel, teórico que influenciou largamente a sociologia contemporânea, explica essa questão. Ele diz que:

Se as discórdias intragrupo colocam à prova a unidade do grupo, as lutas intergrupais reforçam, ao contrário, a coesão no interior do grupo. Confrontando com uma ameaça vinda do exterior, o grupo deve, para assegurar sua própria existência, afirmar sua própria identidade e acentuar seus limites, mobilizar as energias de seus membros e centralizar suas atividades. Em tempo de paz, o grupo pode tolerar os antagonismos e as dissensões que o percorrem; em tempos de guerra, ele deve fazer calar suas dissensões internas, revogar as liberdades e centralizar o poder (VANDENBERGHE, 2005, p. 121- 122).

Analisando as diferenças de comportamento na fase de acampamento e de assentamento, entende-se que é possível compreender este fenômeno a partir da teoria do conflito de Simmel (1983). Quando os sem-terra estão no acampamento existe um espírito de colaboração e de identidade, resultado da luta por um objetivo comum e, para tanto, se faz necessário o máximo de coesão para enfrentar o “inimigo” e vencer a

batalha. É uma fase de ocupação de terra, de conflitos tanto com o poder público quanto com os proprietários da terra. Trata-se de uma batalha dura, onde o enfrentamento é difícil e violento. Esses fatores são elementos que aglutinam, dão uma mesma identidade e coesão para o grupo em luta.

Já no momento do assentamento, quando uma nova organização social começa a se estruturar, os embates externos diminuem em virtude da conquista do principal objetivo comum já estar consolidada: a conquista da terra. Chegam os tempos de “paz” e, nesse momento, as diferenças internas afloram e os “antagonismos” e as “dissensões” tomam lugar novamente entre o grupo que está em processo de socialização. A coesão vai se fazer presente, novamente, no enfrentamento com a sociedade envolvente, na medida em que precisarem acessar algum serviço público. Isso fica claro quando os assentados entrevistados relatam suas relações com a prefeitura, com a escola ou diretamente com a população local.

Segundo Vandenberghe (2005), Simmel define o conflito partindo de sua visão dualista da sociedade, ou seja, é uma forma de associação que combina a “harmonia e a discórdia”, o “conflito e o consenso”. Ele vê o conflito como uma forma importante de interação humana e que visa à socialização dos sujeitos.

[...] O conflito não é uma forma de dissociação mais do que de associação? Simmel contesta essa idéia e prossegue em sua tese central. O conflito é uma forma de interação e, portanto, de associação; toda associação contém um elemento de conflito [...] (VANDENBERGHE, 2005, p. 119).

O autor ainda destaca que Simmel define o “conflito como uma força positiva, funcional, contribuindo para a constituição da sociedade”. Com esta visão, contrapõe-se a “sociologia de inspiração durkheimiana do consenso” e as “sociologias marxistas-weberianas do conflito” (VANDENBERGHE, 2005, p. 119).

Usando os argumentos de Simmel (1983), o conflito ou, neste caso, a “oposição” tem uma dupla função, pois “embora nascida de antagonismos reais ou latentes, contribuem de maneira positiva para a coesão do todo” (SIMMEL, 1983, p. 56). Ele diz ainda que:

[...] Esta dupla função da oposição, conforme esteja voltada para fora ou para dentro, é também encontrada nas relações mais íntimas dos particulares e reveste-se de todos os caracteres de um fenômeno sociológico: porque os indivíduos também têm necessidade de se oporem, para permanecerem unidos (SIMMEL, 1983, p. 56).

Simmel também ressalta que quando a oposição se torna muito freqüente, tem menos valor na consolidação de vínculos, pois os períodos de coesão são menores. Mesmo assim, ainda tem sua utilidade na conservação do “vínculo social”. Simmel (1983) destaca que isso acontece em razão de que:

[...] quando as partes são raramente incitadas a tomar consciência de sua solidariedade e quando, em consequência, tem disso apenas um frágil sentimento, nada pode ser mais adequado para estimulá-lo do que esses choques e esses conflitos perpétuos, seguidos de perpétua reconciliação. É da própria luta que nasce a unidade. [...] se é verdade que o antagonismo jamais morre completamente, está no entanto em sua natureza ser sempre um intervalo entre dois períodos de acordo. Por definição, isso é apenas uma crise, após a qual a união social se reconstitui em consequência das próprias necessidades da vida [...] (SIMMEL, 1983, p. 56).

Ainda sobre processos de sociabilidade, deve ser considerada a obra de Martins (2008), que ao versar sobre a sociabilidade do homem simples, tem o cotidiano e o senso comum como fontes de análise da sociedade. Ele demonstra que no dia-a-dia das relações humanas, o homem é capaz de promover rupturas e também reconstruções nas suas relações cotidianas. Isso se deve à habilidade do homem em reinventar significado para os fatos quando em estado de “anomia” e conflito, com isso conseguindo “remendar as fraturas da situação social” (MARTINS, 2008, p. 55).

Dessa forma, diferente do que se possa pensar, as manifestações de conflitos internos e externos ao assentamento não são necessariamente negativas. Se for dimensionado em sua devida função, tanto por parte dos agentes que trabalham com os assentados, quanto pelos próprios assentados, o conflito poderá se constituir em um momento de superação das dificuldades, pois é na convivência que as relações humanas vão se aprimorando e se fortalecendo. Nesse sentido, a intenção do conflito é resolver as tensões entre os antagônicos em busca da coesão social e da solidificação dos laços sociais, rumo à unidade junto à diversidade e ao desenvolvimento integral do assentamento.

Nesse sentido, é possível confirmar o importante papel que os equipamentos comunitários - centro comunitário e brinquedoteca - estão tendo ao proporcionar

momentos de convivência entre as famílias. O centro comunitário, segundo a assistência técnica, tem servido de espaço não só para capacitação⁴³ dos assentados, mas também tem proporcionado momentos de lazer aproximando as famílias e trazendo para um convívio que poderá ajudar na integração.

A brinquedoteca também tem cumprido bem este papel. Segundo relato da assistência técnica, ela não só serviu como espaço para as mulheres organizarem o artesanato em lã⁴⁴, como também, tem sido o local que abriga a arca das letras⁴⁵ que tem aglutinado mães e filhos num processo de aprendizado através da leitura.

A importância destes equipamentos na sociabilidade das famílias assentadas se destaca mais ainda quando olhamos os dados das tabelas 41 e 42 do perfil de entrada (2003), onde fica visível que as atividades de lazer estavam restritas a visitas aos amigos a quase metade do assentamento (40,3%) a televisão ocupava o segundo lugar e a festa anual⁴⁶ do assentamento o terceiro lugar (11,1%). Já os dados que falam sobre as festas freqüentadas pelos assentados mostram que 37,5% das famílias só freqüentam a festa anual do assentamento e 20,0% não freqüentam festa alguma. Hoje com o centro comunitário e a brinquedoteca existe uma freqüência de encontros em atividades de lazer, de estudos e de reuniões, possibilitando os assentados exercitarem a arte da convivência.

⁴³ A foto 6 mostra a participação de um grupo de assentados em um curso de capacitação sobre agroecologia.

⁴⁴ A foto 3 mostra o trabalho do artesanato em lã na brinquedoteca.

⁴⁵ Arca das Letras é um programa de biblioteca rural, ligado ao Ministério do desenvolvimento Agrário - MDA, cujo objetivo é o incentivo a leitura entre as populações rurais. "Instalada na casa de um morador ou na sede de uma associação rural, cada biblioteca é composta por cerca de 200 livros. As comunidades escolhem os assuntos que formam os acervos, o local onde a biblioteca é instalada e indicam os moradores que serão capacitados como agentes de leitura. Os acervos contêm livros nas áreas de literatura infantil, para jovens e adultos, saúde, agricultura, meio ambiente e didáticos para pesquisa escolar". Mais informações no site do MDA - <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/15025>.

⁴⁶ Festa do assentamento é o momento em que comemoram o aniversário do Santa Alice, no dia 18 de maio, quando os assentados se reúnem o dia todo desenvolvendo atividades de comemoração (jogos, missa, almoço e baile).

2.2 Individual ou coletivo: Identidade em construção

Segundo Martins (2003a), o “sujeito da reforma agrária” não é nem o sujeito individual que “contrata” com o INCRA e ingressa na reforma agrária e nem o sujeito coletivo, portador de um sentimento de pertencimento a uma classe social universal e ideologicamente mobilizada, como pretende o MST. Ele é fruto da desagregação da vida rural, da conversão do trabalhador rural em trabalhador industrial. O autor explica que:

[...] o sujeito da reforma agrária, além de ser produto residual dessas desagregações e transformações, é também um sujeito social peculiar, bem diferente do sujeito de contrato, individualizado, que pode pactuar com o INCRA seu ingresso num programa de assentamento. E bem diferente, também, do sujeito supostamente coletivo que a categoria de sem-terra faz supor a partir da experiência dos acampamentos e da ideologia coletivista de alguns assentamentos controlados pelo MST. Experiências e ideologias que são mais produto de uma engenharia de controle social do que de convicções e consciência social legitimamente referidos a experiências sociais reconhecíveis. O efetivo sujeito da reforma agrária tem uma difusa identidade própria, complexa, nem um pouco política, sendo, sobretudo familística e vicinal. (MARTINS, 2003 a, p. 18-19).

Especificamente sobre esta identidade familística, Martins (2003a) observa que, nos cinco estudos de caso analisados em sua obra *Travessias*, a existência de uma “rede de parentesco” sangüíneo ou simbólico é de fundamental importância na integração social dos assentados. Alerta, ainda, para a existência de um “núcleo familiar extenso”, maior que o casal e filhos, o qual envolve outras gerações. Tal núcleo incorpora parentes de sangue e outras relações de afetividade com pessoas que foram “agregadas” à família (MARTINS, 2003, p.19).

Woortmann (1995), em seu estudo sobre o campesinato, também enfatiza a importância da dimensão familiar na organização comunitária, destaca o significado do parentesco na construção social da comunidade camponesa, demonstrando que o parentesco é um “princípio organizatório” e “elemento central da reprodução social do campesinato” (WOORTMANN, 1995, p. 29).

A autora também destaca outro elemento como importante para a formação da comunidade camponesa, as relações de compadrio que podem se dar entre parentes ou não. Woortmann (1995) diz que nem sempre os compadres ou as comadres são parentes, aliás, com grande frequência não o são, tratam-se de vizinhos ou amigos.

Essa é uma forma de ampliar ou reforçar as redes de afetos e de sociabilidade. A referida autora ressalta que o compadrio “é uma forma de reafirmar uma relação de amizade, ou de consolidar uma construção de redes sociais” (WOORTMANN, 1995, p. 203).

No Santa Alice se verifica, nitidamente, essa relação de compadrio, muito provavelmente traduzindo a tentativa de estabelecimento ou fortalecimento das relações de amizade entre os assentados, tendo em vista que a relação de parentesco não é mais tão extensa quando na sua origem. O compadrio, assim, expressa simbolicamente uma forma de estabelecer laços de parentesco, indo ao encontro das palavras de Woortmann que diz:

[...] o compadrio opera no sentido de cimentar as relações de parentesco [...] O apadrinhamento é visto como uma obrigação, como o pagamento de uma dívida, na própria concepção dos colonos. Trata-se, pois, de reciprocidade, de efetuar uma troca e, com ela, de realimentar a aliança através das gerações (WOORTMANN, 1995, p. 213, 214).

Ao analisar o perfil demográfico do Santa Alice, foi possível verificar como as famílias estão compostas. Conforme a tabela 67, exposta no anexo deste trabalho, é possível observar que a maioria das famílias são do tipo nucleares (45,4%), ou seja, compostas pelo casal e filhos, ratificando a informação de que as famílias, de origem extensa, acabam se separando no processo que segue a luta pela terra. Outro elemento que chama atenção nos dados desta tabela é o número de pessoas que moram sozinhas em seus lotes, 30,7% é um percentual significativo, embora seja comum, no processo de reforma agrária.

Partindo dessa concepção, não é difícil supor que uma das dificuldades de adaptação enfrentadas pelas famílias, principalmente nos primeiros anos de assentamento, tem relação direta com esse fator. No processo de migração ocorre uma separação dos familiares, muitos não conseguem ficar no mesmo assentamento e, às vezes, nem na mesma região. Em alguns casos, talvez na maioria deles, parte da família fica na região de origem, como pais, irmãos e avós.

O público da reforma agrária transita em dois mundos: o tradicional, cujos símbolos que representam seus valores e crenças são a família extensa, o parentesco,

a religião e etc. e o moderno, cujos símbolos são representados pelas múltiplas realidades socioculturais e pela economia de mercado, onde é crescente a valorização da preservação da individualidade.

Velho (2001), ao analisar o tema sobre o indivíduo e a sua relação com a sociedade, salienta que estes não vivem isolados, ao contrário, se conectam a “redes sociais” onde recebem e transmitem informações, experiências de vida e junto com isso elementos culturais. Ele trabalha com a idéia de que mesmo os indivíduos vivendo o fenômeno das múltiplas realidades culturais, característico da sociedade moderna e, principalmente, das metrópoles, mantém sua identidade vinculada ao seu grupo de referência.

Esta visão serve de referência para analisar o “trânsito” de famílias nos diversos “domínios e experiências” que a condição de sem terra proporciona, mas que, em geral, elas mantêm a referência no modo de vida tradicional e procuram, em alguma medida, reproduzir o modelo original de ocupação e uso da terra quando assentadas no novo território.

Outro elemento importante a ser observado é que, não raro, as pessoas que são assentadas em um determinado local, não são as mesmas que passaram juntas os anos de acampamento. É possível verificar, através dos relatos obtidos junto aos assentados, que os acampamentos do MST são formados por um número expressivo de famílias, as quais se dividem em determinado momento. Por outro lado, algumas famílias deixam o acampamento e são substituídas por outras, além disso, mudam de lugar constantemente por serem expulsos do local onde se estabeleceram. Um desses relatos demonstra bem esta situação de dispersão:

[...] Tem várias (famílias) que vieram para cá, mas têm várias também que foram para outros lugares. Nós estávamos em um acampamento de 220 famílias, não pessoas, famílias cadastradas e depois também a gente se juntou com outros 2 acampamentos, que era o antigo acampamento de Não me Toque e de São Miguel. Só que nesse convívio depois da junção dos acampamentos, eu convivi muito pouco dentro do acampamento. Ma têm pessoas por todo o estado que eu conheço que era do meu acampamento, tem gente em Jóia, em Julho de Castinhos, tem aqui em Camaquã e tem em El Dourado. Em vários lugares do Rio Grande do Sul tem pessoas que estavam no mesmo acampamento que eu (Ricardo, assentado do Santa Alice, 2007).

Dessa forma, quando são finalmente assentados na terra percebem-se como estranhos, pela pouca convivência anterior, ou ainda, pessoas que nunca se viram antes passam a compartilhar projetos de construção unívoca da realidade. As relações devem ser estabelecidas desde o princípio e, para acessar os programas de desenvolvimento sócio-econômico, propostos pelo INCRA, há a exigência de que constituam grupos solidários⁴⁷. Um exemplo significativo dessa situação é o momento de acesso ao crédito, pois é necessária a formação de um grupo de assentados para estabelecer o aval solidário, ou seja, a responsabilidade conjunta pela dívida contraída pelos membros do grupo.

Essa situação já se mostrou bem problemática, muitas famílias ficaram inadimplentes porque integrantes do grupo não se adaptaram à nova realidade e deixaram o assentamento após ter acessado o crédito.

Sobre esse aspecto da formação de grupos solidários e evasão, Mello (2006) aponta que:

[...] A evasão de lotes é um desses fenômenos que desperta a curiosidade dos atores sociais diretamente envolvidos no assunto e que provoca dificuldades razoáveis na operacionalização das políticas públicas em assentamentos, acabando por prejudicar, diretamente, os próprios assentados. Um exemplo disso foi a opção (imposição) pelo aval solidário no crédito agrícola dos assentados, pois, com as altas taxas de evasão de assentados, boa parte dos que ainda estão residindo nos assentamentos se encontra, hoje, inadimplente frente aos organismos credores, com prejuízos consideráveis para todos os envolvidos. Além disso, algumas ações de âmbito coletivo, ou ainda, alguns programas de desenvolvimento rural acabam prejudicados pela constante existência de ocupantes irregulares nos assentamentos. (MELLO, 2006, p. 12 - 13)

A partir dessa leitura sobre “o sujeito da reforma agrária”, nota-se que uma “nova identidade” está em construção nos assentamentos, resultante da interação entre os diversos sujeitos. Porém, não se constituem, necessariamente, em sujeitos coletivos, como pretende o MST e as diretrizes das políticas públicas sob responsabilidade do INCRA.

Essa identidade vem sendo estimulada a partir de uma proposta de organização social, imposta como necessária à implementação de projetos de desenvolvimento para

⁴⁷ Acesso aos recursos disponibilizados pelos programas de desenvolvimento deve se dar pela forma coletiva e com responsabilidade grupal pela dívida contraída.

os assentamentos e que, muitas vezes, não leva em conta as diferenças étnicas, culturais e de trajetórias de vida existentes entre os indivíduos que compõem esse grupo social e, não raro entra em conflito com a identidade que traz como perspectiva a (re) estruturação do modo de vida camponês.

A não observância desses fatores por aqueles que pensam os programas de desenvolvimento pode dificultar a criação de laços sociais efetivos e duradouros entre os indivíduos.

Para corroborar com esta afirmação, utiliza-se uma citação de Velho (2001) ao analisar o papel dos projetos na distribuição e alocação de recursos materiais e simbólicos aos grupos mais ou menos organizados, o autor diz que:

[...] Os indivíduos constituem suas identidades através da memória, retrospectivamente, e dos projetos, prospectivamente. Tudo isso envolve deliberações e escolhas a partir de um quadro sociocultural e de um campo de possibilidades cujos limites nem sempre são claros (VELHO, 2001, p. 27).

Nas relações sociais travadas no assentamento essa noção de constituição de identidade está presente de forma expressiva. Embora façam parte de um movimento com ideologia coletivista, estejam implementando um projeto único e sejam vistos pela sociedade envolvente como pertencentes a uma mesma classe social, a dos sem-terras, não são raros os momentos em que a memória retrospectiva é acionada, fazendo aflorar as individualidades de forma conflitiva com a nova proposta de organização social.

Esse contraponto entre uma e outra identidade está muito relacionado com as expectativas iniciais de acesso à terra com a finalidade de reprodução do modo de vida camponês e ocorrem antes de passar pelo processo de acampamento, onde tomam contato com a proposta do trabalho coletivo.

A expectativa inicial está vinculada ao modo de vida camponês, cuja organização para a produção está relacionada, segundo Wanderley (1988) a dois aspectos: ao “caráter familiar da força de trabalho e o acesso à terra e aos meios técnicos necessários a produção” (WANDERLEY, 1988, p.11).

Conceitualmente, Wanderley diz que esses são os dois principais elementos que estabelecem a “base material” que dá suporte ao modo de vida autônomo da família camponesa. Sendo assim, ela define o camponês como aquele que quer:

[...] Trabalhar para si, com seus próprios meios e segundo seus próprios interesses, sempre foi a marca registrada destes produtores, cuja reivindicação primeira é o reconhecimento de legitimidade de sua condição de trabalhador-proprietário. [...] Assim, a relação da família camponesa com seus meios de produção é, fundamentalmente, uma relação pessoal, de propriedade ou posse. Para obtê-lo ou defendê-lo, ela está disposta a pagar um preço, cujo montante não está limitado pelo cálculo de sua rentabilidade. Não é com um capital – a ser valorizado – que a família compra a terra e seus meios de produção, mas com o fruto de seu próprio trabalho, que pode ser dispêndio tanto mais quanto se trata da aquisição do patrimônio, garantia da continuidade da família camponesa. (WANDERLEY, 1988, p.12).

A noção de patrimônio e visão de continuidade da família camponesa está presente no relato de um assentado quando questionado sobre o que esperava para o futuro dos filhos.

[...] A gente não sabe quanto tempo tá aqui, então eu imagino eles crescerem e conseguirem ficar aqui. Hoje não adianta formar filho para cidade, temos que formar para as raízes ficarem aqui. As cidades já estão cheias, já não tem trabalho para todos e aqui mal o bem a gente ainda conseguir sobreviver. Talvez sim, dar condições para que tenham estudo, se formem, mas que aproveitem o estudo deles na propriedade. Usar o estudo que a gente não se nega em dar e não teve oportunidade de ter para que eles continuem a investir aqui e melhorar. Daqui um pouco iniciar a transformação no próprio lote, no assentamento onde foram criados (Ricardo, assentado do Santa Alice, 2007).

Quando se observa os dados das tabelas 68 e 69 que indicam a trajetória de vida e trabalho das famílias, percebe-se a procedência da zona rural em 84,0% delas e que a maioria (66,7% e 21,4%) tinha como principal atividade⁴⁸ a agricultura e a agropecuária respectivamente, apontando para um perfil camponês no Santa Alice. Ainda, quando se analisa o perfil do cadastrado em relação a sua condição de trabalho antes de ser assentado no Santa Alice, aparece na tabela 79 que um percentual bem expressivo dos cadastrados trabalhavam por conta própria (42,6%) ou em parceria/arrendatário (32,0%).

⁴⁸ Manteve-se a classificação estabelecida pelo INCRA na elaboração do questionário, ou seja, a separação entre atividades eminentemente agrícola (cultivo agrícola) e atividades agropecuária (cultivo agrícola junto com o criatório de animais).

Na etapa qualitativa da pesquisa, uma declaração de uma assentada ratifica esse perfil, bem como a expectativa de continuar a desenvolver a atividade agrícola. Quando questionada se havia desenvolvido alguma atividade fora da agricultura, ela imediatamente respondeu que:

[...] Não, só na agricultura. Na lavoura ficamos. Ele (marido) queria ir embora para Porto Alegre, eu disse: negativo, vamos fazer o que lá! Eu que tenho um pouquinho mais de estudo do que tu...vamos ir para lá para passar fome, a gente não tem estudo. Estamos aqui e aqui vamos cavoucar, sem estudo vamos fazer o que lá. Entramos na reforma agrária e vamos ficar (Amélia, assentada no Santa Alice, 2007).

Outro entrevistado deixa bem claro suas expectativas quando ingressou no acampamento. Ao ser questionado sobre o que ele esperava para o futuro no assentamento respondeu.

[...] A gente pode ver que o sonho é um, mas amanhã pode ser outro. Então quando a gente estava acampado pensava em ter um pedaço de terra, seja o tamanho que for, ter uma junta de boi, ter uma casa para morar estava tudo bem, era esta a expectativa. Era o que eu acho que a maioria das famílias tinha. E, na medida em que conquista, vai se aprimorando (Ricardo, assentado do Santa Alice, 2007)

Esses dois aspectos, a identidade coletiva e a individual têm feito parte da vida cotidiana dos assentados e, de acordo com a necessidade do momento uma ou outra é acionada. Esse fator aparece em um relatório denominado Sistematização do Plano de Consolidação do Assentamento Santa Alice (2007)⁴⁹, produzido pelo INCRA e que teve por finalidade sistematizar os resultados do PAC. Este relatório, ao especificar sobre a metodologia utilizada para resgatar na memória dos assentados os principais pontos sobre o desenvolvimento do Santa Alice, aponta que:

[...] Importante destacar alguns aspectos metodológicos que se referem também aos resultados do trabalho. Uma delas é que os eventos considerados significativos e salientados na Oficina fazem parte de um discurso “para fora”, dirigido a um público mais amplo que de certa forma busca seus interlocutores: os funcionários do INCRA e outros

⁴⁹ Sistematização do Plano de Consolidação do Assentamento Santa Alice – Herval –RS. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Programa de Consolidação de Assentamentos de Reforma Agrária - Projeto BID BR-0274 - Porto Alegre - Novembro de 2007.

atores considerados importantes. Neste sentido, alguns fatos foram expressos, enquanto outros podem ter sido omitidos ou silenciados (Sistematização do Plano de Consolidação do Assentamento Santa Alice – Herval –RS, 2007, p. 12).

Ainda com relação ao referido relatório (2007), é importante ressaltar o fato de aparecer algumas palavras como união nas tabelas que demonstram, segundo a percepção dos assentados, os pontos importantes para o avanço no desenvolvimento do assentamento. As expressões “participação na comunidade” e “mais integração entre os assentados”, também são freqüentes. Porém, em nenhum momento foi apontado como importante o desenvolvimento de trabalho coletivo, através da Associação São Roque, no intuito de tentar resolver problemas como o da comercialização e abertura de mercado, que foram apontados como principais entraves para o desenvolvimento do assentamento.

O relatório ainda aponta que na realização da Oficina, momento em que foi efetivado o levantamento das visões dos assentados sobre o desenvolvimento do Santa Alice, foi possível observar que:

[...] as apresentações eram praticamente feitas pelas mesmas pessoas, representando certa dificuldade de formação e surgimento de novas lideranças. Também na dinâmica de grupo denominada de “Vença quanto puder”, foi observado às dificuldades existentes na construção e execução de estratégias cooperativas. Porém estas observações necessitam um “olhar” mais atento para serem devidamente compreendidas. Uma das tarjetas apresentadas tinha escrito “seriedade na função que exerce”, demonstrando que acontecimentos existentes levaram a quebra de confiança em determinadas lideranças. Sendo que esta afirmação esta relacionada ao grau de participação e a questão elencada mais união no assentamento e o relacionamento interno. (Sistematização do Plano de Consolidação do Assentamento Santa Alice – Herval –RS, 2007, p. 26 e 27).

Brenneisen (2002) em seu estudo sobre os assentamentos rurais implantados pelo MST no Oeste do Estado do Paraná, afirma que, com relação ao cooperativismo, o MST tem insistido nessa forma de organizar a produção e que, na grande maioria dos casos, esta forma de organização tem sido problemática e causadora de profundas dificuldades no estabelecimento da coesão social. A autora diz que:

[...] o Movimento tem insistido na organização de assentamentos no formato Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), que tem por base a organização coletiva de produção nos mais amplos aspectos, e a imposição deste modelo por parte da direção do movimento tem-se constituído em uma verdadeira “camisa de força” para os agricultores assentados que, de diversas maneiras tem resistido a submeter-se a uma

organização da produção e da vida cotidiana fundamentada em parâmetros alheios a suas histórias culturais. Os embates e enfrentamentos têm produzido seqüelas que dificultam a reorganização do assentamento após o rompimento total ou parcial do modelo proposto (BRENNEISEN, 2002, p. 20).

Nesta mesma situação se encontra o Santa Alice, os programas de desenvolvimento que o assentamento tem recebido passam pela necessidade de constituição de grupos para o trabalho cooperativo e o PAC é mais um desses modelos.

Sobre o aspecto do trabalho coletivo o relato de Ricardo, assentado do Santa Alice, é contundente em demonstrar a dificuldade dos assentados em desenvolver esta modalidade organizativa da produção e da vida social. Quando questionado sobre como ele via essa proposta, respondeu.

[...] Eu sempre...até depois que chegamos aqui...até não pude pegar terra no meu nome...o pessoal do grupo que a Rosa (esposa) fazia parte me chamou porque eu já tinha feito a escola né...então já tinha esta visão mais claro do trabalho, na escola também era internato e todas as atividades era em conjunto...tinha a equipe da alimentação, a equipe de cuidar os animais, na hora de trabalho tinha o setor da lavoura, da horta, da infra-estrutura e....então quando nós chegamos aqui a idéia era de ser grupos coletivos. Tanto é que o pessoal que elaborou os primeiros projetos no tempo da EMATER foi tudo no coletivo....nosso grupo então era duas famílias..só que diante desta situação do pessoal assim...cada um achar que deve fazer conforme sua colocação não deixou que isso ficasse fechado. Então cada um, depois que saiu o recurso resolveu fazer o seu lado e desmanchou o grupo. Mas a proposta era que fossem grupos coletivos, não as 77 famílias, mas grupos coletivos de 10 a 15 famílias. Era essa a proposta no início. Tinha outro de cinco, só que nosso grupo no início me chamaram para a reunião por causa dessa visão e só que na primeira reunião já tiveram pessoas dizendo...não, isso aí é para escola....isso aí é coisa de quem quer viver nas costas dos outros....então foi essa a visão que tiveram naquele grupo quando chegamos aqui. Só que as pessoas que disseram isso hoje não estão mais aqui, foram os que pegaram os recursos e gastaram mal e hoje não estão mais aqui (Ricardo, assentado no Santa Alice, 2007).

As associações ou grupos coletivos de trabalho são criados por força das circunstâncias. Porém, mais cedo ou mais tarde, esses grupos acabam se desfazendo pelo estabelecimento de conflitos que costumam deixar “seqüelas” para usar o mesmo termo utilizado por Brenneisen (2002). Tais seqüelas, em primeira análise, podem parecer irrecuperáveis. Contudo, há que considerar a possibilidade desses conflitos servirem como uma forma de sociabilidade e não apenas de rompimentos irreversíveis.

Uma abordagem teórica importante a ser considerada e cujo objetivo é contrapor o tipo de análise que interpreta o conflito como dissociação irrecuperável, é aquela que

o enxerga como uma forma de sociabilidade. Essa é a proposta de análise que se verifica em Simmel (1993). Este autor, ao estudar a vida em sociedade diz que ela é composta pelas formas de interação entre os indivíduos tendo por base certos impulsos ou intenções.

[...] Os instintos eróticos, os interesses objetivos, os impulsos religiosos e propósitos de defesa ou ataque, de ganho ou jogo, de auxílio ou instrução, e incontáveis outros, fazem com que o homem viva com outros homens, aja por eles, com eles, contra eles, organizando desse modo, reciprocamente, as suas condições – em resumo, para influenciar os outros e para ser influenciado por eles. A importância destas interações está no fato de obrigar os indivíduos, que possuem aqueles instintos, interesses, etc., a formarem uma unidade – precisamente a “sociedade” (SIMMEL, 1983, p. 165 e 166).

Simmel designa como sociação “a forma pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses, formando assim a base das sociedades humanas” (SIMMEL, 1993, p. 166).

Outra expressão utilizada pelo autor e que ajuda na interpretação da realidade social analisada neste estudo é o “jogo social”. Essa expressão tem o significado e a função de propagar as diversas “formas sociológicas lúdicas” e pode ser explicada pela seguinte acepção:

[...] A conexão entre jogo e sociabilidade explica por que esta deve abranger todos os fenômenos que já por si mesmos podem se considerados formas sociológicas lúdicas. Isto se refere acima de tudo a jogos propriamente ditos que, na sociabilidade de todos os tempos desempenhou um papel notável. A expressão “jogo social” é significativa no seu sentido mais profundo, para o qual já chamei a atenção. Todas as formas de interação ou de sociação entre os homens - o desejo de sobrepujar, de trocar, a formação dos partidos, o desejo de arrancar alguma coisa do outro, os azares de encontros e separações acidentais, a mutação entre inimizade e cooperação, o domínio por meio de artifícios e a revanche – na seriedade do real, tudo isso está imbuído de conteúdos intencionais. No jogo, estes elementos levam sua própria vida; são impulsionados exclusivamente pela sua própria atração, pois mesmo quando o jogo envolve uma aposta monetária, não é o dinheiro (afinal de contas, este poderia ser adquirido de muitas outras maneiras que não a aposta) a característica específica do jogo. (SIMMEL, 1993, p. 174).

Seguindo essa linha de análise, pode-se dizer que o “jogo social” estabelecido no Santa Alice vem constituindo uma forma bem específica e complexa de sociabilidade, onde o conflito pode estar se mostrando como um elemento importante na busca pela coesão social.

2.3 Diversidade étnica e classe social: influência nas relações sociais

Análises sobre as relações inter-étnicas não tem sido um tema prioritário nos estudos sobre reforma agrária. De um modo geral, essa questão tem sido tangenciada, não por acaso, é que esse tema é muito controverso, pois, dependendo da forma como é abordado pode alinhar-se à ideologia racista.

Tendo em vista esse problema, buscou-se respaldo nas obras de alguns autores que abordaram de forma precisa o tema da etnicidade. Dois desses autores são Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1997), que analisam em sua obra a discussão a cerca do conceito de etnicidade, principalmente na Europa, destacando, assim como Barth (1997) o fez, o caráter dinâmico e evolutivo dos traços culturais que compõem os grupos étnicos em contato, embora mantendo os limites que permitem a distinção entre um grupo e outro.

Dentro da amplitude que se configura o tema da etnicidade, um importante elemento a ser enfatizado é a relação existente entre classe social e etnia. Poutignat e Streiff-Fenart (1997) analisam essa questão na medida em que vão fazendo uma retrospectiva histórica da utilização do termo etnicidade.

Para os autores, foi a partir da década de 1970 que o conceito de etnicidade tomou corpo na vida acadêmica. Esse fato foi decorrente de conflitos gerados por reivindicações em nome de uma “pertença étnica” que surgiram, no final da década de 1960, concomitantemente nas sociedades industriais e no terceiro mundo.

Segundo os referidos autores, os conflitos gerados pelo sentimento de pertença étnica o qual fez derivar direitos coletivos, desenvolveram um sentimento de lealdade que poderia concorrer direto com o conceito de nação e com o de classe social.

[...] o grupo étnico (a unidade que engloba os indivíduos definidos através de uma herança cultural comum) chegou a concorrer com a classe (a unidade que engloba os indivíduos definidos por sua posição comum dentro do circuito da produção) como categoria fundamental da diferenciação social. (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1997, p. 26).

Para os autores acima citados, respaldados em sua obra por vários outros teóricos da etnicidade, esse tema revela-se como uma “nova categoria social tão importante para análise do século XX, tanto quanto o foi à categoria de classe para o século XIX” (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1997, p. 26).

Tendo como referência essa discussão, o tema da etnicidade revela-se importante para analisar as relações sociais em construção nos assentamentos da reforma agrária. Não se trata aqui de negar ou diminuir a importância da categoria classe social para a reforma agrária, trata-se tão somente de destacar a importância de incorporar na análise às relações travadas entre os assentados, sob a perspectiva das relações interétnicas. Torna-se fundamental entender a conformação de um novo sistema social onde está evidente a diversidade étnica e cultural do grupo social que efetiva a reforma agrária no Brasil.

Ainda, quando se analisa as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento econômico e social dos assentamentos, mais importante se torna o reconhecimento da diversidade étnica, pois essas políticas sempre são de caráter coletivo. Portanto, exigindo um forte grau de coesão entre os assentados e, por outro lado, revelando o conflito expresso pela precária “organização social” como um problema grave a ser superado.

Barth, na interpretação de Poutignat e Streiff-Fenart (1997), quando analisa as relações interétnicas trabalha com a idéia de fronteiras étnicas e diz que:

[...] primeiramente, as fronteiras étnicas persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em segundo lugar, relações freqüentemente de uma importância vital são mantidas através dessas fronteiras. A interpenetração e a interdependência entre os grupos não podem ser vistas como dispersões das identidades étnicas, mas como as condições de sua perpetuação (BARTH apud POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1997, p. 62).

Analisando o tema diretamente na obra de Barth (1997), verifica-se a ênfase dada pelo autor ao processo de intercâmbio entre grupos étnicos distintos e a “manutenção de suas fronteiras”. Ele diz que a interação em sistemas sociais diferentes não leva ao desaparecimento de uma determinada cultura, pelo contrário, pode reforçá-la. Segundo este autor a “fronteira étnica canaliza a vida social – ela acarreta de um modo freqüente uma organização muito complexa das relações sociais e comportamentais” (BARTH, 1997, p.196).

Sendo assim, para Barth (1997) no contato interétnico é preciso que haja um conjunto de normas ou como ele denomina “prescrições” que conduzam as situações de contato. Ele diz que:

[...] Relações interétnicas estáveis pressupõem uma estruturação da interação com esta: um conjunto de prescrições dirigido as situações de contato e que permitam a articulação em determinado setores ou campos de atividade, e um conjunto de proscricções sobre as situações sociais que impeçam a interação interétnica em outros setores, isolando assim partes das culturas, protegendo-as de qualquer confronto ou modificação (BARTH, 1997, p.197).

Desta perspectiva analítica, pode-se entender a complexidade das relações sociais que são travadas entre os assentados, principalmente ao submeter à observação os dados⁵⁰ fornecidos pelo perfil de entrada (2003), os quais demonstram a diversidade étnica existente no Santa Alice. São descendentes de indígenas, alemães, italianos, portugueses, espanhóis e africanos reproduzindo a conformação da sociedade brasileira em um espaço de cerca de 2.000 ha. São aspectos culturais, visões de mundo e projetos pessoais diferentes procurando construir um projeto coletivo.

Especificamente sobre as questões que envolvem a diversidade étnica, encontra-se em Oliveira (1976) uma abordagem muito importante a se destacar. Ele trabalha com a noção de “fricção” que está centrada no caráter antagônico das relações interétnicas. Os grupos étnicos, quando em contato, travam “relações instáveis”, que tendem para o conflito de interesses de acordo com a situação ou necessidade.

Os meios de articulação utilizados no sistema interétnico são muito semelhantes aos utilizados pelo sistema classista global, ou seja, a polarização entre classes sociais portadoras de interesses opostos é equivalente à polarização que ocorre no interior das unidades étnicas que compõem o sistema interétnico.

Quando se refere aos sistemas de relações entre classe social e grupo étnico, Oliveira (1976) toma como exemplo os indígenas, destacando que mesmo quando estes estão inseridos em um sistema de classe (camponeses) não deixam de ser vistos como índios e de sofrer o estigma por sua categoria étnica. Segundo o autor não se verifica no indígena que está compondo a classe trabalhadora, uma “consciência de classe”, pois prepondera a consciência de pertencimento a um grupo étnico.

Ao tratar das relações étnicas relacionadas à ideologia, destaca a distinção entre ideologia igualitária (de classe) e ideologia étnica. Quando se caracteriza a “ideologia

⁵⁰ Ver tabela 23 na qual se apresenta as origens étnicas das famílias do Santa Alice.

étnica como uma forma em que se assumem representações etnocêntricas”, é possível observar que “ela não admite uma concepção igualitária entre etnias” (OLIVEIRA, 1976). Por outro lado, a ideologia igualitária não reconhece diferenciação étnica como algo relevante entre seus adeptos, já que seus padrões são considerados “universalistas” e, portanto, de negação das ideologias étnicas.

Oliveira (1976) adota a noção de “identidade contrastiva”, deixando claro que esse tipo de identidade implica na afirmação do “nós” perante os “outros”, e surge em oposição à outra identidade, afirmando-se no contato interétnico.

Em uma pesquisa⁵¹ realizada nos assentamentos estabelecidos nos municípios de Candiota, Hulha Negra e Aceguá, foi possível constatar essa diversidade étnica e de trajetória de vida e trabalho. O relatório aponta a presença de assentados com várias origens étnicas, descendentes de alemães, de italianos, de portugueses, de indígenas, afros-descendentes e espanhóis, bem como, suas diversas procedências e experiências de vida resultantes de suas trajetórias.

Quanto à procedência, dos cinquenta entrevistados que compuseram a amostra da pesquisa, aparecem trinta e três municípios distintos, predominando os da região norte do Estado.

Ainda, segundo o relatório, prevalece entre os entrevistados a procedência do meio rural, sendo que grande parte deles declarou possuir algum tipo de experiência na agricultura, sejam como filhos de agricultores, arrendatários, posseiros em área indígena, agregados, meeiros e assalariados rurais. Alguns declararam sua passagem pelo meio urbano, onde exerceram atividades na indústria, no comércio e na prestação de serviços antes de ingressar na luta pela terra, seja em cidades de sua região de origem, seja em municípios do Vale dos Sinos e Região Metropolitana.

Essa mesma realidade também está evidente em Herval, mais especificamente no Santa Alice, vindo a comprovar que a questão da diversidade está presente no

⁵¹ Esta pesquisa foi realizada no âmbito do programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos resultantes de Reforma Agrária, denominado “PAC Regional - Bagé”, pela equipe de consultores contratada pelo Programa (2006). Trata-se de um documento em versão preliminar, o qual teve por objetivo efetuar um estudo sobre a origem e trajetória social dos assentados e as relações com seus projetos produtivos e de vida, visando fornecer subsídios para a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento e para atuação das equipes de Assistência Técnica. O relatório da pesquisa encontra-se no site <http://www.cifers.t5.com.br/biblioteca.htm>

processo de reforma agrária pelo caráter de deslocamento de pessoas de uma região para outra.

Observando tamanha heterogeneidade, faz-se necessário compreender o tipo de relação que se estabelece entre as famílias assentadas e entre essas e a sociedade local. É preciso saber quem são esses sujeitos, conformados por suas trajetórias de vida, pelo lugar em que habitam, pelos símbolos de sua cultura e pelas especificidades de seu processo de sociabilidade.

Como dito anteriormente, não se trata aqui de desprezar a categoria classe social, pois esta é inegável para o processo de aglutinação dos sem-terras em um movimento que busca ser “agente de transformação e democratização da sociedade brasileira” (BRENNEISEN, 2002, p. 21). Trata-se de salientar que a classe social não é homogênea, que em seu interior existe uma diversidade de indivíduos com origens étnicas distintas e portadores de diferentes culturas.

As diferenças étnicas podem derivar em diferentes estratégias de vida e modo de trabalhar, a não compreensão destes fatores pode resultar em uma visão parcial sobre a suposta desigualdade no desenvolvimento das unidades produtivas familiares, levando a construção do estigma do “não trabalhador” entre os assentados.

Tendo em vista esta premissa, é possível constatar a necessidade dos programas de desenvolvimento levar em conta essa diversidade e buscar compreender e respeitar as diferenças entre os indivíduos. Esse fator é de suma importância para a compreensão do conflito como uma forma de sociabilidade que busca a coesão social através do estabelecimento de algumas estratégias de reciprocidade no “forçado” contato interétnico.

2.4 Estigma e a formação de redes sociais: rumo ao estabelecimento de estratégias de reciprocidade

No que se refere às relações externas ao assentamento e, mais especificamente à inserção das famílias assentadas em um sistema social diferente do que estavam habituadas, percebe-se uma dificuldade de integração, tanto por parte de quem chega ao novo território, como por parte de quem já estava ali há muito tempo. Não raro,

ocorrem conflitos e manifestações de preconceito por parte dos assentados, sendo comum ouvir expressões como “latifundiários vagabundos”, “capitalistas exploradores”. Por outro lado, para os moradores do local, os assentados são vistos de modo pejorativo, estigmatizados com os “colonos sem-terra”, “comunistas”, “baderneiros”, “bêbados”, “vagabundos”, “que querem ganhar tudo do governo e não produzem nada”. Essas são expressões comumente utilizadas pelos moradores das áreas onde estão estabelecidos os assentamentos, ou seja, o senso comum tende a considerar a situação dos assentados como privilegiados pelos governos.

No contato com a realidade foi possível identificar, a partir dos relatos dos assentados, a reação da população local na chegada das famílias ao Santa Alice. Num desses relatos a entrevistada, referindo-se à situação enfrentada quando chegou à nova terra, diz que quando foi matricular seus filhos na escola localizada na Vila do Basílio ficou explicitado o preconceito dos moradores locais. Ela relata que:

[...] Eu fui numa reunião no colégio, porque eu tinha dois filhos pequenos, eu tinha tirado a menina do convento. Ela estava terminando a oitava e o menino a sexta série. Daí uma que morava aqui disse que iria tirar as crianças dela da sala de aula até enquanto tiver os colonos aqui, porque as minhas crianças não vão ficar junto aqui. Por que esses aí são uma tropa de invasores que foram jogados aqui. Eu me comovi com aquilo e disse, não, não é assim...nós não fomos jogados, nós temos nosso chefe que é o INCRA, é um órgão federal, eu disse assim, nós não viemos aqui por conta. Essa terra quem desapropriou e comprou para a reforma agrária, foi o INCRA. E nós como precisamos trabalhar, estamos aqui. Desde o momento em que eu me encontro aqui eu me conto Hervalense, eu não me conto mais da minha região lá, porque eu vou fazer minha vida aqui. Daí ela disse: vocês vão ter que tirar essas crianças porque essas crianças.....é ano letivo e eu vou tirar minhas crianças do colégio porque vocês não podem trazer essa meningite. Eu disse: foi a tua filha que começou com a meningite, nós não fomos buscar a meningite. E em Porto Alegre que tem meningite, quem tá acampando em Porto Alegre? Isso aí é um vírus que tá dando, ninguém é culpado disso aí. Ela disse: Vocês foram jogados aí, porque ninguém tá dando bola. Eu disse: negativo, nós temos muito apoio do nosso prefeito, eu digo nosso. Ele estava lá fora escutando, depois ele falou que não era assim como estavam pensando. Eu disse: se vocês querem tirar a turma da sala de aula, pode tirar, até que tiver professor dando aula meus dois filhos vão estar aqui. As professoras que estão dando aula aqui não discriminaram ninguém, todos nós temos direito de vir no colégio. Ah, mas deu um forrobodó naquele dia que Deus nos livre. Mas depois nos dissemos que a secretaria de saúde de Pelotas veio aqui no assentamento dar remédio para todos nós. Daí ela disse: eu não sabia disso. Sofremos muito (Amélia, assentada no Santa Alice, 2007).

Atitudes dessa natureza mostram visões de mundo distintas e costumam provocar tensão no processo de interação entre os grupos sociais, tornando a adaptação à nova realidade nada tranquila ou, até mesmo, nada pacífica. Na visão do

senso comum, de um lado estão os “sem terra”, pobres do campo organizados por um movimento que reivindica direito, “invade propriedade privada” e se opõe ao capitalismo, propondo outro tipo de sociedade, a “socialista”. De outro lado, na visão dos assentados, estão os produtores rurais, médios e grandes proprietários de terra, defensores do “modo de produção capitalista”.

Sendo assim, é possível verificar que tamanha diversidade provoca tanto tensões internas entre os assentados, como tensões externas, entre estes e a sociedade local.

Um estudo realizado por Ferreira (2005), sobre o comportamento político eleitoral dos assentados no Santa Alice/18 de Maio⁵², demonstra as manifestações de preconceitos e resistências por parte da população local para com os novos vizinhos. A autora, ao relatar a chegada dos assentados na Vila do Basílio diz que:

[...] a primeira impressão da chegada no vilarejo do Basílio quebrou um pouco os ânimos de alegria e novidade que tudo representava, pois houve uma recepção fria e hostil dos moradores, que fecharam as poucas casas e as únicas duas mercearias do pequeno povoado. A necessidade de leite para as crianças depois de uma longa noite de viagem e de alguns alimentos para os adultos não sensibilizou os moradores, que olhavam os forasteiros com medo e apreensão, pois estes estavam estigmatizados pela carga pejorativa de adjetivos que carregam os sem-terra. No imaginário dos moradores do Basílio, eram os *marginais*, os *comunistas*, os *vagabundos*, os invasores de terras de que sempre ouviam falar e que agora não estavam mais longe, no noticiário da televisão, mas sim ali ao lado, batendo à porta, querendo ser vizinhos. Não foram recebidos, desde o início, nem pelo poder público municipal, que alegou, e alega, não poder dar conta da população local, quanto mais dos de fora. (FERREIRA, 2005, p. 33)

Goffman (1988) traduz muito bem esta situação quando a nomina de estigma, demonstrando a relação existente entre estigma e identidade social. Estigma é a “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p. 7). Ele diz que a sociedade categoriza as pessoas a partir de atributos específicos considerados normais para um determinado grupo, é a identidade social daquele grupo.

Na presença de um indivíduo com atributos diferentes, estes são estigmatizados por aqueles que são tidos como “normais”, pois no contato entre os indivíduos aparecem determinadas características que realçam as diferenças e que podem reduzir

⁵² Ferreira utiliza, em seu estudo, a denominação dada pelos assentados ao Santa Alice, qual seja, 18 de Maio.

o indivíduo diferente a uma categoria tida como inferior. Segundo o referido autor, essas características compõem o estigma e “especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande” (GOFFMAN, 1988, p. 12).

O autor ainda diz que sofrer estigma traz insegurança no estabelecimento de relações sociais, porque o indivíduo sabe que será avaliado pelo outro. Nessas condições o estigmatizado poderá ter tanto uma reação de retração quanto de agressividade o que dificulta sobremaneira a interação entre os sujeitos em quaisquer dos casos.

No já mencionado relatório sobre a sistematização do PAC também apareceu, através de relatos dos assentados, o fator do estigma como algo negativo ao desenvolvimento do assentamento.

[...] Um elemento também destacado por eles (assentados) foi à aversão e o estigma imputado a eles na chegada. Um dos depoimentos dados é que o Prefeito da época dizia que as três principais pragas do município eram: a mosca do chifre, o javali e os assentados. Estas características destacam o caráter conservador e excludente do município com relação aos assentados, gerando assim algumas dificuldades de inserção local (Sistematização do Plano de Consolidação do Assentamento Santa Alice – Herval – RS, 2007, p. 11).

Levando em consideração o estigma de sem-terra, pode-se observar que seus efeitos foram mais fortes na chegada das famílias ao território. Com o passar dos anos a população local foi se acostumando com aquelas características diferenciadas, o diferente já não é mais tão diferente assim. Por outro lado, as famílias vão se adaptando ao novo espaço social, vão assimilando novos costumes e incorporando a maneira de ser e parecer do novo ambiente fazendo com que as tensões no contato social diminuam, pelo menos aparentemente.

Esse elemento aparece no relato de um entrevistado, quando questionado sobre ter sofrido preconceito na sua chegada ao novo território. Ele diz que:

[...] Preconceito no início, quando não se conhece bem as pessoas... até acho que a gente é que bota o preconceito em cima. Se diz..ah, eu sou assentado por isso me tratam assim. Logo que chegamos, quando íamos à cidade perguntavam se a gente era do assentamento.....agora não tem mais isso. Acho que a gente estava chegando e os outros não sabiam como se relacionar, daí perguntavam e a gente já ficava pensando que já era um negócio para queimar. Hoje eu vejo que não, tanto em Pedro Osório quanto em Herval, onde eu for eu tenho prazer em dizer que sou do assentamento. Com outros agricultores de outras regiões.....semana passada fui para o Paraná e só tinha eu de assentado no ônibus, aí

conversamos com todo mundo..para mim não tem diferença nenhuma. Claro que tem coisa, conceitos de que a gente ao se expor que é do movimento sem terra, tem pessoas que não sabem nem o que dizer. Mas talvez não por preconceito, mas até por um respeito muitas vezes, sabe a força que o movimento tem. Ou sabe dos problemas também que o movimento tem, então muitas vezes pode ficar assim... um negócio não muito claro, mas talvez por a gente não colocar tudo que se sente. Tem relação do movimento com outras entidades, dos assentados com outras entidades, por exemplo, conceitos de assistência técnica, visão da agricultura, visão do mundo. Tem várias...e não é só pelos conceitos do movimento. A gente vê, tem vários anos que a gente vem discutindo a agroecologia, da questão do domínio. Essa semana escrevi um texto para minha enteada, ela vai levar para a escola em Veranópolis, no ITERRA. Ela me colocava a situação que nós encontramos hoje, se não fizermos o homem vai acabar travando a própria execução dele, ao menos é a minha visão de anos já...a gente escuta esta questão do aquecimento global, essa questão das guerras, então a gente procura entender tudo de cada coisa. Hoje se quisermos nos salvar e salvar as próximas gerações as várias posições sociais vão ter que se unir. Vamos ter que parar com isso de que com aquele não faço aliança porque pensa um pouco diferente. O mundo dentro de 40 ou 50 anos vai haver várias situações onde irão desaparecer milhares e milhares de humanos, então é uma situação que o movimento ou alguém vai ter que defender. Se a humanidade em geral não se unir, nós estamos bem próximo de um colapso muito grande, principalmente nessa questão da defasagem do meio ambiente. Cada pessoa no mundo teria que plantar nos próximos 50 anos 10 mil pés de árvores, se o homem não fizer isso a natureza vai fazer. Então são coisas para bem logo acontecer. Tem coisas que a gente não quer, mas tem que fazer, o movimento tem que começar a avaliar melhor quem são os parceiros e quem são os contra. Mas também com muito cuidado, às vezes a gente queima os parceiros sem saber qual a posição dele. Quando é para agregar força devemos nos abrir, claro que é difícil, os traidores estão sempre na volta. Mas a coisa tem que ser mais aberta (Ricardo, assentado do Santa Alice, 2007).

Percebe-se, na fala do entrevistado, que esse sentimento de “ser diferente” vai se diluindo com o passar do tempo. Na verdade, ele até questiona se um dia existiu de fato ou se foi criado pela imaginação, por necessidade de autoproteção. Essa interpretação pode estar ligada ao fato de os assentados estarem desenvolvendo um sentimento de pertencimento ao território construído, onde, após períodos de conflito, vêem a possibilidade de convivência compartilhada, não só com os “de dentro”, mas com os “de fora” do assentamento.

Por outro lado, não significa dizer que as diferenças desapareceram, pois, adotou-se aqui a interpretação de Barth (1997) sobre as relações interétnicas, o qual afirma que o contato entre culturas diferentes resulta na afirmação dessas, sem perder seu caráter evolutivo. Trata-se, então, de destacar que essas diferenças culturais passam, no decorrer do tempo de coexistência, da estranheza para a aceitação do outro.

O outro aspecto a ser destacado, diz respeito à quebra da visão do senso comum ao classificar o sem - terra de forma negativa, uma vez que os assentados, com

a convivência, vão demonstrando que são agricultores em busca da reprodução de seu modo de vida e de trabalho com a terra, ou seja, o estigma vai tomando uma proporção positiva. Esse fator pode indicar uma possibilidade concreta de construção futura de uma rede social mais integrada e mais coesa, conforme a previsão do PAC. Assim o conflito não deixa de existir, mas, a partir da resolução das possíveis divergências, podem-se atingir os objetivos de integração dos assentamentos ao novo território.

Para romper com a estranheza é preciso lançar mão de estratégias de convivência que propiciem o estabelecimento de relações menos tensas e mais amistosas. Entre os assentados é comum verificar trocas de favores, como trabalho nas atividades agrícolas, empréstimo de sementes, animais, ferramentas de trabalho, ajuda a um enfermo e etc. Também, é comum verificar as famílias presenteando vizinhos ou visitas com alimentos. Essas trocas de favores ou o ato de presentear se constituem num hábito que se estende também aos de fora do assentamento.

Autores como Mauss (1999) caracterizam essas ações como existência de reciprocidade no estabelecimento de laços sociais, o que propicia a coesão entre os indivíduos. Ele diz que “assim todos os grupos se imbricam uns nos outros por prestações recíprocas...”, ou seja, a rede de relações se estabelece de forma coesa entre diferentes em função das reciprocidades.

Para entender melhor os mecanismos de construção dos laços sociais estabelecidos entre os assentados e entre esses e a sociedade local, usou-se aqui o conceito de reciprocidade, conforme entende Sabourin (2004). O autor, com base na teoria de Marcel Mauss, define a reciprocidade como o ato de dar, receber e retribuir dádivas, sendo criador de “sociabilidade” e do estabelecimento de “vínculo social”.

No mesmo sentido, Bourdieu (1979), ao analisar a sociedade camponesa argelina, destaca que a existência da troca de dádivas foi elemento importante no estabelecimento de laços sociais entre indivíduos não pertencentes à mesma família.

Ferreira (2005), em seu estudo sobre o Santa Alice, aponta para a existência de trocas, favores e reciprocidade entre os assentados. Relatando sobre sua pesquisa de campo ela diz que:

[...] Assim, ao realizar a pesquisa de campo, fui convocada pelos assentados para participar desse circuito de trocas, reciprocidades e favores. Como mais um sujeito a

circular nesse universo, tornei-me alguém com possibilidades de participar das trocas. Portanto, os moradores me pediam coisas que necessitavam, conselhos e me presenteavam sempre que possível. Falavam dos outros moradores, das brigas de família e vizinhos e pediam apoio para suas visões de mundo. [] Dos assentados ganhava biscoitos, mel, verduras e convidavam-me para pousar em suas casas. (FERREIRA,2005, p. 31)

De igual forma, no contato com a realidade, vivenciando seu cotidiano, percebeu-se a existência desta configuração no estabelecimento de relações. Os assentados, após a entrevista, presentearam a pesquisadora com aquilo que eles têm disponível em suas residências, em geral, alimentos (ovos, pães, carne e mel). Através desse ato, demonstraram princípios de reciprocidade, ou seja, retribuíram ao pesquisador, que demonstrou interesse e valorizou sua história de vida, com a oferta de gêneros alimentícios.

Também é possível verificar a existência de reciprocidade entre as famílias assentadas, na medida em que trocam favores em época de plantio ou de colheita, por exemplo. É comum verificar um assentado ajudando o outro nesses períodos, tendo em vista que em algumas famílias a mão de obra é insuficiente⁵³. Outro exemplo de ajuda mútua e voluntária se dá na construção ou reforma das casas, sendo comum a troca de serviços nesses casos.

No presente estudo, foi possível verificar que o estabelecimento de laços sociais sólidos entre famílias com origens étnicas, culturas e trajetórias de vida e trabalho tão distintas, não se deu por imposição de um projeto de desenvolvimento econômico, o PAC. As famílias do Santa Alice desenvolvem estratégias de convivência quando necessário, minimizando os conflitos, para atingir um determinado objetivo. Porém, quando não vêem mais motivos para isso, recuam deixando vir à tona as divergências e visões de mundo diferenciadas.

Levando em consideração o conceito de reciprocidade e observando essa prática entre as famílias, uma leitura possível é de que a efetiva coesão social não se dá de forma imposta e sim espontaneamente. A partir das práticas de trocas de favores e ajuda mútua, estabelecidas de acordo com as afinidades e projetos de vida, a reforma agrária vai se concretizando e o território construído vai se tornando, então, um espaço social.

⁵³ A tabela 4 demonstra a disponibilidade de mão de obra por família.

Essa visão referencia a avaliação do tipo de construção de laços sociais e valores humanos estabelecidos nos assentamentos, como também, a identificação das formas de organização social que podem se estabelecer a partir do reconhecimento da existência da diversidade étnica, cultural, das trajetórias de vida e trabalho dos assentados e de seus projetos de vida futura, qual seja a (re) construção do modo de vida camponês.

3 DA DIVERSIDADE SOCIAL AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A reforma agrária tem sido alvo de críticas por parte de vários setores da sociedade. Não raro é possível ouvir da população que, influenciada pela mídia, afirma que os assentamentos não produzem, não contribuem para o desenvolvimento local, que vivem à custa do governo e que, portanto, a reforma agrária não funciona.

Com o objetivo de mudar esta realidade o PAC está sendo implantado em vários assentamentos como um programa capaz de desenvolvê-los e, em alguns casos, também de impulsionar o desenvolvimento territorial onde estão inseridos. O Santa Alice foi o primeiro no Estado a receber esse Programa, que busca a consolidação econômica e social do assentamento, bem como, sua emancipação em relação ao INCRA, através da integração ao segmento da agricultura familiar.

Nesse sentido, há que se analisar as ações propostas para atingir os objetivos do programa, principalmente quando se leva em consideração os elementos da diversidade que caracteriza o público alvo da reforma agrária.

Quando se fala em desenvolvimento, vem logo à mente uma série de conceitos relacionados com a noção de progresso, uso intensivo de tecnologia para dominação da natureza, industrialização e urbanização entre outros que dão sentido ao conceito que embasou o “projeto civilizatório” (PORTO-GONÇALVES, 2006), hoje em curso no mundo.

Porto-Gonçalves (2006), em seu livro sobre o desenvolvimento e as questões ambientais, refere-se ao sentido da idéia de desenvolvimento defendida tanto pela “via liberal e capitalista” como pela “via social-democrata e socialista”. Sob essa ótica, o autor destaca que o “desenvolvimento é o nome-síntese da idéia de dominação da natureza”, onde o moderno suplanta o tradicional, o urbano se sobrepõe ao rural, o industrial ao artesanal, sendo esse o ideal de civilização a ser perseguido por todos. Essa visão define desenvolvimento como crescimento econômico, ou seja, sua base é economicista e foi um conceito muito utilizado nas décadas de 60 a 70.

O problema posto por quem criticou e critica este modelo de desenvolvimento acaba sendo a distribuição desigual dos seus benefícios e não os seus fundamentos. Ainda segundo o autor, as críticas que seguem esta linha da desigualdade do

desenvolvimento como o principal problema a ser combatido, acabam por “fomentá-lo, na medida em que a superação da desigualdade, da miséria, se faria por mais desenvolvimento.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 63).

Entretanto, os recursos naturais têm limites e tendo o desenvolvimento por base a exploração destes recursos, percebe-se a impossibilidade de distribuição igualitária dos seus benefícios. Sendo assim, trata-se de um modelo injusto na sua essência.

Outro elemento importante que o referido autor ressalta, diz respeito ao processo de homogeneização que esta concepção de desenvolvimento traz, ou seja, a tendência tem sido a de não considerar a diversidade cultural que está na origem dos diferentes grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira como os “indígenas, afro-descendentes e camponeses de diversas matizes culturais”. Os valores culturais, a maneira de ver e viver são diferentes para cada grupo, porém, estes elementos são desconsiderados, não são relevantes, pois o que importa são as relações econômicas e, acima de tudo, a obtenção do lucro capitalista.

Dessa forma, o desenvolvimento calcado na exploração dos recursos naturais avançou deliberadamente sobre áreas ocupadas por pequenos agricultores, indígenas, afro-descendentes entre outras populações. Transformou essas áreas em locais para o desenvolvimento da monocultura, o que provocou a desterritorialização e reterritorialização dessas populações, estabelecendo uma nova “configuração societária, a capitalista” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 81)

Parte do fruto dessa lógica de desenvolvimento encontra-se hoje dentro dos assentamentos da reforma agrária sob a nova identidade de sem-terra. Grupos étnicos e culturais diversos, reterritorializados em um ambiente ecológico, social, cultural e político diferente do de origem. Com o desafio de reintegração e de protagonizar o desenvolvimento do novo território, os assentados receberam o PAC como principal instrumento para por em prática essa tarefa.

Ao analisar o conteúdo de divulgação do programa, constante no site do INCRA é possível ler o seguinte trecho no texto de apresentação:

[] O programa acelera o processo de emancipação dos projetos de reforma agrária através da elaboração de Planos de Consolidação de Assentamento (PCA's), que proporcionam investimentos em infra-estrutura sócio-econômica, assessoria técnica e treinamento, promovendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como

sua estabilidade social e a conquista da cidadania. Com isso, o INCRA espera criar um modelo de consolidação dos assentamentos descentralizado, ágil, organizado e eficiente, devidamente testado e aprovado (INCRA, 2008, sp).

O texto deixa claro o objetivo de inclusão do programa que, financiado pelo BID, traz a idéia de planejamento e execução nos marcos de um padrão internacional de desenvolvimento, no qual a “eficiência econômica” está estabelecida como eixo central.

Aqui não se pode deixar de citar mais uma vez o relatório de sistematização dos resultados do PAC, no momento em que ele faz menção as críticas feitas aos projetos de desenvolvimento rural expressas através do livro “Primeiro la gente”⁵⁴. Esse livro, segundo o relatório, aponta para a necessidade dos projetos de desenvolvimento rural dar verdadeiramente “primazia às pessoas e não às coisas”. Levando em consideração esses pressupostos, o relatório aponta a seguinte reflexão sobre o PAC:

[...] Esta observação bem como o conteúdo desta publicação é pertinente para refletirmos sobre as ações do PAC neste Assentamento. De certa forma, o projeto desenvolveu um híbrido estranho, tendo em vista que utilizou diversas técnicas e ações visando o protagonismo dos atores, porém as ações e recursos que foram investidos têm uma ênfase em aspectos de infra-estrutura e produção. Isto é o que Cernea considera de projetos que observam em demasia o hardware, porém esquecem o software. Nesta analogia o software são as pessoas que fazem com que a estrutura seja utilizada, sendo assim existe necessidade de dar primazia para as pessoas e não para as coisas (Sistematização do Plano de Consolidação do Assentamento Santa Alice – Herval –RS, 2007, p. 35).

Esse enfoque, explica-se pelo fato dos órgãos financiadores dos programas de desenvolvimento possuir uma visão que identifica uma parcela da população como excluída. Esse ponto de vista tem levado ao financiamento de programas com características de inclusão ao sistema capitalista, ou seja, são postos em execução programas que privilegiam os aspectos econômicos e não as dimensões socioculturais, políticas e ambientais.

Assim, constata-se que essa política de desenvolvimento que já expulsou da terra um contingente considerável de agricultores, propõe hoje a sua inclusão por meio de políticas públicas que seguem um modelo pré-definido por organismos internacionais, nesse caso o BID.

Segundo Martins (2003) o modelo de desenvolvimento experimentado no Brasil não tem produzido um desenvolvimento social compatível com o econômico, pelo

⁵⁴ CERNEA, Michael M. (Org.) Primeiro la gente – variables sociológicas en el desarrollo rural. México: Fondo de Cultura Economica, 1995. 640 p.

contrário, tem gerado uma violenta pobreza. Tem provocado o “desenraizamento” e extrema desigualdade social, atingindo uma grande parcela da população.

O referido autor deixa bem claro sua visão sobre desenvolvimento quando afirma que não basta que ocorra uma distribuição de renda, para que se obtenha um desenvolvimento equilibrado é preciso que a população tenha acesso a outros benefícios sociais:

[] Não se trata apenas de gerir a distribuição de renda, como pensam muitos que se deixam fascinar pelo economicismo ideológico produzido pela mesma economia iníqua causadora da pobreza que condenamos. Trata-se da distribuição eqüitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir. A questão é muito mais social do que econômica. (MARTINS, 2003, p.10)

Outro autor que trabalha com uma concepção semelhante sobre desenvolvimento é Amartya Sen. Para ele o desenvolvimento é visto como “expansão das liberdades humanas reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17). O objetivo é contrastar a visão do desenvolvimento econômico, que privilegia a geração de renda, desenvolvimento tecnológico e atrela o desenvolvimento social às melhorias das condições econômicas, com a visão de desenvolvimento integral das capacidades humanas.

Os aspectos econômicos são fundamentais, porém, não são os únicos elementos constitutivos do desenvolvimento. Segundo Sen:

[...] O enfoque nas liberdades humanas contrasta com a visão mais restrita de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento como crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). (SEN, 2000, p.17)

O conceito definido por Sen norteia a análise que este estudo se propõe a realizar sobre o tipo de desenvolvimento que está sendo financiado pelo PAC. Para tanto, foram analisados no perfil de entrada (2003) e, dentro do possível, no perfil de saída (2006), os dados sobre os espaços de participação, propiciados pelo PAC, para a

tomada de decisões que influenciam a vida das famílias assentadas, bem como, a integração nos espaços políticos e sociais do município, o acesso à educação e à saúde de boa qualidade.

Sobre o aspecto da participação e de acesso a serviços públicos, como saúde e educação, os dados⁵⁵ demonstram que 81,9 % das famílias não participam de grupos associativos fora do assentamento, em contrapartida, 77,8% se declaram membros da Associação São Roque. Os poucos que disseram não estarem associados alegaram que o fariam assim que possível. Contudo, estar associado não significa participação efetiva nas discussões e encaminhamentos definidos pela entidade. Isso se deve ao fato da obrigatoriedade imposta pelo PAC, pois, a família que não estivesse associada e em dia com a mensalidade da Associação São Roque, não poderia acessar os benefícios financiados pelo Programa.

No que se refere à saúde e educação⁵⁶, os dados demonstram sua precariedade. Quando questionados sobre a qualidade da saúde no único posto a que têm acesso, 70,8% das famílias responderam que é péssima e outros 70,8 % das famílias entrevistadas no perfil de entrada (2003), ao responder sobre os pontos negativos no tipo de atendimento oferecido pelo posto, disseram que faltavam médicos, dentistas e remédios. Quando questionados sobre a atitude tomada frente a uma situação de doença, os entrevistados disseram pedir ajuda à Prefeitura⁵⁷ (47,2%). Ainda um item que chama a atenção nos dados, embora com um percentual pequeno, é o que diz respeito aos 11,1% dos entrevistados que fazem a relação do atendimento ruim com o fato de serem assentados. Esse fator reforça a discussão feita no capítulo anterior sobre a estigmatização do assentado frente à sociedade envolvente.

Ainda sobre o tema saúde, devem ser destacados na tabela 21 os dados que informam que dentre os vários problemas que as famílias vivenciam no assentamento, a falta de acesso a saúde (27,8%) é o que mais as preocupa. A tabela 40 mostra que

⁵⁵ Os dados utilizados para demonstrar os índices de participação estão apresentados em forma de tabelas nos anexos deste documento (ver tabelas 43, 44 e 45 do perfil de entrada (2003)).

⁵⁶ Ver tabelas sobre educação e saúde do perfil de entrada (2003) que retratam a realidade referida são as de números 37, 38, 39 e 40.

⁵⁷ O item pedir ajuda a prefeitura significa pedir para que uma ambulância vá até o Assentamento buscar o doente e encaminhar até o hospital de Herval ou de outra cidade mais próxima, Arroio Grande ou Pelotas. Esta informação não aparece diretamente nos dados coletados pela pesquisa, vem da vivência e observação da pesquisadora no ambiente em estudo.

praticamente metade das famílias assentadas no Santa Alice sofrem com algum tipo de moléstia. O perfil de saída (2006) também aborda o tema saúde, permitindo uma comparação entre a realidade existente no início do PAC, através dos dados do perfil de entrada, em 2003 e os dados coletados no final do Programa, em 2006.

Observando-se os dados das tabelas 76, 77 e 78, é possível verificar que os problemas de saúde continuam praticamente os mesmos em quase metade das famílias e que a atitude tomada por 37% dos enfermos foi acessar o serviço de saúde pública apesar da precariedade do atendimento. Os 8,2 % que não fizeram isso, optaram por resolver o problema por meio do uso de remédio caseiro ou se automedicando diretamente na farmácia.

No que se refere à educação, as tabelas 34, 35 e 36 mostram que 52,7 % responderam não ter filhos na escola e 25,0% mencionaram que a distância entre sua moradia e a escola dificulta muito o acesso dos filhos a educação. Quanto à qualidade da educação na escola que os filhos freqüentam, 31,0% disseram ser boa. Porém, ao fazer a relação com os dados da tabela 36 é possível verificar que 12% dos alunos faltam à escola, sendo que 9,7% declararam não haver transporte que os levem e apenas 2,3% dizem não gostar da escola. A tabela 22 mostra a realidade do assentamento quanto à expectativa sobre o futuro dos filhos, 25,0% almejam que os filhos saiam de casa para estudar.

Levando em consideração os elementos que Sen (2000) destaca como importantes para o desenvolvimento, quais sejam, ter acesso a serviços públicos como saúde e educação de qualidade, poder exercer sua cidadania no que se refere à participação efetiva nos espaços de decisão, nota-se que o assentamento está muito aquém nesses aspectos. As ações do PAC foram restritas nessas áreas, seu foco principal está no investimento na área produtiva, embora tenha estabelecido um convênio com a Prefeitura para que melhorasse a qualidade dos serviços prestados, a mesma não tem cumprido com sua parte.

No que se refere ao desenvolvimento rural, a atividade agrícola é um elemento fundamental, porém, é necessário que os serviços relacionados à educação e à saúde também recebam investimentos por parte dos governos. A educação pública de qualidade é um dos elementos centrais no processo de desenvolvimento de um

determinado território. Porém, não é o que ocorre no meio rural, normalmente as escolas estão defasadas em infra-estrutura e os professores são pouco qualificados. As escolas agrícolas de nível médio, que teriam um papel fundamental para a formação e preparo de jovens para darem continuidade a atividade da família, inserção de tecnologia e incremento da produção, são raras no meio rural.

O fator educação se torna mais importante ainda quando verificamos o perfil do assentado cadastrado no Santa Alice e de seu cônjuge, no que se refere ao grau de escolaridade. Observando os dados expostos na tabela 80, verifica-se que o grau de escolaridade, no geral, é baixo, 77,4% dos cadastrados e 18,7% dos cônjuges não completaram o 1º grau. Agrave da situação o fato de 10,6% dos cadastrados serem analfabetos, bem como, 6,6% de seus cônjuges. Essa realidade deve ser considerada como um limitante para o êxito do PAC, na medida em que a educação é considerada como ponto fundamental para o desenvolvimento integral de um território. Tendo em vista que os referidos dados foram constatados no perfil de saída (2006) aplicado ao final do Programa, fica evidente a fragilidade do PAC em desenvolver ações que combatessem o analfabetismo.

No que diz respeito ao Santa Alice, não resta dúvidas, que se faz necessário investimento em infra-estrutura, visto que as famílias foram assentadas em um território extenso, distante de centros urbanos e com carência em termos de obras e serviços públicos destinados à população.

Os assentados estavam desprovidos de estradas, energia elétrica, sistemas de abastecimento de água, permanecendo por longo período em condições precárias de habitação. As estruturas produtivas para o desenvolvimento das atividades agrícolas também não eram adequadas, uma vez que a antiga fazenda caracterizava-se pela criação de gado, e os assentados voltaram-se, inicialmente, para a produção de grãos para o mercado e de alimentos diversificados para o autoconsumo.

O perfil de entrada mostra através da tabela 10, um pouco da realidade do Santa Alice em relação às benfeitorias que os assentados tinham em seus lotes. Com exceção do galpão que mais da metade (65,3%) dos assentados possuíam em seus lotes, o restante como aviário (79,2%), estábulo (91,6%) e pocilga (62,5%) não constava nos lotes dos assentados. Cabe ressaltar, que o estábulo representa uma benfeitoria

importante para as famílias interessadas na produção de leite. Ao analisar os dados da tabela 66 no perfil de saída (2006), percebe-se que essa realidade não mudou muito.

O estudo sobre o Santa Alice demonstra que a realidade é ainda mais complexa. Como já mencionado no primeiro capítulo, o Assentamento é composto por cerca de 70 famílias, portadoras de diversas culturas e etnias, com trajetórias de vida e trabalho bem distintas, o que representa um contraste em relação ao perfil da população local. Os dados⁵⁸ coletados no perfil de entrada (2003) e no de saída (2006), demonstram bem esta diversidade. Quanto ao município de origem e trajetória social, verificou-se a proveniência de 37 municípios diferentes do Rio Grande do Sul, com uma discreta predominância de Liberato Salzano (18,1%) e Trindade do Sul (15,3%) sendo a maioria oriunda do meio rural e alguns com passagem pelo urbano. As origens étnicas são bem diversas, encontram-se descendentes de indígenas, portugueses, espanhóis, alemães, italianos, holandeses, africanos e poloneses, conforme revelam os dados da tabela 23, bem como demonstram as imagens⁵⁹ de duas famílias assentadas com origens étnicas diferentes.

Portanto, há que se levar em conta esta realidade, visto que o Programa também propõe alcançar a estabilidade social e a conquista de cidadania por parte dos assentados.

O assentamento constitui um espaço social em construção, processo muitas vezes marcado pela ocorrência de conflitos. A recriação da vida comunitária do passado não demonstra ser um processo tranquilo, e uma das hipóteses explicativas corresponde às dificuldades na construção da identidade social e individual do assentado, conforme apontada por Martins (2003). A identidade coletiva do assentado acaba sendo algo muito mais determinado pelas agências de mediação (do Estado e do movimento social) do que pelos próprios sujeitos, sendo acionada na interlocução com estes órgãos, pois permite a inserção no mundo dos direitos que a condição de assentado enseja. Entretanto, no cotidiano, longe dos momentos em que necessitam acionar a identidade de assentado, estes retomam seus projetos individuais, os quais na maioria das vezes, não são os planejados no coletivo.

⁵⁸ Ver tabela 23, 24 e 68.

⁵⁹ Fotografias 4 e 5.

3.1 Formação de capital social e desenvolvimento

Um dos fundamentos do PAC diz respeito à necessidade de coesão social, fortalecimento dos laços comunitários, necessidade de constituição de grupos associativos, de estabelecimento do sentimento de confiança entre os assentados e entre esses e a sociedade local, visando alcançar a estabilidade social. Estes conceitos estão centralmente presentes na teoria do capital social, sendo Robert Putnan um dos principais expoentes.

Essa teoria aborda a necessidade de formação de redes sociais coesas, onde o desenvolvimento se dá a partir da capacidade de associação e do estabelecimento de confiança entre as pessoas que estão compondo a rede.

Putnan (2000) destaca o estabelecimento de regras de reciprocidade como um elemento importante a ser firmado na vida social, com o objetivo de fortalecer a “confiança social” e facilitar a cooperação. Para ele, existem dois tipos de reciprocidade, a “específica”, caracterizada pelas trocas diretas entre elementos de valor bem semelhantes, e a “generalizada”, na qual há uma constante expectativa de troca de favores, ou seja, num favor concedido hoje existe a expectativa de que haverá retribuição em outro momento.

Segundo o autor, a base da organização social e da cooperação entre um determinado grupo social é a confiança na reciprocidade, principalmente a de caráter generalizado. Enfatizando que, “A regra da reciprocidade generalizada é um componente altamente produtivo do capital social. As comunidades em que essa regra é obedecida têm melhores condições de coibir o oportunismo e solucionar os problemas da ação coletiva” (PUTNAN, 2000, p.182). Partindo desta concepção é possível verificar a centralidade da solidariedade entre os membros de um determinado grupo.

Ao analisar a situação do Santa Alice, tendo por base esse referencial, é possível constatar a dificuldade que os assentados sentem na condução dos projetos que preconizam a reciprocidade generalizada como elemento principal para sua execução.

Especificamente em relação ao PAC, cuja base constitutiva diz respeito à formação de grupos associativos, como por exemplo, a constituição da Associação São

Roque para implementar o programa, bem como, os grupos para conduzir os empreendimentos econômicos e sociais (casa do mel, agroindústria, artesanato em lã, centro comunitário e brinquedoteca), percebe-se a necessidade do estabelecimento de uma confiança muito grande entre seus membros. Porém, observando-se de perto como se constituem as relações internas no Assentamento, é possível afirmar que a confiança e a reciprocidade nas premissas apresentadas por Putnan e outros autores estão longe de se concretizar. Há muito mais situações de conflito e de sobreposição de interesses pessoais aos coletivos, do que situações de confiança e reciprocidade.

Aspectos de reciprocidade, como já salientados anteriormente em outro capítulo deste estudo, são passíveis de ser verificados na convivência entre os assentados, porém, dentro da concepção de Putnan (2000) são os do tipo “específico”, ou seja, troca direta de favores. Como por exemplo, a troca de dias de trabalho no preparo da terra. Os elementos que caracterizam a reciprocidade do tipo generalizada não se evidenciam no assentamento.

Exemplo dessa situação está bem explicitado na fala de um assentado, quando questionado sobre o andamento do PAC e da Associação São Roque, constituída por imposição do programa, este declarou que:

[] Hoje está ruim, há certo descontentamento uns com os outros. Ai dentro da própria associação que se criou mesmo. A gente pôs capricho naquilo ali. Depois, com o tempo entrou uma diretoria ali que não consegue dar a volta por cima e tocar como iniciamos, com a organização que iniciamos. Hoje se desmanchou, se desmantelou (João, assentado do Santa Alice, 2007).

Em outro depoimento, dado pela profissional que presta assistência técnica⁶⁰ no Santa Alice, foi possível verificar que os assentados foram estimulados à formação de grupos para a implantação de três projetos de geração de renda financiados pelo PAC. Para o trabalho na agroindústria formaram um grupo de 30 pessoas, para o projeto do mel foram em torno de 50 membros e para a atividade de artesanato em lã formaram um grupo que envolvia 25 pessoas. Começaram com essa configuração há

⁶⁰ O Santa Alice tem uma socióloga e técnica em agropecuária prestando assistência técnica às famílias. O órgão de assistência técnica a qual ela esta vinculado é o CAPA-Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, ONG contratada pelo PAC, em 2003, com o objetivo de dar apoio na implantação deste programa.

cerca de 4 anos e, hoje, ao final do PAC, os grupos estão, respectivamente, com 9, 5 e 7 participantes.

Segundo a representante da assistência técnica, as pessoas foram se desmobilizando por conflitos internos, disputa pelo poder, visão diferenciadas quanto às formas de administração e modo de trabalhar, o que dificultou a coesão ente os membros dos grupos.

Para os vários autores que trabalham o tema do capital social, a existência de confiança entre os membros de um determinado grupo social ou comunidade é um ponto fundamental. O aspecto central é a capacidade de associação das pessoas para formação de grupos, nos quais os interesses coletivos sobressaiam aos individuais.

Essa lógica é visível na concepção do PAC, basta observar cada uma das ações previstas para sua implantação. Todas as obras de infra-estrutura social e produtiva sempre necessitaram de grupos organizados, formando comissões para sua execução. Por exemplo, a construção do centro comunitário necessitou da formação de uma comissão que, além de estar encarregada do processo de licitação para contratação da empresa responsável pela obra, teve que decidir como ele seria construído, em termos de aparência e finalidade, também, todas as famílias do Assentamento contribuíram como auxiliares de pedreiro na construção. As famílias tiveram que se organizar em grupos para prestar dias de serviço na obra, preparando o terreno para suas fundações, levantando paredes e fiscalizando o trabalho da empresa contratada.

Dessa forma, ocorreram todas as outras ações, quais sejam, abertura e manutenção das estradas internas e construção de todos os prédios para desenvolvimento de atividades produtivas e sociais. A forma de condução do programa exigiu um grau de organização e confiança muito grande entre os assentados, o que, apesar dos conflitos e do afastamento de muitas famílias da sua execução, funcionou o suficiente para concluir as obras.

Decorrido o período de 4 anos, o que se observa é que esta mobilização durou somente até o final do programa, posterior a isso se percebe novamente a desagregação dos grupos.

Entretanto, os objetivos do programa não abarcam somente esta etapa de realização de obras. Vai além, propõe gerar renda, integrar as pessoas no ambiente

interno e externo através de ações organizadas para, com isso, promover o desenvolvimento do Assentamento e, por consequência, do território.

Cunha (2000), em seu artigo “Confiança, Capital Social e Desenvolvimento Territorial⁶¹”, analisa o que denomina de “nova proposta de política pública voltada para a agricultura familiar” com o objetivo de discutir os conceitos de “confiança e capital social” e sua relação com o desenvolvimento territorial.

O autor destaca que o conceito de confiança está sempre muito presente nas discussões que envolvem o tema do desenvolvimento. Para embasar sua afirmação ele analisa vários autores como Giddens (1991), Coleman (1990), Fukuyama (1996) e Putnam (1996), nos quais o atributo confiança é sempre elemento central na formação do capital social.

Tomando-se como premissa que a existência de capital social é elemento fundamental para o desenvolvimento de um território, percebe-se que a reforma agrária tem ainda um caminho longo a percorrer. O que é possível verificar neste momento é que os assentados, no decorrer dos anos, vão se adaptando à nova realidade. Em alguns lugares é possível verificar algumas situações que sinalizam a inserção de assentados nos espaços de participação do município, como nos conselhos municipais de agricultura, nas câmaras de vereadores, nos partidos políticos e, em alguns casos, nas prefeituras. O Santa Alice fez uma tentativa de representação na Câmara de Vereadores de Herval, pois um assentado concorreu nas últimas eleições e ficou como suplente de vereador.

Entretanto, esse fator não se constitui como regra, ao contrário, são algumas pessoas que tem um perfil mais participativo e que vão abrindo espaço para se integrar à vida do novo território. O habitual é ficarem mais isolados, menos participativos e menos confiantes nas relações sociais, dentro ou fora dos assentamentos.

Parece que as diferenças que poderão derivar da diversidade que compõe o assentamento, por enquanto, suplantam as estratégias cunhadas pelo PAC no que se refere à formação de um capital social no território em estudo. Porém, quando se adota

⁶¹ Cunha (2000), na elaboração de seu artigo, utiliza-se de um documento divulgado pelo INCRA em 16/03/1999, denominado “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado”.

a concepção que Simmel (1993) tem do conflito, o futuro sinaliza para uma possibilidade de superação dessa situação na medida em que o conflito é visto como um modo de sociabilidade.

Adriana Marrero (2006), em seu artigo sobre juventude, educação e desemprego no Uruguai, ao analisar a teoria do capital social em vários autores, destaca a evolução do conceito partindo de quem o introduziu, Jane Jacobs (1961), passando por Pierre Bourdieu (1980), chegando a Robert Putnan (2000, 1995).

Segundo a autora, com Putnan o conceito se amplia e se modifica, passando a caracterizar agregados de pessoas, comunidades, países e a ser entendido em termos de civismo. Aponta os efeitos econômicos que tem o desempenho dos governos regionais em comunidades concretas, abandona a dimensão microsocial, voltando a instalar a “efetividade governamental” como centro gerador de confiança, desenvolvendo a “efetividade das instituições políticas”, o crédito pelo êxito de uma sociabilidade que já não se sustenta somente na reciprocidade dos pequenos grupos.

Marrero (2006) destaca que, nos últimos anos, os documentos que analisam a realidade social, educativa e econômica de diversos países, produzidos por organismos internacionais (CEPAL, PNUD, BID) estão inseridos no marco conceitual da teoria do capital social. Ela diz que:

[...] A través de innumerables documentos de diagnóstico de la realidad social, educativa y económica en cada uno de los países, há iluminado de una manera diferente los fenómenos de pobreza y marginación y su relación com el desarrollo, abriendo las puertas a um nuevo enfoque para el diseño de políticas. (MARRERO, 2006, p.4)

É a partir desse marco teórico que o PAC está configurado enquanto proposta de desenvolvimento para os assentamentos resultantes da reforma agrária. Buscando a integração dos assentados, visando a constituição de uma rede social que permita o desenvolvimento econômico e social através de sua inserção no mercado capitalista. Tais redes buscam facilitar a atuação dos indivíduos e dos grupos sociais nos quais estão inseridos, provendo-os de recursos cuja ausência traria mais dificuldades ao seu desempenho.

Ainda, segundo Marrero (2006), a teoria do capital social apresenta alguns problemas e dentre eles estão destacados alguns que podem contribuir na análise dos efeitos do PAC sobre o Assentamento e sobre o território em que está inserido.

No que se refere ao estabelecimento dos laços sociais que devem melhorar as oportunidades de algumas pessoas, a autora pondera que essas podem acabar reduzindo as possibilidades daquelas que não estão inseridas na rede. Também, salienta que o acesso direto a todos os recursos por parte de alguns dos membros do grupo, pode prejudicar o êxito de empreendimentos individuais. Nesse caso, a conformidade com as normas do grupo ao qual pertencem, acaba por restringir a liberdade de decisão dos membros. Dá destaque, ainda, ao problema que diz respeito à solidariedade embasada na experiência comum de exclusão, uma vez que o êxito de membros individuais representa resultado inesperado e ameaça ao grupo misto, redundando em perda dos mais empreendedores.

Tendo como referência essas considerações evidencia-se que a teoria do capital social tem a pretensão de que a exclusão possa ser superada através da utilização de laços sociais, obscurecendo as contradições do capitalismo e transferindo para os indivíduos a responsabilidade da superação dessas contradições.

O sistema capitalista é por natureza contraditório. Ele exclui determinado segmento que compõe uma ordem social em que as relações não são eminentemente capitalistas para incluir adiante, precariamente, mas que de alguma forma sirva aos seus interesses.

Martins aborda com precisão este tema, ele diz que:

[] É característico da sociedade capitalista, desde sua origem, a exclusão, isto é o desenraizamento. É própria da sociedade capitalista a tendência de destruir as relações sociais que não sejam relações capitalistas. O que é próprio e característico dessa sociedade, e do predomínio que há nela das leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais é o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que elas estavam acostumadas a ser. (MARTINS, 2003, p.120)

Aprofundando a definição do termo, Martins afirma que exclusão social não existe porque ninguém está excluído do sistema, o que existem são formas precárias de participação no sistema capitalista.

[...] não existe exclusão, existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essa razão, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dá fora do sistema econômico e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam. (MARTINS, 1997, p.14)

No que se refere à tentativa do PAC de reintegração dos assentados ao sistema capitalista, percebe-se um ponto fundamental que deve ser abordado. Trata-se do papel dos mediadores nas ações do programa, que será analisado sob o a luz dos conceitos de exclusão social e educação popular de Martins (1997).

Para o autor, o papel dos mediadores deve ser o de entender profunda e criticamente as condições sociais e políticas nas quais estão trabalhando, pois segundo Martins, a grande tarefa que se coloca é a de “mediar o agir histórico pelo empenho de revelar, ao mesmo tempo, o sentido desse agir, que é a missão do educador popular” (MARTINS, 1997, p.10).

Tendo em vista, sua análise crítica a respeito do tema, busca-se uma reflexão mais aprofundada já que para o PAC os mediadores, e dentre eles a assistência técnica, tem papel fundamental no êxito do programa.

3.2 Do ideal ao real: O papel dos mediadores no desenvolvimento dos assentamentos.

O PAC assume um compromisso social, econômico e político com os assentados, na medida em que busca a integração desses ao território, buscando desfazer os estigmas criados pela condição de sem-terra e visando o desenvolvimento sustentável do assentamento, que os levará a emancipação em relação ao INCRA.

Um elemento importante para atingir esses objetivos é a definição dos papéis dos mediadores no projeto de desenvolvimento, sendo que um dos mediadores mais importantes deste processo é a assistência técnica, a qual está inserida em um projeto de extensão.

Os princípios fundamentais que orientam os projetos de extensão para os assentamentos da reforma agrária tem sido a ênfase na execução de cursos de capacitação, o estabelecimento de parcerias entre assentamento e instituições públicas (EMBRAPA, Universidades, etc.) e a formação de agentes difusores do conhecimento⁶². Também nesses momentos de capacitação são trabalhados os valores do cooperativismo, a importância da solidariedade e da coesão social para o desenvolvimento dos grupos.

A idéia da capacitação traz consigo a concepção de que ao possibilitar ao trabalhador novos conhecimentos (através de cursos, palestras e oficinas), por determinado período de tempo, ele pode tomar consciência de suas limitações, buscare superá-las e, ainda, difundir as estratégias de superação dos limites identificados.

O PAC objetivou a realização de um conjunto de ações que visaram o desenvolvimento sustentável do Santa Alice, e organizou um programa de capacitação para cada nova ação implementada pelos assentados. Assim, a cada limite apresentado pelos assentados, foi implementado um curso, palestra ou oficina de capacitação para o tema⁶³ em questão.

Silveira (2005), em seu estudo sobre o assentamento 19 de Setembro localizado no município de Guaíba-RS, ao analisar o programa de extensão rural lá implementado, destaca que a idéia de capacitação dos “atores locais”, através de cursos, palestras e oficinas, foi aplicada amplamente pelo Programa Universidade Solidária – UNISOL, constituído pelo Conselho da Comunidade Solidária, presidido pela antropóloga Ruth Cardoso. O referido autor faz a seguinte consideração sobre os pressupostos teóricos dos programas de capacitação que estão referenciados nesse modelo da UNISOL.

[] A abordagem dos problemas é representada como um processo objetivo e técnico de aprendizado de um conjunto de práticas sociais que visam o desenvolvimento sustentável da “comunidade”. O sujeito local é entendido como um dispositivo humano aberto a incorporação de novas idéias, disposto a superar as contradições em busca da maximização objetiva de sua qualidade de vida. O problema desta representação da

⁶² Esta prática consiste em capacitar alguns agricultores representantes do assentamento, através da participação destes em cursos, oficinas e palestras, em determinada área do conhecimento, principalmente na área produtiva, na perspectiva que estes se tornem agentes que propiciem a difusão do conhecimento para os outros assentados.

⁶³ As fotografias 6 , 7 e 8 destacam os curso de capacitação em agroecologia , agroindústria e fruticultura.

realidade do “outro” está exatamente na sua anulação enquanto sujeito histórico que vive e experimenta sua própria realidade, resiste e progride em movimentos contraditórios. Os assentados não são uma tabula rasa disposta à transformação de suas ações empíricas: eles possuem habitus, sistemas de significações adquiridos durante a sua trajetória social que ordenam suas experiências. Esses sistemas não são estáticos, mas também não são dispositivos abertos a incorporação espontânea de novas práticas e significados. (SILVEIRA, 2005, p. 70).

O autor utiliza a noção de habitus de Bourdieu para argumentar sobre a dificuldade que é, para os beneficiários de programas desta natureza, superarem seus limites, negarem suas práticas que estão fortemente ligadas aos aspectos culturais e aos seus sistemas simbólicos e assimilarem conhecimento e tecnologia novos e tão rapidamente.

Essa abordagem teórica também se verifica plenamente no PAC, pois muitas de suas ações estão associadas a um programa específico de capacitação. Tal programa está também alicerçado em uma lógica muito semelhante a da UNISOL.

Na área produtiva, a ênfase dada aos cursos, palestras e oficinas é sempre a agroecologia. Ocorre que a maioria dos agricultores do Santa Alice vem de uma realidade muito diferenciada, onde praticavam a agricultura convencional, caracterizada pela utilização intensiva de adubo químico e agrotóxicos e, muitas vezes, pela utilização de equipamentos agrícolas de grande porte. Esses aspectos estão incorporados no “habitus” dos assentados, pois fazem parte da sua história de vida anterior ao assentamento, portanto, não é fácil mudar, assimilar outro “habitus”, o da agricultura com base ecológica. Os dados sobre produção demonstram claramente essa realidade.

Segundo Bourdieu (2006), “hábitos” são as “disposições incorporadas de um agente em ação”, “conhecimentos adquiridos”, percepções de mundo duráveis que os indivíduos vão acumulando durante a vida, produzindo a realidade social através das práticas regulares.

Analisando o programa de capacitação oferecido pelo PAC, à luz do conceito de “habitus” de Bourdieu, é possível observar que o ideal fica muito aquém do real. Na prática, os agricultores dispõem de pouco tempo para assimilar novas práticas, e a tendência tem sido o retorno às práticas antigas. Isso gera frustração nos mediadores, que criam expectativas em torno do que entendem como o ideal e, muitas vezes, culpam os agricultores por não aproveitarem ou não valorizarem o que está sendo

oferecido a eles. A tendência de supervalorizar esses espaços, como se a capacitação fosse operar ‘milagres’ na transformação da realidade existente, levando-os para outro patamar de desenvolvimento.

No que tange aos assentamentos é muito comum os agentes de mediação, principalmente a assistência técnica e com muita freqüência os próprios assentados que estão exercendo algum tipo de liderança pelo MST, externalizar a visão de que os agricultores são teimosos, não possuem interesse em mudar, não participam das atividades propostas e etc. Assim, colaboram na consolidação do estigma criado pelo senso comum de que “assentado não produz e vive às custas do governo”.

Aprofundando a análise, é possível perceber outro elemento ainda mais preocupante em relação à visão estigmatizada sobre o assentado e suas origens étnicas. Há uma tendência, por parte desses mediadores, de construção de um perfil de assentado tido como o ideal de agricultor. E quem corresponde a esse perfil são os de origem européia (principalmente os descendentes de alemães e de italianos), são os definidos como verdadeiros camponeses, são os que trabalham e sabem lidar verdadeiramente com a terra, ou seja, são os que correspondem com mais facilidade aos projetos produtivos propostos pelos programas. Em contrapartida, costumam ver os assentados de origem indígena, os afro-brasileiros e os luso-brasileiros como aqueles que não têm afinidade com a terra, não são afeitos ao trabalho, são os tidos como fracassados no assentamento.

Nessa visão, não é considerado o fato de que o modo de vida de um grupo étnico é diferente do outro. Assim sendo, uma parcela de assentados pode não ter uma horta em seus lotes, ou mesmo, não querer dedicar-se a agricultura, preferir a pecuária como atividade produtiva ou, ainda, desenvolver atividades não agrícolas como o artesanato (no caso do Santa Alice, o artesanato em lã). Essas atividades são costumeiramente vistas como não legítimas nos assentamentos, muitas vezes pelos próprios assentados, e os mediadores acabam reforçando esta visão estigmatizada de não agricultores, colaborando com a promoção de cisões entre os assentados.

Para romper com esse estigma é preciso que os responsáveis pela elaboração e execução das políticas de desenvolvimento dos assentamentos percebam estas disposições dos assentados apenas como diferentes umas das outras por estarem

ligadas ao habitus da etnia, são seus aspectos culturais e precisam ser respeitados. É preciso entender que o projeto camponês pode variar de acordo com o habitus proveniente da etnia, e isso não significa que um grupo reúne as características de ser camponês e outros não. Observando a tabela 49, é possível afirmar que a maioria dos assentados trabalha na produção e somente na sua propriedade (74,7%), o que demonstra o projeto camponês sendo colocado em prática, não importa de qual tipo ele seja.

Cabe destacar que no Santa Alice foram realizados vários cursos, palestras e oficinas, visando nivelar o conhecimento dos assentados sobre atividades produtivas implantadas pelo PAC e que os assentados nunca haviam realizado antes. Um exemplo bem claro está no funcionamento da agroindústria, uma das ações do PAC de infraestrutura produtiva. Para que pudesse entrar em funcionamento foi preciso promover vários cursos de capacitação. Na realidade, todas as pessoas que se propuseram a trabalhar na atividade nunca haviam trabalhado com produção agroindustrial. Produzir doces e sucos consistiria em uma atividade totalmente nova, sendo, portanto, necessário participar da capacitação. Várias palestras e oficinas⁶⁴ de “boas práticas”⁶⁵ foram ministradas. Inicialmente, um grupo expressivo participou, porém, aos poucos o número foi diminuindo significativamente.

Um problema se estabeleceu entre os assentados, relaciona-se a frequência nos cursos por parte dos assentados e, por isso, não houve uma homogeneidade na aquisição do conhecimento. Algumas pessoas aprenderam a parte de higiene e não aprenderam o preparo do doce, outras aprenderam o preparo, mas não participaram da etapa que trabalhou a forma de envasamento. Além disso, algumas pessoas nunca participaram de nenhuma etapa e hoje querem produzir na agroindústria.

Outro problema verificado é que nem todas as pessoas assimilaram a necessidade de cumprir as normas de higiene, acham que é dispensável, pois sempre fizeram do seu modo em casa e nunca tiveram problemas.

⁶⁴ Estas palestras e oficinas foram ministradas por técnicos, devidamente habilitados, do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – ONG responsável pela assistência técnica no Santa Alice.

⁶⁵ Boas práticas é uma terminologia utilizada para designar um conjunto de passos necessários para a produção de alimentos de qualidade e ecológico. Tais passos vão desde o plantio da matéria prima, procedimentos de higiene, até o envase e armazenamento do produto industrializado.

Esses fatores acabam impondo sérios limites às exigências de comercialização do produto no mercado, por conseqüência, causa um desestímulo tanto por parte dos assentados como dos agentes de mediação, em especial a assistência técnica que está bem mais próxima da realidade dada.

Os relatos e exemplos até aqui apresentados demonstram que os assentados não alcançaram as expectativas institucionais, porém só o fato de permanecerem no assentamento e produzirem alimentos, em alguns casos somente para o sustento da família, já é um sinal de êxito e superação dos seus próprios limites.

O problema está na visão de quem pensa os projetos de desenvolvimento sob uma perspectiva tecnicista, sem levar em consideração o tempo que é diferente para os agentes mediadores e para os agricultores. O tempo dos agentes que são responsáveis pela implantação dos projetos é o tempo institucional, é o tempo para um governo demonstrar resultados, prestar contas do investimento, cumprir com a burocracia, já o tempo dos agricultores é o de superação do habitus incorporado durante sua trajetória social. Percebe-se, então, um descompasso entre uma temporalidade e outra. Um exemplo deste argumento é o próprio PAC, que em três anos pretende mudar uma realidade complexa como a do Santa Alice.

Nesse sentido, levanta-se a necessidade dos agentes de mediação abrir espaço para compreensão do outro. Martins (2003) deixa claro, em “A sociedade vista do abismo”, que um dos principais fatores que se faz necessário compreender, quando se trabalha como agente de mediação, é apreender a ver o outro do lugar onde este outro se encontra. Só desta forma é possível a compreensão da realidade partindo da vivência e do modo de ver o mundo daqueles que estão passando pela adversidade social.

Geertz (2001) observa que “o que precisamos é um modo de pensar que seja receptivo as particularidades, às individualidades, às estranhezas, descontinuidades, contrastes e singularidades” (GEERTZ, 2001, p. 196).

Quando os agentes de mediação não vêem o outro como ele é ou como ele quer ser visto, geram equívocos, visões preconceituosas e segregatórias. Essa visão não contribui para o desenvolvimento integral do grupo social ao qual se tem a pretensão de assessorar e muitas vezes coordenar.

3.3 – Agroecologia como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável

Desenvolver a produção de forma ecológica é o objetivo de vários programas destinados à reforma agrária. O Santa Alice foi estimulado à produção de base agroecológica por vários desses programas, dentre eles o PAC. Esse programa tem como diretriz investir em ações que estimulem o desenvolvimento da agroecologia, estabelecendo uma estratégia clara de desenvolvimento rural sustentável com o objetivo de dar conta dos desafios socioambientais que estão postos para a reforma agrária.

Quando se recorre à literatura em busca da definição de agroecologia é possível perceber que ainda é uma proposta que está em construção, conforme aponta Boemeke (2001) no título de seu artigo “agroecologia: uma proposta em construção”. O referido autor destaca que a agroecologia surgiu a partir da utilização de várias práticas alternativas de agricultura, buscando não aprofundar os danos causados pela Revolução Verde. Porém, ela é mais que a simples substituição de práticas danosas ao meio ambiente, como por exemplo, a substituição de adubos químicos por orgânicos. Envolve também, o desenvolvimento de uma visão sistêmica, ou seja, todo um conjunto de princípios que estão coordenados entre si de maneira a formar um todo. Justificando esta afirmação ele diz que:

[...] A Agroecologia, portanto, visa interpretar, entender e intervir nos agroecossistemas de forma a favorecer o seu fluxo energético de água e nutrientes, mantendo-o e, se possível, incrementando-o. No que se refere à produção agrícola ecológica, a Agroecologia coloca-se para além da substituição pura e simples dos agrotóxicos, adubos solúveis, sementes híbridas, animais e plantas transgênicas. No lugar disso, busca o equilíbrio do solo, através da reposição de matéria orgânica, de sua maior capacidade de reter água, de mobilizar nutrientes e de manter níveis aceitáveis de produtividade através do germoplasma adaptado (animal e vegetal). [...] A Agroecologia não possui receita ou fórmula pronta. Está basicamente centrada no manejo racional dos agroecossistemas, nos conceitos de trofobiose e sucessão vegetal, no aumento da matéria orgânica e da microvida do solo, na reciclagem de nutrientes, nas sementes adaptadas, na conservação e ampliação da biodiversidade de espécies e da diversidade cultural das comunidades rurais. É esta concepção sistêmica que torna possível dizer que o principal insumo da Agroecologia é o conhecimento (BOEMEKE, 2001, p. 7-8).

Boemeke (2001) ainda ressalta que enquanto parte da ciência caminha para desenvolver tecnologias que auxiliem os agrossistemas suportar os abalos provocados pela má utilização da natureza por parte do homem, a agroecologia é a outra parte da

ciência que busca desenvolver tecnologias que causem o mínimo de impacto possível no meio ambiente, na perspectiva da sustentabilidade.

Para uma melhor compreensão do tema da sustentabilidade, buscou-se na literatura uma referência conceitual de sustentabilidade que melhor se aproximasse das diretrizes do PAC. Caporal e Costabeber (2001) em seu artigo sobre a relação da agroecologia e desenvolvimento rural sustentável como uma possibilidade de atuação para a extensão rural, procuram abordar temas chaves que norteiam o conceito de sustentabilidade.

Os autores afirmam que há uma falta de consenso em torno do conceito sobre desenvolvimento sustentável, porém, apontam que isso não pode ser limitador para a ação. Enfatizam o êxito de vários grupos sociais que se empenharam em modificar a realidade elaborando projetos fundamentados nos princípios da sustentabilidade. Contudo, eles destacam duas correntes centrais e antagônicas sobre o tema. A saber, a “ecotecnocrática e a ecossocial” (CAPORAL E COSTABEBER, 2001, p. 21).

Segundo os autores, a corrente denominada ecotecnocrática ou intensificação verde, está diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico na medida em que busca estabelecer um equilíbrio entre “crescimento, sociedade e meio ambiente” através da construção de estruturas de mercado que estabeleçam “preços para produtos e serviços da natureza” ou a “cobrança de taxas ou impostos pela deterioração ambiental”.

Especificamente para a agricultura, aplica-se o que os autores citados acima definiram como “idéia da intensificação verde” o que significa a adoção do mesmo padrão tecnológico de exploração utilizado até então, porém, empregando novos mecanismos tidos como menos danosos ao meio ambiente.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que essa teoria ainda não considera os efeitos sociais (preservação da diversidade cultural), econômicos (exclusão, pobreza) e ambientais (preservação da biodiversidade). Esses aspectos são considerados como os “efeitos perversos da modernização tecnológica do campo” (CAPORAL E COSTABEBER, 2001, p.25).

Já a corrente denominada de ecossocial⁶⁶ ou de transição agroecológica, conceitualmente é o oposto da ecotecnocrática. Tem como marco teórico a proposta de profundas alterações na estrutura da sociedade onde as questões de base econômica dariam lugar ao estabelecimento de um acordo de solidariedade, levando a novos e definitivos rumos de desenvolvimento na sociedade.

No que se refere à agricultura, essa corrente se propõe a trabalhar na perspectiva da transição agroecológica. Segundo os autores, deve ser levado em consideração o entendimento da agricultura como um procedimento que parte da “construção social”, portanto, é natural a concepção de que as famílias rurais devem ser as protagonistas do “desenvolvimento socioeconômico e cultural de suas comunidades” (CAPORAL E COSTABEBER, 2001, p.21).

Na observação dos pressupostos do PAC apresentados no item 1.3 do capítulo primeiro deste trabalho, pode-se dizer que o Programa se filia a essa última corrente na medida em que é possível destacar a maioria dos aspectos que se relacionam ao marco teórico da corrente ecossocial. Entretanto, é preciso evidenciar que na prática são encontrados inúmeros obstáculos a serem vencidos. Um deles, provavelmente o principal, diz respeito à necessária mudança de habitus por parte dos beneficiários do programa.

Nesse contexto a assistência técnica tem papel fundamental no processo, como já foi destacado no item 3.2 deste capítulo. Porém, não basta entender a necessidade da participação dos agricultores na tomada de decisão, estar consciente do papel do planejamento das ações de intervenção, ter conhecimento técnico sobre os procedimentos para a produção ecológica e oferecer, tecnicamente, bons cursos de capacitação. Todos esses elementos são de extrema importância para o êxito da proposta de desenvolvimento sustentável, mas, existe a questão do habitus do agricultor. Modificar esse aspecto que é cultural, portanto intrínseco a trajetória de vida do agricultor, é o maior desafio.

Segundo relato da assistência técnica do Santa Alice, hoje é possível encontrar um pequeno grupo em fase inicial de transição da produção de modo convencional⁶⁷

⁶⁶ Caporal e Costabeber especificam no seu texto que essa corrente abarca várias linhas de pensamento alternativo a corrente ecotecnocrática e que eles agruparam sob a denominação de ecossocial.

⁶⁷ Utilização de agrotóxicos e trator para o preparo da terra.

para a de base ecológica. Foram oferecidas pelo PAC as condições para essa transição, tanto em termos de investimento como em termos de capacitação. Das 77 famílias, 11 aderiram ao processo e estão produzindo de forma ecológica e comercializando parte da produção através da Cooperativa de Produtores Ecológicos, a Sul Ecológica, tanto in natura (feijão), como produtos agroindustrializados (mel, doces e sucos).

Contudo, essas 11 famílias que possuem áreas com produção agroecológica, também possuem áreas com produção do modo convencional, utilizando adubos e fertilizantes químicos, sementes híbridas e contratando horas de tração mecânica para preparar a terra onde a área de plantio vai ser maior.

Os dados do perfil de entrada (2003) demonstram, através da tabela 3, essa realidade. Verifica-se que em 2003, 79,2% das famílias do Santa Alice tinham o hábito de contratar o serviço de mecanização, pago por hora de trabalho, para o preparo da terra onde iriam instalar suas lavouras. Segundo a assistência técnica, essa realidade não mudou. Hoje as famílias continuam contratando hora máquina com a finalidade de facilitar o trabalho de preparação da terra, principalmente aquelas famílias onde a mão de obra é insuficiente para a execução das tarefas agrícolas.

Ao analisar a tabela 11, verifica-se que os assentados não possuem equipamentos agrícolas de maior porte e de tração mecânica, predominam os equipamentos de pequeno porte e de tração animal. Porém, como já foi demonstrado na tabela 3, as famílias contratam trator para o preparo da terra, o que demonstra uma pré-disposição à utilização dos métodos convencionais no preparo da terra.

No item Meio Ambiente (tabelas 14 e 15 dos anexos), os dados que dizem respeito às práticas agrícolas utilizadas pelos assentados, no período em que foi aplicado o perfil de entrada (2003), demonstram que quase a totalidade dos assentados não lançava mão de práticas ecológicas como adubação verde ou orgânica, controle biológico de invasores e terraceamento. Observando os dados, destacam-se os altos percentuais de não utilização dessas práticas, ou seja, 97,2% dos assentados não faziam adubação verde de verão, esse percentual diminuiu minimamente para 91,0% no que se refere à adubação verde de inverno. É necessário destacar que 100% dos assentados não utilizavam esta prática anteriormente.

Em contrapartida, no que diz respeito à utilização de insumos convencionais, como os fertilizantes químicos e agrotóxicos a utilização é relativamente baixa no período do primeiro levantamento. A tabela 15 mostra que os fertilizantes à base de uréia foram os mais usados (62,6%). Por outro lado, o fertilizante de cobertura foi utilizado por apenas 1,4% dos assentados e os agrotóxicos por apenas 2,8%.

Tendo em vista que o perfil de saída não verificou essas informações para que fosse possível fazer comparações o antes e o depois do PAC, foi necessário buscar as informações em entrevista junto a representante da assistência técnica do Santa Alice. Ela informou que essas práticas não mudaram, mesmo após todo o estímulo financeiro e de capacitação do PAC, com exceção de 11 famílias que estão em processo de transição para a agricultura de base ecológica.

Assim sendo, pode-se observar que a meta prevista pelo PAC de transição da agricultura convencional para a de base agroecológica, na direção do desenvolvimento sustentável ainda caminha a passos lentos no Santa Alice. Esses elementos remetem ao objetivo central do PAC, qual seja a emancipação do assentamento com a inserção das famílias na agricultura familiar.

Dessa forma, torna-se imprescindível questionar a viabilidade deste objetivo, pelo menos em relação ao tempo previsto pelo Programa para atingi-lo, bem como a capacidade das famílias gerarem uma renda líquida de dois salários mínimos mensais, a partir do terceiro ano de implantação do Programa.

3.4 Assentamento Santa Alice: uma tentativa de transformação do território capitalista em território camponês

Quando se fala em desenvolvimento territorial, percebe-se logo que o território que o capitalismo vem produzindo ao longo do tempo é essencialmente desigual e que as relações que nele se desenvolvem são profundamente contraditórias.

No bojo de seu desenvolvimento, o capitalismo expulsou da terra um enorme número de camponeses, transformando-os em trabalhadores assalariados. Contudo, não deu conta de absorver no processo sócio-produtivo esse contingente que gerou, e acabou por forjar os sem-terra. Esses trabalhadores, aglutinados por movimentos

sociais organizados, reivindicam o direito a terra, na tentativa de fazer ressurgir o modo de vida camponês no território destinado à reforma agrária.

Tais elementos estão muito visíveis na fala de uma agricultora assentada no Santa Alice. Quando entrevistada para este estudo, ela reproduz no seu relato que, apesar das dificuldades que sua família passou e ainda passa na vida, nunca quis deixar de ser agricultora. Ela diz que quando seu marido pensou em abandonar tudo para trabalhar na cidade, foi contrária à proposta. Seu argumento gira em torno de não ter qualificação para exercer outra atividade que não fosse ligada a agricultura.

[...] Ele (marido) queria ir embora para Porto Alegre, eu disse: negativo, vamos fazer o que lá! Eu que tenho um pouquinho mais de estudo do que tu...vamos ir para lá para passar fome, a gente não tem estudo. Estamos aqui e aqui vamos cavoucar, sem estudo vamos fazer o que lá. Entramos na reforma agrária e vamos ficar (Ana, assentada no Santa Alice, 2007).

O objetivo do capitalismo é a acumulação e o lucro, enquanto que o da economia camponesa é a sobrevivência voltada para a reprodução desse modo específico de vida. Oliveira (2007) define o camponês como aquele que produz para a subsistência e comercializa o excedente, ou seja, comercializa aquela parcela da produção que está sobrando, que está além da parte necessária a subsistência do agricultor.

[] Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Esse conceito de camponês serve de referência para o presente trabalho, visto que se verifica nos assentamentos da reforma agrária exatamente este tipo de relação com o capital. Dentre as famílias assentadas, a maioria tem produzido o suficiente para sua sobrevivência e, quando possível, comercializam o excedente. Isso vem ocorrendo nos assentamentos, independente dos ideais socialistas estimulados pelo MST e em detrimento dos investimentos e objetivos de inserção ao sistema capitalista de produção de programas como o PAC.

Diante disso, alguns elementos importantes devem ser considerados para elaborar esta análise, especificamente em relação ao Santa Alice. Primeiramente, cabe

mencionar as dificuldades relacionadas aos fatores estruturais, entre os quais se destaca a localização do assentamento em área de difícil acesso, distante do mercado consumidor, e as precárias condições de trafegabilidade das estradas, conforme apontam os dados⁶⁸ do perfil de entrada (2003) e a imagem⁶⁹ apresentada nos anexos desta dissertação. Por mais investimentos que um programa como o PAC faça no assentamento, não consegue dar conta das estruturas deficitárias resultantes das desigualdades regionais que o capitalismo produz.

Outro elemento importante está relacionado ao papel da associação São Roque que, por dificuldades de integração entre os associados, não está cumprindo dois dos seus principais papéis, quais sejam, a organização da produção interna do assentamento e a abertura de mercado para os produtos dos associados. Ao analisar os dados do perfil de entrada (2003), as tabelas 7 e 8 demonstram que, na opinião dos assentados, os principais entraves para produzir estavam ligados à dificuldade de preparar a terra (19,4%) e ao alto custo dos insumos (15,2%). E, para comercializar, o principal problema estava relacionado à distância do mercado consumidor (68,1%).

Não é possível fazer uma relação direta com o perfil de saída (2006), pois essa informação não foi coletada da mesma forma. Porém, ao analisar as tabelas que informam o destino dado à produção no Santa Alice, é possível verificar que a realidade continua a mesma, ou seja, produzir para a subsistência, comercializando o excedente em pequena escala. Isso demonstra que a associação não está cumprindo o seu papel.

Por outro lado, são evidentes as transformações paisagísticas, tanto econômicas, sociais, ambientais como culturais, impressas no território⁷⁰ onde foi implantada a reforma agrária. Observando os mapas 3 e 4, que constam nos anexos deste trabalho, é possível comparar o território onde hoje está implantado o assentamento e antes, quando o mesmo território era destinado à criação de gado e à produção agrícola da fazenda Santa Alice.

⁶⁸ Ver dados das tabelas 12 e 13 que demonstram as condições das estradas que dão acesso ao Santa Alice.

⁶⁹ Ver fotografia 1 nos anexos.

⁷⁰ Território aqui é entendido tal como entende Bombardi (2004), qual seja, como o espaço onde se expressam as relações sociais, sendo resultado da interação entre tempo e espaço, portanto, historicamente construído.

Segundo o relatório elaborado pelo Núcleo de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA, do qual foram retirados os mapas⁷¹ 3 e 4, grande parte do imóvel antes da implantação do Assentamento estava ocupado da seguinte maneira:

[...] ocupado por campo nativo seco, totalizando 633,09 ha (cerca de 30,20% do total do imóvel), as formações florestais nativas ocupavam 753,54 ha (35,94% do imóvel), vegetação arbustiva ocupava 230,26, representando 10,98%, as áreas exploradas por agricultura ocupavam 303,74 ha, o que representa 14,49% da superfície que hoje é o Assentamento Santa Alice, áreas anteriormente preparadas para o plantio e que depois não foram novamente utilizadas, representavam aproximada 173,72 ha (8,29%). Essas áreas encontravam-se, em sua maioria, cobertas por vegetação campestre nativa em regeneração, com a predominância de espécies pioneiras. Os corpos d'água totalizavam uma superfície de 1,4 ha, distribuídos em 2 manchas que representavam apenas 0,07% do imóvel. A classe subsolo exposto foi mapeada neste período, ocupando 0,91 ha (0,04%) em duas manchas. No que se refere à situação das áreas de preservação permanente (APP⁷²), antes da implantação do PA verifica-se impacto, com 36,78 ha (15,73 % do total) sob usos antrópicos (áreas em pousio). A maior parte da superfície encontrava-se ainda sob o predomínio de cobertura vegetal natural de campo seco, mata nativa ou vegetação arbustiva. (Relatório Ambiental, 2007, p. 43).

No que se refere à nova configuração do território após o estabelecimento do assentamento, o mapa 4 mostra as alterações ocorridos pelas diferentes maneiras de uso do solo. Segundo o já referido relatório:

[...] a área ocupada por formações campestres mudou de 633,09 ha (30,20% do total) para 810,60 (38,66%), um aumento de 178 ha que representa um incremento de 28,05%. A maior parte desse aumento ocorreu principalmente sobre as classes agricultura e pousio, para a mata nativa foi verificada alteração, passando de 753,54 ha (35,94% do total) para 816,19 ha (38,93% do total), o que correspondeu a um aumento de 63 ha (um acréscimo de 8,31%), a vegetação arbustiva passou de 230,26 ha (10,98% do total) para 162,95 ha (7,77%), uma diminuição de 67 ha que representa um decréscimo de 29,23% em relação à superfície ocupada antes da implantação do Assentamento. A superfície ocupada com agricultura diminuiu, passando de 303,74 ha (14,49%) antes da implantação para cerca de 222,61 ha (10,62%) da superfície total após a implantação do Assentamento, uma redução de 81 ha que representa um decréscimo em torno de 26,71%. Em contrapartida, o número de manchas com esta classe aumentou, principalmente sobre as áreas campestres, passando de três para 67 manchas após a implantação do PA. Esse fato deve-se ao aumento e fragmentação da exploração produtiva da área, onde cada assentado destina uma parcela de seu lote para o plantio de culturas anuais. A superfície ocupada pela classe

⁷¹ Segundo o já referido relatório ambiental do INCRA, o uso do solo foi mapeado em duas épocas distintas, a fim de avaliar as alterações ocorridas com a implantação do Santa Alice. A metodologia utilizada para produção dos mapas temáticos de uso e cobertura do solo foi à interpretação visual em tela de imagens do satélite Landsat, órbita ponto 222/082. Foram produzidos dois mapas temáticos, um referente ao período anterior à implantação do PA (28/12/1996) e outro relacionado ao uso posterior à implantação do PA (11/07/2004).

⁷² As APPs são as Áreas de Preservação Permanentes, dentro dos assentamentos, definidas pelo INCRA. Nessas áreas não é possível desenvolver nenhum tipo de atividade produtiva.

pousio passou de 173,72 ha (8,29% do total) para 81,96 há (2,13%), uma redução de 92 ha que representa um decréscimo de 52,82%. Apesar da diminuição de área, houve um aumento significativo no número de manchas, passando de duas para 33 manchas após a implantação do PA. Boa parte da classe pousio avançou sobre o campo nativo e vegetação arbustiva. As áreas ocupadas por corpos d'água, em torno de 1,4 ha (0,07%), e pela classe subsolo exposto, cerca de 0,91 ha (0,04%), apresentaram-se inalteradas. Quanto as APP, constatou-se que o uso produtivo destas áreas diminuiu de 36,78 (15,73% do total de APP) para 11,14 (4,77%), o que significa dizer que atualmente as áreas que deveriam ser integralmente protegidas possuem 26 ha com algum tipo de uso. Apesar da redução no uso antrópico das APP, ficou constatado pela averiguação a campo o acesso pelo gado, a retirada de madeira nativa para moirões e lenha e em alguns pontos a supressão total da vegetação nativa (Relatório Ambiental, 2007, p. 47).

Analisando o mesmo recorte territorial, em momentos distintos, é possível observar as duas formas diferenciadas de uso da terra, demonstrando hoje a tentativa de (re) campenização do território pela reforma agrária, antes estruturado pelo e para o capital. Bombardi (2004) diz que “a configuração do território pode ser captada pelo olhar, de forma que se pode apreender o modo de produção a partir da observação da constituição de seu território” (BOMBARDI, 2004, p. 49).

Martins (2004) em seu livro “O cativo da terra”, aponta as contradições inerentes ao capitalismo, sendo uma delas a necessidade que o sistema tem de desenvolver relações não-capitalistas extremamente necessárias à sua reprodução, ou seja, o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção.

[...] A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado (MARTINS, 2004, p. 21).

Considerando-se essa forma de análise, procurou-se entender de que forma o trabalho familiar, nos moldes camponês, se reestruturou no Santa Alice através da figura do agricultor familiar de subsistência e das tentativas de (re) estabelecer os estreitos vínculos comunitários necessários à afirmação da vida camponesa.

Outro autor que analisa a reestruturação do campesinato inserido no modo de exploração agrícola capitalista é Oliveira (2007):

[...] a transição do feudalismo ao capitalismo gerou no campo um conjunto muito grande de formas de produção não especificamente capitalistas, o que, particularmente, resultou na aparição de uma volumosa massa de camponeses proprietários individuais que, na lógica geral do desenvolvimento capitalista, deveriam posteriormente desaparecer, em função da chamada superioridade técnica da grande produção capitalista. Entretanto a sua persistência e crescimento, desde os séculos passados até hoje, têm solicitado dos estudiosos uma resposta a essa questão. Essa resposta pode ser encontrada exatamente na concepção de que o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, e, portanto, cria as condições para a reprodução dessa produção familiar camponesa. Cria porque, ao contrário do que ocorreu na realidade inglesa, a aliança que a burguesia fez com esses camponeses livres em outras partes da Europa permitiu a criação de condições básicas para seu crescimento. E mais, as condições de baixa rentabilidade do capital no campo, comparativamente à indústria, fizeram com que esse capital (na essência industrial) desenvolvesse mecanismos de dominação sobre esses camponeses, explorando-os sem expropriá-los (OLIVEIRA, 2007, p. 19).

Para Oliveira (2007), tal qual como para Martins (2004), coexistem no meio rural formas capitalistas e não-capitalistas de produção, pois esta última forma é fruto, criação da própria contradição do capital.

[] É por isso que pesquisas recentes têm registrado uma forte presença do trabalho camponês no conjunto das explorações agrícolas. Esse número tem variado de país para país, mas, de qualquer forma, ele tem teimosamente e contraditoriamente persistido. Persistido, porque ele não é estranho ao capitalismo; persistido, porque ele é cria contraditória desse mesmo capitalismo (OLIVEIRA, 2007, p.33).

Diante disso, ressalta-se que o lado mais perverso do capitalismo não é somente o fato de promover a miséria e a fome, mas o fato de tirar do ser humano a possibilidade de liberdade, de agir como dono de seu próprio destino. Como aponta Martins (2000), o problema do capitalismo não é só a geração da pobreza.

[...] Hoje a pobreza é relativa, mas ainda é pobreza, uma pobreza perversa porque confunde a vítima, dá-lhe a impressão de ter quando não tem, porque lhe oferece coisas, quantidades, bens materiais no lugar de sua emancipação como ser humano, de sua liberdade, como senhor do próprio destino. Mesmo os miseráveis das favelas de São Paulo e Rio de Janeiro, que muitas vezes não tem na mesa o prato de comida, têm no teto do barroco a antena parabólica. A abundância de bens encobre a pobreza de desigualdade, de criatividade, de consciência ampla e profunda. Dá-lhe a impressão de ser quando não são, mais do que a impressão de ter quando não tem (MARTINS, 2000, p. 157).

Quando se observa os dados das tabelas 50 a 53 no perfil de saída (2006), referentes ao tipo de controle e registro feito pelas famílias no que concerne à produção e comercialização de seu produtos, ao final do PAC ainda se constata que praticamente metade do assentamento ainda não tem controle sobre a produção e da dívida

contraída, nem registro do que comprou ou do que vendeu de sua produção. Dessa forma, percebe-se o grau de dificuldade dos assentados para fazer parte da economia de mercado capitalista e, ao mesmo tempo, manter a autonomia sobre a gestão do processo produtivo.

Enfim, para além da questão econômica, da geração de dois salários mínimos ao mês, conforme a previsão do INCRA após o PAC, a reforma agrária para um número significativo de famílias representa muito mais. Significa moradia, alimentação todos os dias para a família, escola para os filhos e, principalmente, a manutenção da dignidade, de sentir a autonomia perante a possibilidade de prover seu próprio sustento e de garantir sua reprodução social como camponês. Resistindo às contradições do capitalismo que expulsa e reinsere ao sistema, de forma precária é certo, mas reinsere, pois, afinal o sistema não se mantém sem essas contradições.

A reforma agrária mudou a estrutura fundiária, social, econômica e cultural do Rio Grande do Sul, causando impacto nas áreas onde foi instalado um grande número de assentamentos, mas certamente, a transformação maior está relacionada à dimensão humana. Como diz Martins (2000), a reforma agrária “suprime fatores de anomia e desagregação familiar” (MARTINS, 2000, p. 37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve a intenção de lançar algumas luzes sobre os aspectos da diversidade étnica, cultural, das trajetórias de vida e trabalho e dos projetos futuros dos assentados, considerados elementos importantes a serem ponderados quando se trata do desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul. Destaca-se que, comumente, esses aspectos não são observados pelos agentes responsáveis pela elaboração das políticas públicas que visam desenvolver os assentamentos.

Nesse sentido, o estudo de caso do assentamento Santa Alice – Herval/RS, buscou a compreensão da influência dessa diversidade, que compõe o perfil do assentado, na formação de redes de cooperação como base para a condução de um projeto de desenvolvimento - o PAC.

Um aspecto importante que ficou evidenciado, na realização do estudo, foi a mobilização das famílias assentadas na tentativa de (re) construção do projeto camponês (terra, trabalho e família) no território da reforma agrária. Essa constatação demonstra intenções bem diferenciadas em relação aos objetivos do PAC e do MST. Cabe salientar, que a proposta do PAC contempla o trabalho coletivo para enfrentar o mercado, na tentativa de inclusão social e econômica do Santa Alice ao sistema capitalista. Por outro lado, o MST visa transformar o território do assentamento em um espaço de tomada de consciência para a constituição de uma classe social, capaz de promover a mudança da sociedade capitalista desigual para outra, mais justa e igualitária.

Mesmo considerando, tal qual entende Velho (2001), o fato de esse público transitar em dois mundos (o tradicional e o moderno), fica claro que acabam se referenciando no tradicional - local onde o domínio dos símbolos se dá por inteiro, diferente do moderno onde o domínio dos símbolos é superficial ainda - e que buscam reproduzir o modelo de origem na de ocupação e uso da terra quando assentadas no novo território.

Nos acampamentos de sem-terra organizados pelo MST, o tema trabalho coletivo, cooperação⁷³, associativismo é bastante difundido. Na concepção deste Movimento, os anos de acampamento deveriam servir, também, para o agricultor assimilar um novo modo de vida, adquirindo outra consciência social, onde o cooperativismo seria a alternativa socialista para o enfrentamento no mercado capitalista. Portanto, o objetivo é transformar o habitus camponês, que está presente no dia a dia do assentado, em consciência organizada de trabalhador rural.

Contudo, hoje, o que se verifica na vida cotidiana do assentamento são relações de produção baseadas na constituição de redes de parentesco e compadrio, mesmo nas atividades que foram inseridas pelo PAC. Para constatar isso basta observar a natureza dos grupos que se formaram para o trabalho, nos empreendimentos produtivos, são grupos que foram constituídos por uma afinidade bem específica, o parentesco e o compadrio.

No cotidiano do Assentamento, não há mais a mesma organização e a mesma influência do MST para estimular a constituição de uma identidade com uma consciência coletiva. É no dia-a-dia que a identidade camponesa vai ressurgindo e trazendo à tona os projetos individuais.

Quanto ao estabelecimento de uma rede social coesa entre os assentados e entre esses e a sociedade local, para permitir não só a implantação do PAC, mas também a condução do desenvolvimento do assentamento foi possível perceber que os momentos de conflito ainda são maiores que os períodos de coesão, tanto internamente como na relação com a sociedade envolvente. Contudo, na percepção dos assentados as relações externas melhoraram em relação à chegada. Porém, o estigma negativo de sem-terra ainda persiste, dificultando sobremaneira essa relação. Os dados mostraram a dificuldade de inserção nos espaços políticos e de decisão no município, conflitando com o objetivo de integração social do PAC.

Sendo assim, o estudo apontou que o estabelecimento de laços sociais sólidos entre famílias portadoras de tamanha diversidade, não se deu por imposição de um projeto de desenvolvimento econômico, o PAC. Na prática cotidiana, essas famílias

⁷³ Segundo Oliveira (2007) cooperação é a forma de trabalho em que, no mesmo lugar e em equipe, trabalha-se planejadamente, no mesmo processo de produção ou em processos distintos.

desenvolvem suas próprias estratégias de convivência quando necessário, minimizando os conflitos com a finalidade de atingir um objetivo específico. E, quando não vêem mais motivos para isso, recuam, deixando vir à tona as divergências e as visões de mundo diferenciadas. Como Simmel (1993) aponta, são os períodos de coesão alternados por períodos de conflito que vão conformando o processo de sociabilidade do grupo.

É preciso compreender o que há de organização interna e espontânea nos grupos sociais e partir dessa realidade para estabelecer qualquer proposta de desenvolvimento, visto que o modo de vida de um pode não ser necessariamente o do outro.

Quanto ao objetivo de emancipação do PAC, verifica-se que o assentamento ainda está longe de chegar ao patamar esperado pelo programa. O desenvolvimento alcançado ainda não permitiu que os assentados gerassem dois salários mínimos ao mês.

Em relação às expectativas das famílias quanto às melhorias que o PAC iria implementar no Santa Alice, essas não foram frustradas. Os dados do perfil de entrada (2003) apontavam que 75,0% dos assentados tinham expectativas que o programa fosse melhorar aspectos da produção, da organização (58,3%), de infra-estrutura (73,6%), de educação, saúde e lazer (69,4%). Em certa medida melhorou, pois, o relatório elaborado a partir da sistematização dos resultados, aponta que o este Programa teve importância não apenas pelos investimentos que fez, mas também, pelo aprendizado que proporcionou aos assentados que estiveram envolvidos em sua implantação. O relatório destaca um depoimento de um agricultor sobre sua participação no PAC e o quanto esse agricultor valorizou o fato de ter participado de uma comissão de licitação, de ter aprendido a operar um instrumento público como a licitação.

O relatório ainda diz que, a visão de melhoria que os assentados expressam sobre muitas ações do PAC não inviabiliza a crítica de que muitas outras ações necessárias a um desenvolvimento integral foram relegadas a um segundo plano ou não foram nem consideradas como algo importante. Assim, entende-se neste estudo que houve demasiada ênfase em investimentos que privilegiaram os aspectos de infra-

estrutura, principalmente, a produtiva. E, foram desconsiderados aspectos como a saúde e a educação dos assentados, elementos fundamentais para o desenvolvimento integral do ser humano e do território por ele construído.

REFERÊNCIAS

BOEMEKE, Luiz Rogério. Agroecologia: uma proposta em construção. In: ETGES, V. E. (org.), **Desenvolvimento Rural: Potencialidades em Questão**. Santa Cruz/RS: EDUNISC, 2001. p. 9-10.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa**. São Paulo: Annablume editora, 2004. 395 p.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1979. 135 p.

_____ **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 313 p.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, Dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel – PR: Edunioeste, 2002. 300 p.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 347 p.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, V. E. (org.), **Desenvolvimento Rural: Potencialidades em Questão**. Santa Cruz/RS: EDUNISC, 2001. p. 9-10.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Confiança, Capital social e Desenvolvimento Territorial**. R. RA'EGA, nº 4, Curitiba: Editora da UFPR, 2000. p. 49-60.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar**. Projeto UTF/BRA/036/BRA. Brasília: 1994. 97p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, v. 28, nº 9, 1999.

FERREIRA, Letícia de Faria. **O TEMPO DA POLÍTICA. A construção do voto no assentamento 18 de Maio**. 2005. 147f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FORTES, Amyr Borges. **Compêndio de geografia geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1979. 101 p.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1989. 323 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma : notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 1988. 158 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978, 267 p.

ITEPA - Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria. **Banco de Dados da Zona Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2006. 428 p.

MARRERO, Adriana. Puentes Hacia Ninguna Parte. Juventud, Educación y empleo em el Uruguay de la crisis. 2006, 16p. Disponível em <<http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/635.pdf>>

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1990. 185 p.

_____ **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. 140p.

_____ **O poder do Atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1999. 174 p.

_____ **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 173 P.

_____ **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003a. 294 p.

_____ **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003b. 228 p.

_____ **O Cativo da Terra**. São Paulo: HUCITEC, 2004. 157 p.

_____ **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008. 172 p.

MELLO, Paulo Freire. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. 2006**. 227f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994. 269 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007. 185 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976. 118p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record LTDA, 2006. 461p.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne; BARTH, Fredrik. **Teorias da Etnicidade. Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. São Paulo: Editora Unesp, 1997. 250p.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 260p.

RIBEIRO, Cristine Jaques. **Facetas do Cotidiano: O dia-a-dia dos assentamentos do MST**. Pelotas: EDUCAT, 2001. 181 p.

SABOURIN, Eric. **Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas**. Tomo, São Cristóvão, SE, n.7. Disponível em: <http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/pdf/art_soc_7_3.pdf>

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 410 p.

SILVEIRA, Diogo Soares da. **Narrativas históricas, etnografia e Reforma Agrária em um assentamento rural**. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SIMMEL, Georg. *Sociologia* / Georg Simmel, organizador: Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1993. 192 p.

SPAROVEK, Gerd. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Editora Páginas & Letras, 2003. 204 p.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander A. Chayanov**. Campinas-SP: UNICAMP, 1988. 33 p.

_____. **Trajatória Social e Projeto de Autonomia: Os Produtores Familiares de Algodão da Região de Campinas, São Paulo**. 1988. 162 p.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo: HUCITEC - EDUNB, 1995. 336 p.

VANDENBERGHE, Fédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. Bauru, SP: EDUSC, Belém, PA: EDUFPA, 2005. p. 77 - 127.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação, in: VELHO, G. e KUSCHNIR, K. (orgs.), **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p.13-28.

Anexos

Mapa dos Assentamentos no Rio Grande do Sul



Figura 1: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, com a distribuição dos assentamentos em todo o Estado.

Fonte: SIPRA/INCRA, 2003, sp.



Figura 2: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para o município de Herval onde está localizada a área de estudo, o Santa Alice. (adaptação da autora, 2008)
Fonte: IBGE-2004/IPEA-2000, sp.

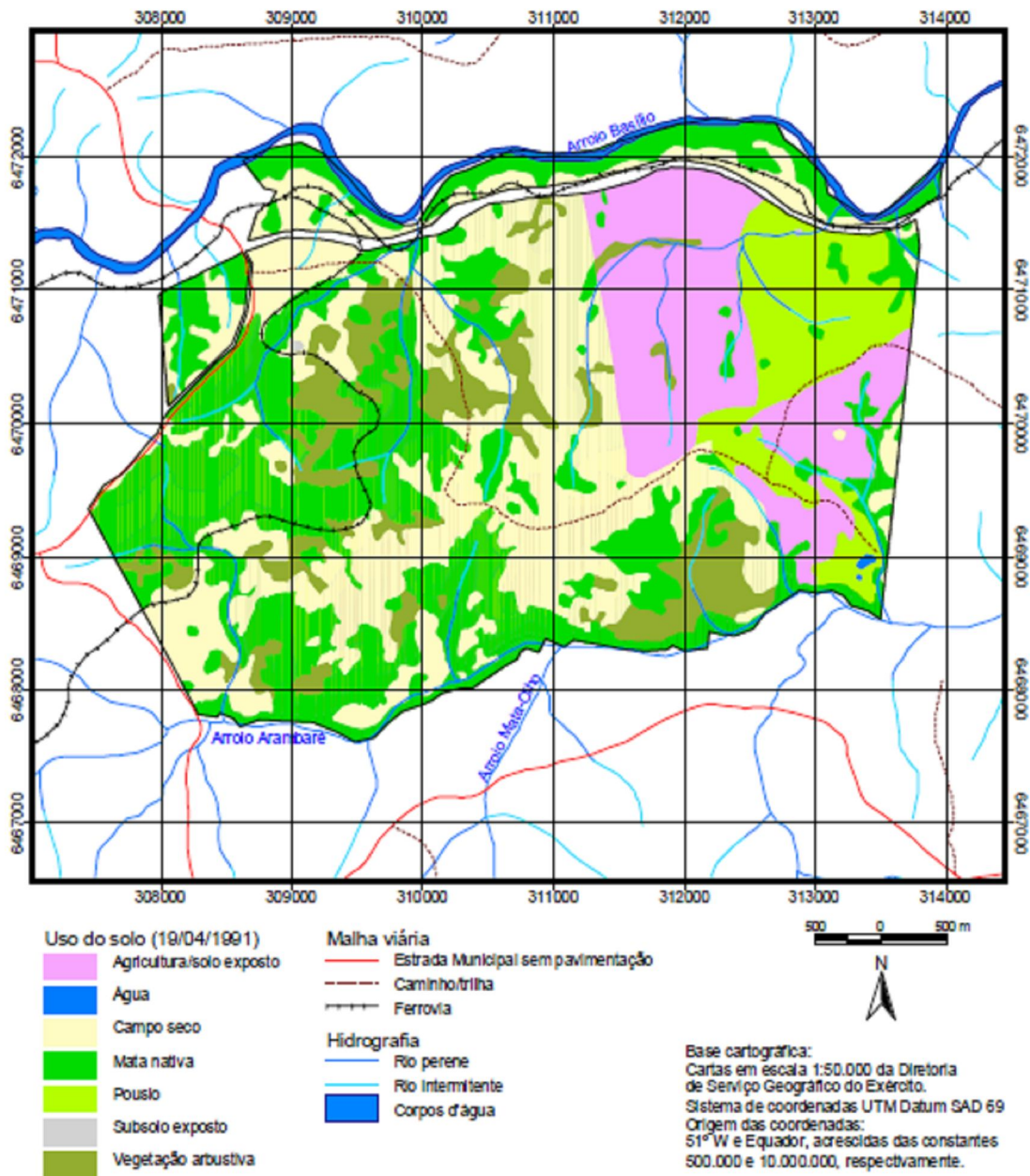


Figura 3: Mapa sobre o uso da terra na Fazenda Santa Alice.

Fonte: Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Santa Alice - Herval/rs. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – sr/11 - Núcleo de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

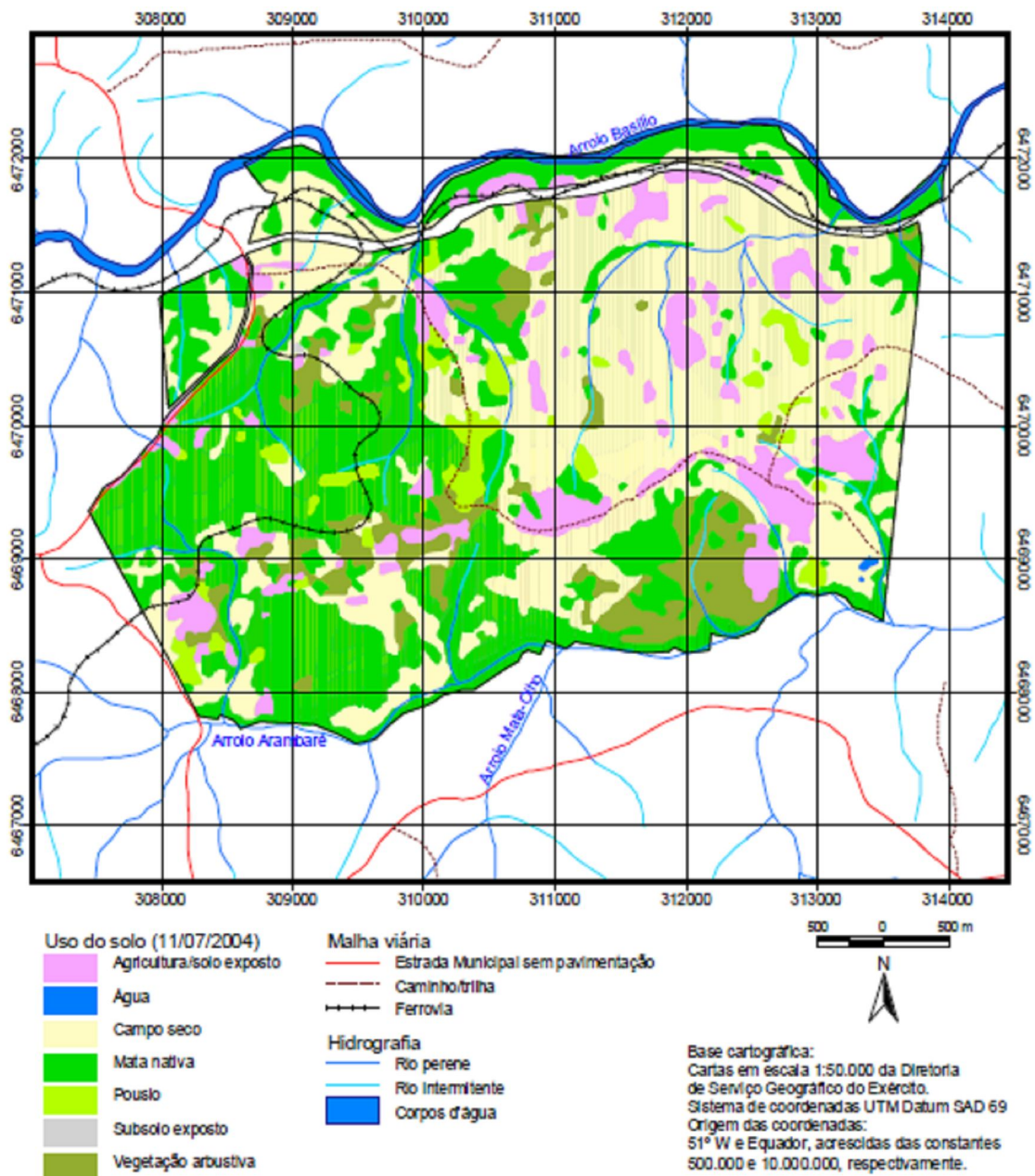


Figura 4: Mapa sobre o uso da terra no Assentamento Santa Alice

Fonte: Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Santa Alice - Herval/rs. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – sr/11 - Núcleo de Meio Ambiente e Recursos Naturais.



Figura 5: Imagem de satélite do Assentamento Santa Alice.

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA - Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SR/11 - Núcleo de Meio Ambiente e Recursos Naturais.



Fotografia 1: Estrada de acesso ao Santa Alice – Herval/RS.



Fotografia 2: Agroindústria-grupo de produção no preparo do doce.



Fotografia 3: Mulheres trabalhando no artesanato em lã dentro da brinquedoteca.



Fotografia 4: Família assentada trabalhando no lote.



Fotografia 5: Família assentada no quintal de sua residência.



Fotografia 6: Curso de agroecologia no centro comunitário ministrado pela assistência técnica do CAPA.



Fotografia 7: Capacitação para o trabalho em agroindústria.



Fotografia 8: Visita a EMBRAPA para estabelecimento de parceria na implantação da atividade de fruticultura no assentamento, principalmente na parte de capacitação para o plantio e manejo dos pomares.



Fotografia 9: Estrada de ferro que passa na Vila do Basílio.



Fotografia 10: Rua principal da Vila do Basílio.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

| CÓDIGO | NOME | MUNICÍPIO | ÁREA | CAPACIDADE DE | | TIPO |
|----------|---------------------------------|-----------------------|------------|---------------|-----------------|--------------|
| | | | | ASSENTAMENTO | DATA DE CRIAÇÃO | |
| RS102600 | NOVA ESMERALDA | ESMERALDA | 700,7600 | 35 | 1/1/1989 | Assentamento |
| RS105000 | SÃO DOMINGOS | GARRUCHOS | 722,0100 | 44 | 1/1/1993 | Assentamento |
| RS012300 | GIRUÁ I | GIRUÁ | 121,5926 | 9 | 18/6/2001 | Assentamento |
| RS012500 | GIRUÁ II | GIRUÁ | 153,0386 | 12 | 18/6/2001 | Assentamento |
| RS012600 | GIRUÁ III | GIRUÁ | 153,8800 | 12 | 18/6/2001 | Assentamento |
| RS103400 | NOVO GRAMADO | GRAMADO DOS LOUREIROS | 600,0100 | 50 | 1/1/1993 | Assentamento |
| RS103500 | NOVO GUABIJÚ | GUABIJÚ | 339,0500 | 27 | 1/1/1992 | Assentamento |
| RS101500 | DEZENOVE DE SETEMBRO | GUAÍBA | 441,0300 | 36 | 1/1/1992 | Assentamento |
| RS010200 | SANTA RITA III | HERVAL | 954,9963 | 29 | 17/12/1998 | Assentamento |
| RS007100 | TERRA DO SOL | HERVAL | 1.021,2525 | 37 | 14/10/1997 | Assentamento |
| RS009600 | SANTA RITA DE CÁSSIA | HERVAL | 664,1449 | 21 | 23/11/1998 | Assentamento |
| RS006000 | BAMBURRAL | HERVAL | 1.474,0630 | 48 | 16/7/1997 | Assentamento |
| RS002700 | SANTA ALICE | HERVAL | 2.307,5000 | 80 | 24/4/1995 | Assentamento |
| RS108900 | CERRO AZUL | HERVAL | 802,0000 | 32 | 1/1/2000 | Assentamento |
| RS008500 | SÃO VIRGÍLIO | HERVAL | 1.664,6973 | 62 | 9/12/1997 | Assentamento |
| RS006100 | QUERÊNCIA | HERVAL | 1.801,7642 | 55 | 16/7/1997 | Assentamento |
| RS006400 | NOVA HERVAL | HERVAL | 2.288,6000 | 85 | 29/8/1997 | Assentamento |
| RS503100 | VISTA ALEGRE | HERVAL | 279,4534 | 7 | 5/11/2002 | Assentamento |
| RS103200 | NOVA UNIÃO II | HULHA NEGRA | 174,2400 | 7 | 1/1/1988 | Assentamento |
| RS109200 | NOVA GERAÇÃO | HULHA NEGRA | 257,8000 | 10 | 20/11/2000 | Assentamento |
| RS104300 | SANTA ELMIRA | HULHA NEGRA | 1.411,2400 | 53 | 1/1/1989 | Assentamento |
| RS108500 | CHÊ GUEVARA | HULHA NEGRA | 1.187,0000 | 50 | 20/11/2000 | Assentamento |
| RS101900 | MISSÕES DO ALTO URUGUAI | HULHA NEGRA | 228,0500 | 10 | 1/1/1990 | Assentamento |
| RS103100 | NOVA UNIÃO I | HULHA NEGRA | 803,0800 | 28 | 1/1/1988 | Assentamento |
| RS502200 | MEIA ÁGUA/UNIDOS VENCEREMOS II | HULHA NEGRA | 2.040,2735 | 82 | 5/11/2001 | Assentamento |
| RS102000 | NASCE UMA ESPERANÇA | HULHA NEGRA | 282,3700 | 12 | 1/1/1990 | Assentamento |
| RS113400 | ESTÂNCIA SAMUEL | HULHA NEGRA | 1.664,6179 | 47 | 14/1/2002 | Assentamento |
| RS503700 | ESTANCINHA II | HULHA NEGRA | 115,7394 | 4 | 24/1/2006 | Assentamento |
| RS107700 | UNIDOS VENCEREMOS | HULHA NEGRA | 297,1200 | 12 | 20/11/2000 | Assentamento |
| RS500200 | DOS CERROS/CONQUISTA DOS CERROS | HULHA NEGRA | 927,7356 | 38 | 5/11/2001 | Assentamento |
| RS500200 | ESTANCIA VELHA II/BELA VISTA | HULHA NEGRA | 131,9174 | 5 | 5/11/2001 | Assentamento |
| RS106400 | VITÓRIA SÃO JOÃO | HULHA NEGRA | 152,5500 | 7 | 1/1/1990 | Assentamento |

DADOS DO PERFIL DE ENTRADA DO ASSENTAMENTO SANTA ALICE – HERVAL/RS

- **Perfil Econômico:**

- Produção
- Infra-estruturara produtiva
- Meio ambiente

- **Perfil social:**

- Composição familiar
- Origem étnica
- Trajetória de vida e trabalho
- Habitação
- Educação
- Saúde
- Lazer
- Organização social

PERFIL ECONÔMICO

- Produção

Tabela 1: Área utilizada pelos assentados para a produção agrícola no Santa Alice – Herval/RS, em % .

| Área em ha | Cultura Anual | Cultura Perm. | Pastagem Nativa | Pastagem Cultivada | Mata Nativa | Área de Reflore. | Área de Várzea | Área Capoei. | Pomar Dome. | Horta Caseira | Área Inapro. | Sede/Insta. | Arrenda de outros | Arrenda para outros |
|----------------------|---------------|---------------|-----------------|--------------------|--------------|------------------|----------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|-------------------|---------------------|
| 0 a 5,0 | 46,0 | 18,1 | 22,3 | 29,2 | 41,6 | 7,0 | 36,1 | 19,5 | 21,0 | 58,5 | 50,0 | 84,8 | 1,4 | -- |
| 5,1 a 10,0 | 41,6 | 2,7 | 40,3 | 2,7 | 25,1 | -- | 2,8 | 4,2 | -- | -- | 2,8 | -- | -- | -- |
| 10,1 a 15,0 | 2,8 | 1,4 | 19,5 | -- | 5,6 | -- | -- | -- | -- | -- | 2,8 | -- | -- | -- |
| 15,1 a 20,0 | -- | -- | 9,5 | -- | 2,8 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| 20,1 a 25,0 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1,4 | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| 25,1 a 30,0 | -- | -- | 1,4 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| 30,1 a 35,0 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| 35,1 a 40,0 | -- | -- | 1,4 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1,4 | -- | -- | -- |
| 40,1 a 45,0 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| 45,1 a 50,0 | -- | -- | -- | -- | 1,4 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Não tem | 6,8 | 75,0 | 2,8 | 65,3 | 20,7 | 90,2 | 58,3 | 72,1 | 76,2 | 38,7 | 38,8 | 12,4 | 95,8 | 97,2 |
| Não sabe informar | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 2,8 | 1,4 | 1,4 | 1,4 |
| Não quis informar | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 |
| Total N° abs. | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 |
| Total % | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 2: Animais para produção e tração no Santa Alice – Herval/RS, em % .

| Número de cabeças | Touros/ reprod. | Vacas/ matriz | Novilhos/ terneiros | Suínos/ reprod. | Suínos/ matriz | Suínos/ cria | Aves | Ovinos | Bovinos tração | Eqüinos tração |
|---------------------------|------------------------|----------------------|----------------------------|------------------------|-----------------------|---------------------|--------------|---------------|-----------------------|-----------------------|
| De 1 a 5 | 45,8 | 80,5 | 59,7 | 26,5 | 66,7 | 26,4 | 2,8 | 5,6 | 61,1 | 86,1 |
| De 6 a 10 | 1,4 | 15,3 | 18,1 | -- | 2,8 | 12,5 | 11,2 | -- | 1,4 | 13,9 |
| De 11 a 15 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | -- | -- | 1,4 | 12,5 | -- | -- | -- |
| De 16 a 20 | -- | -- | 2,8 | -- | -- | 1,4 | 18,1 | -- | -- | -- |
| De 21 a 25 | -- | -- | -- | -- | -- | 1,4 | 2,8 | -- | -- | -- |
| De 26 a 30 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 9,7 | -- | -- | -- |
| De 31 a 35 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1,4 | -- | -- | -- |
| De 36 a 40 | -- | -- | 1,4 | -- | -- | -- | 9,7 | -- | -- | -- |
| De 41 a 45 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| De 46 a 50 | -- | 1,4 | -- | -- | -- | -- | 6,9 | -- | -- | -- |
| De 51 a 60 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 5,6 | -- | -- | -- |
| Mais de 60 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 12,5 | -- | -- | -- |
| Não tem | 51,4 | 1,4 | 16,6 | 73,5 | 30,5 | 56,9 | 6,8 | 94,4 | 37,5 | -- |
| Não sabe informar | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Não informou | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Total n° absolutos | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 |
| Total % | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 3: Contratação de serviço de terceiros pelas famílias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Serviço | Empregado permanente | | Empregado eventual | | Tração mecânica | |
|--------------|----------------------|-----------|--------------------|-----------|-----------------|-----------|
| | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. |
| Sim | 2,8 | 2 | 12,5 | 9 | 79,2 | 57 |
| Não | 97,2 | 70 | 87,5 | 63 | 19,4 | 14 |
| Não informou | -- | -- | -- | -- | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 5: Produção do último ano agrícola (animal e vegetal) no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos .

| Produção | % | N° abs. |
|--|--------------|-----------|
| Milho, feijão, mandioca, cucurbitácea, bovino de leite e suíno | 13,8 | 10 |
| Milho, feijão e cucurbitácea | 12,4 | 9 |
| Milho, feijão, mandioca, cucurbitácea e bovino de leite | 12,4 | 9 |
| Milho, feijão, mandioca e cucurbitácea | 5,6 | 4 |
| Milho e feijão | 5,6 | 4 |
| Milho, feijão, mandioca, cucurbitáceas, bovino leite, abate e suíno | 4,2 | 3 |
| Milho e bovino de leite | 4,2 | 3 |
| Bovino de leite | 4,2 | 3 |
| Milho, feijão e bovino de leite | 2,8 | 2 |
| Milho, cucurbitáceas, bovinos de leite e mel | 2,8 | 2 |
| Milho, mandioca, cucurbitácea e bovino de leite | 2,8 | 2 |
| Milho, feijão, arroz de sequeiro, mandioca, cucurbitácea e bovino | 2,8 | 2 |
| Milho, feijão, arroz, mandioca, cucurbitáceas, bovinos leite e suíno | 2,8 | 2 |
| Milho | 1,4 | 1 |
| Bovino de corte | 1,4 | 1 |
| Milho e suíno de abate | 1,4 | 1 |
| Milho, bovino de leite e mel | 1,4 | 1 |
| Milho, mandioca, cucurbitácea, bovino de abate e suíno de abate | 1,4 | 1 |
| Milho, feijão, cucurbitáceas, suíno e mel | 1,4 | 1 |
| Milho, feijão, cucurbitáceas e bovino de leite | 1,4 | 1 |
| Milho, feijão, cucurbitáceas, bovino de leite e suíno de abate | 1,4 | 1 |
| Milho, mandioca e bovino de leite | 1,4 | 1 |
| Milho, feijão, mandioca, bovino leite, abate e suíno de abate | 1,4 | 1 |
| Milho, feijão, bovinos de leite e bovino de abate | 1,4 | 1 |
| Feijão e cucurbitáceas | 1,4 | 1 |
| Não produz nada | 6,8 | 5 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 6: Produção agroindustrial no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos .

| Produção | % | N° abs. |
|-------------------|--------------|----------------|
| Lenha | 8,3 | 6 |
| Queijo | 2,8 | 2 |
| Queijo e manteiga | 1,4 | 1 |
| Não tem | 87,5 | 63 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 7: Principal dificuldade para produzir no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Dificuldade | % | N° abs. |
|---|--------------|----------------|
| Preparar a terra, limpar o campo e contratar mão de obra | 19,5 | 14 |
| Dificuldade financeira, alto custo da produção e falta de estradas | 15,3 | 11 |
| Terra fraca, falta de adubo, falta de calcário e clima difícil | 8,5 | 6 |
| Pouca terra aproveitável | 6,8 | 5 |
| Dificuldade com o clima | 6,8 | 5 |
| Falta de estradas | 5,5 | 4 |
| Animais dos vizinhos na lavoura | 4,2 | 3 |
| Animais silvestres na lavoura | 4,2 | 3 |
| Recursos financeiros chegam fora do prazo | 4,2 | 3 |
| Dificuldade financeira e falta de mão-de-obra | 4,2 | 3 |
| Falta de mercado | 2,8 | 2 |
| Não tem água no lote | 2,8 | 2 |
| Problemas de saúde | 1,4 | 1 |
| Baixa fertilidade solo, falta de organização da produção e transporte | 1,4 | 1 |
| Os preços pagos pela produção | 1,4 | 1 |
| Falta de assistência técnica | 1,4 | 1 |
| Não sabe informar | 2,8 | 2 |
| Não informou | 6,8 | 5 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 8: Principal dificuldade para comercializar a produção no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos .

| Dificuldade | % | N° abs. |
|--|--------------|----------------|
| Distância do mercado consumidor/falta de transporte/ estrada | 68,1 | 49 |
| Falta de estrada | 6,9 | 5 |
| Transporte e preço | 5,6 | 4 |
| Não tem dificuldade | 2,8 | 2 |
| Preço baixo do produto | 1,4 | 1 |
| Falta de uma cooperativa | 1,4 | 1 |
| Pouca produção | 1,4 | 1 |
| Falta de mercado/dificuldade de beneficiar o produto | 1,4 | 1 |
| Valor do insumo e do produto | 1,4 | 1 |
| Não sabe informar | 2,7 | 2 |
| Não quis informar | 6,9 | 5 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 9: Rendas extras no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Tipo de renda | % | N° abs. |
|---|--------------|----------------|
| Não tem renda extra | 65,3 | 47 |
| Aposentadoria rural | 16,6 | 12 |
| Atividade agrícola eventual-fora da unidade produtiva | 8,3 | 6 |
| Atividade agrícola permanente-fora da unidade produtiva | 4,2 | 3 |
| Aposentadoria não-rural | 2,8 | 2 |
| Pensionista do INSS | 1,4 | 1 |
| Aposentadoria rural/atividade agrícola eventual fora da propriedade | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

- **INFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA**

Tabela 10: Benfeitorias produtivas no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Benfeitoria | Sim | | Não | | Total | |
|--------------------|------|---------|-------|---------|---------|-------|
| | % | N° abs. | % | N° abs. | N° abs. | % |
| Galpão/Paiol | 65,3 | 47 | 34,7 | 25 | 72 | 100,0 |
| Aviário/Galinheiro | 20,8 | 15 | 79,2 | 57 | 72 | 100,0 |
| Estábulo | 8,4 | 6 | 91,6 | 66 | 72 | 100,0 |
| Pocilga/chiqueiro | 37,5 | 27 | 62,5 | 45 | 72 | 100,0 |
| Esterqueira | -- | -- | 100,0 | 72 | 72 | 100,0 |
| Galpão de fumo | -- | -- | 100,0 | 72 | 72 | 100,0 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 11: Máquinas e equipamentos para a produção no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Máquinas e equipamentos | Sim (particular) | | Sim (do grupo) | | Não | | Total | |
|--|------------------|---------|----------------|---------|-------|---------|---------|-------|
| | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. | N° abs. | % |
| Trator | 1,4 | 1 | -- | -- | 98,6 | 71 | 72 | 100,0 |
| Arado/trator | -- | -- | -- | -- | 100,0 | 72 | 72 | 100,0 |
| Grade/trator | -- | -- | 1,4 | 1 | 98,6 | 71 | 72 | 100,0 |
| Pulverizador/trator | -- | -- | -- | -- | 100,0 | 72 | 72 | 100,0 |
| Subsolador/escarificador | -- | -- | -- | -- | 100,0 | 72 | 72 | 100,0 |
| Semeadeira/adubeira | -- | -- | -- | -- | 100,0 | 72 | 72 | 100,0 |
| Distribuidor de calcário | -- | -- | -- | -- | 100,0 | 72 | 72 | 100,0 |
| Distribuidor de esterco | -- | -- | -- | -- | 100,0 | 72 | 72 | 100,0 |
| Quebrador de milho/forageira | 9,7 | 7 | -- | -- | 90,3 | 65 | 72 | 100,0 |
| Trilhadeira/batedor | 12,5 | 9 | 2,8 | 2 | 84,7 | 61 | 72 | 100,0 |
| Carroça | 61,1 | 44 | 4,2 | 3 | 34,7 | 25 | 72 | 100,0 |
| Arado de tração animal | 70,8 | 51 | 12,5 | 9 | 16,6 | 12 | 72 | 100,0 |
| Grade de tração animal | 27,8 | 20 | 2,8 | 2 | 69,4 | 50 | 72 | 100,0 |
| Semeadeira/adubadeira de tração animal | 4,2 | 3 | 1,4 | 1 | 94,4 | 68 | 72 | 100,0 |
| Saraquá/matraca | 66,7 | 48 | 6,9 | 5 | 26,4 | 19 | 72 | 100,0 |
| Pulverizador costal | 29,2 | 21 | 5,6 | 4 | 65,2 | 47 | 72 | 100,0 |
| Utensílios agrícolas (pá, enxada, foice) | 84,7 | 61 | -- | -- | 15,2 | 11 | 72 | 100,0 |
| Motor agrícola | 6,9 | 5 | -- | -- | 93,1 | 67 | 72 | 100,0 |
| Motor a diesel | 11,1 | 8 | 2,8 | 2 | 86,1 | 62 | 72 | 100,0 |
| Motor a gasolina | 4,2 | 3 | -- | -- | 95,8 | 69 | 72 | 100,0 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 12: Qualidade das estradas que dão acesso ao Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Qualidade | % | N° abs. |
|------------------|--------------|----------------|
| Bom | 1,4 | 1 |
| Regular | 2,8 | 2 |
| Ruim | 33,3 | 24 |
| Péssimo | 61,1 | 44 |
| Não informou | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 13: Período de tempo em que as estradas que dão acesso ao Santa Alice – Herval/RS foram recuperadas pela última vez, em % e números absolutos.

| Anos | % | N° abs. |
|----------------------|--------------|----------------|
| De 2 a 3 anos | 33,3 | 24 |
| Mais de 3 anos | 62,5 | 45 |
| Nunca foi recuperada | 1,4 | 1 |
| Não sabe informar | 1,4 | 1 |
| Não informou | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

- **MEIO AMBIENTE**

Tabela 14: Conservação do solo, pastagem e reserva ambiental no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos .

| Tipo | Sim | | Não | | Total | |
|---------------------------|------|---------|-------|---------|-----------|--------------|
| | % | N° abs. | % | N° abs. | N° abs. | % |
| Adubação verde de verão | 2,8 | 2 | 97,2 | 70 | 72 | 100,0 |
| Adubação verde de inverno | 8,4 | 6 | 91,6 | 66 | 72 | 100,0 |
| Pastagem anual de verão | 33,4 | 24 | 66,6 | 48 | 72 | 100,0 |
| Pastagem anual de inverno | 33,4 | 24 | 66,6 | 48 | 72 | 100,0 |
| Capineira anual | 8,4 | 6 | 91,6 | 66 | 72 | 100,0 |
| Enleiramento de pedras | 1,4 | 1 | 98,6 | 71 | 72 | 100,0 |
| Cultivo mínimo | -- | -- | 100,0 | 72 | 72 | 100,0 |
| Plantio direto | -- | -- | 100,0 | 72 | 72 | 100,0 |
| Terraceamento | 2,8 | 2 | 97,2 | 70 | 72 | 100,0 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 15: Uso de insumos na propriedade na última safra do Santa Alice- Herval/RS, em % e números absolutos.

| Insumos | Sim | | Não | | Não sabe | | Total | |
|---------------------------|------|---------|------|---------|----------|---------|-----------|--------------|
| | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. | N° abs. | % |
| Calcário | 7,0 | 5 | 91,6 | 66 | 1,4 | 1 | 72 | 100,0 |
| Fertilizante de base | 62,6 | 45 | 37,4 | 27 | -- | -- | 72 | 100,0 |
| Fertilizante de cobertura | 1,4 | 1 | 98,6 | 71 | -- | -- | 72 | 100,0 |
| Agrotóxicos aplicados | 2,8 | 2 | 97,2 | 70 | -- | -- | 72 | 100,0 |
| Concentrado para criação | 15,4 | 11 | 84,6 | 61 | -- | -- | 72 | 100,0 |
| Ração para criação | 36,3 | 26 | 63,7 | 46 | -- | -- | 72 | 100,0 |
| Sal mineral | 38,9 | 28 | 61,1 | 44 | -- | -- | 72 | 100,0 |
| Silagem | 5,6 | 4 | 94,4 | 68 | -- | -- | 72 | 100,0 |
| Vacinas | 34,7 | 25 | 65,3 | 47 | -- | -- | 72 | 100,0 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

PERFIL SOCIAL

- **Composição Familiar**

Tabela 17: Religião praticada pelas famílias do Santa Alice Herval/RS, em %% e números absolutos.

| Religião | % | N° abs. |
|--------------|--------------|-----------|
| Católica | 88,9 | 64 |
| Evangélica | 11,1 | 8 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 18: Faixa etária, por gênero, dos moradores do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Gênero | 0 a 6 anos | | 7 a 14 anos | | 15 a 21 anos | | 22 a 30 anos | | 31 a 45 anos | | 46 a 60 anos | | + de 60 anos | |
|--------------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|
| | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. |
| Masculino | 26,4 | 19 | 30,5 | 22 | 27,8 | 20 | 31,9 | 23 | 37,5 | 27 | 25,0 | 18 | 11,1 | 8 |
| Feminino | 26,4 | 19 | 31,9 | 23 | 15,3 | 11 | 13,9 | 10 | 27,8 | 20 | 23,6 | 17 | 9,7 | 7 |
| Não tem | 47,2 | 34 | 37,6 | 27 | 56,9 | 41 | 54,2 | 39 | 34,7 | 25 | 51,4 | 37 | 79,2 | 57 |
| Total | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 19: Responsável pela tomada de decisão nas famílias do Santa Alice Herval/RS, em % e números absolutos.

| Responsável | % | N° abs. |
|------------------------|--------------|-----------|
| Casal | 36,1 | 26 |
| Homem | 33,3 | 24 |
| Família | 22,2 | 16 |
| Mulher | 5,6 | 4 |
| Outras pessoas de fora | 1,4 | 1 |
| Não quis informar | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

Tabela 20: Responsáveis pela administração dos negócios nas famílias do Santa Alice Herval/RS, em % e números absolutos.

| Responsável | % | N° abs. |
|------------------------|--------------|----------------|
| Homem | 55,6 | 40 |
| Casal | 26,4 | 19 |
| Mulher | 8,3 | 6 |
| Família | 4,2 | 3 |
| Filhos | 2,8 | 2 |
| Outras pessoas de fora | 1,4 | 1 |
| Não quis informar | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

Tabela 21: Principais problemas que as famílias vivenciam no Santa Alice Herval/RS, em % e números absolutos.

| Problemas | % | N° abs. |
|--|--------------|----------------|
| Falta de acesso a saúde | 27,7 | 20 |
| Falta de recurso financeiro para plantar | 13,8 | 10 |
| Não tem problemas | 12,5 | 9 |
| Mora só no lote | 9,7 | 7 |
| Não ter renda mensal | 6,9 | 5 |
| Violência no assentamento | 4,2 | 3 |
| Falta de recurso financeiro/saúde | 4,2 | 3 |
| Falta recurso financeiro/transporte/lazer | 4,2 | 3 |
| Falta de moradia para família | 2,8 | 2 |
| Falta de recursos financeiros e educação | 2,8 | 2 |
| Mora sozinho/convivência ruim com vizinhos/financeiro | 2,8 | 2 |
| Não tem lazer | 1,4 | 1 |
| Dificuldade para dar continuidade dos estudos dos filhos | 1,4 | 1 |
| O clima diferente | 1,4 | 1 |
| Falta de estrada | 1,4 | 1 |
| Não quis informar | 2,8 | 2 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

Tabela 22: Expectativas sobre o futuro dos filhos que moram junto com a família no Santa Alice Herval/RS, em % e números absolutos.

| Problemas | % | N° abs. |
|--|--------------|----------------|
| Sair de casa para estudar | 25,0 | 18 |
| Tocar o lote futuramente | 19,4 | 14 |
| Sair de casa para trabalhar | 5,6 | 4 |
| Acampar para conseguir seu lote | 2,8 | 2 |
| Trabalhar fora e ajudar no lote | 2,8 | 2 |
| Não sabem, só não gostam de trabalhar na lavoura | 1,4 | 1 |
| Não tem filhos em casa | 38,9 | 28 |
| Não quis informar | 2,8 | 2 |
| Não sabe informar | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

- Origens étnicas

Tabela 23: Origem étnica dos assentados no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Origem étnica | Titular do Lote | | Cônjuge | |
|------------------------|-----------------|---------|--------------|-----------|
| | % | N° abs. | % | N° abs. |
| Portuguesa | 26,3 | 19 | 25,0 | 18 |
| Indígena | 13,8 | 10 | 2,8 | 2 |
| Alemã | 12,5 | 9 | 8,3 | 6 |
| Italiana | 11,1 | 8 | 8,3 | 6 |
| Alemã e indígena | 5,6 | 4 | -- | -- |
| Portuguesa e indígena | 5,6 | 4 | 5,6 | 4 |
| Alemã e italiana | 4,2 | 3 | -- | -- |
| Espanhola | 2,7 | 2 | 1,4 | 1 |
| Africana | 1,4 | 1 | 1,4 | 1 |
| Holandesa | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Indígena e espanhola | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Polonesa | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Alemã e portuguesa | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Alemã e bugre | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Alemã e africana | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Alemã e espanhola | -- | -- | 1,4 | 1 |
| Portuguesa e africana | -- | -- | 1,4 | 1 |
| Espanhola e portuguesa | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Indígena e africana | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Não sabe/não informou | 5,6 | 4 | 7,0 | 5 |
| Não existe cônjuge | | -- | 37,4 | 27 |
| Total | 100,0 | | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003 - INCRA.

- Trajetória de vida e trabalho

Tabela 24: Município de origem do cadastrado nos lotes e seu cônjuge, no P. A. Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Município de origem | Titular do Lote | | Cônjuge | |
|-----------------------|-----------------|-----------|--------------|-----------|
| | % | N° abs. | % | N° abs. |
| Liberato Salzano | 18,1 | 13 | 11,2 | 8 |
| Trindade do Sul | 15,3 | 11 | 6,8 | 5 |
| Nonoai | 6,8 | 5 | 2,7 | 2 |
| Herval | 5,6 | 4 | -- | -- |
| Redentora | 5,6 | 4 | 5,6 | 4 |
| Cruz Alta | 4,2 | 3 | 4,2 | 3 |
| Caibaté | 4,2 | 3 | 1,4 | 1 |
| Ibirubá | 2,7 | 2 | -- | -- |
| Santo Augusto | 2,7 | 2 | 1,4 | 1 |
| Três Passos | 2,7 | 2 | -- | -- |
| Seberi | 2,7 | 2 | 1,4 | 1 |
| Alpestre | 1,4 | 1 | 1,4 | 1 |
| Aratiba | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Arroio Grande | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Camaquã | 1,4 | 1 | 1,4 | 1 |
| Canguçu | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Cunhaporã | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Erexim | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Guaíba | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Herval Grande | 1,4 | 1 | 1,4 | 1 |
| Piratini | 1,4 | 1 | 2,7 | 2 |
| Planalto | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Rodeio Bonito | 1,4 | 1 | 1,4 | 1 |
| Santa Bárbara do Sul | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Santa Maria | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Santiago | 1,4 | 1 | 1,4 | 1 |
| São Lourenço | 1,4 | 1 | -- | -- |
| São Valentim | 1,4 | 1 | 2,7 | 2 |
| Soledade | 1,4 | 1 | 1,4 | 1 |
| Três de Maio | 1,4 | 1 | 1,4 | 1 |
| Tupanciretã | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Vicente Dutra | 1,4 | 1 | 1,4 | 1 |
| Campinas do Sul | -- | -- | 1,4 | 1 |
| Palmeira das Missões | -- | -- | 1,4 | 1 |
| Pelotas | -- | -- | 1,4 | 1 |
| Rio Grande | -- | -- | 1,4 | 1 |
| Ronda Alta | -- | -- | 1,4 | 1 |
| Não sabe/não informou | -- | -- | 4,2 | 3 |
| Solteiro (a) | -- | -- | 37,5 | 27 |
| Total | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

- **Habitação**

Tabela 25: Tipo de material utilizado na construção da moradia do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Material | % | Nº abs. |
|-----------------|--------------|----------------|
| Alvenaria | 77,8 | 56 |
| Madeira | 12,4 | 9 |
| Mista | 2,8 | 2 |
| Barraca | 2,8 | 2 |
| Não tem | 4,2 | 3 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 26: Número de quartos nas moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Quarto | % | Nº abs. |
|-------------------|--------------|----------------|
| Um | 15,3 | 11 |
| Dois | 44,4 | 32 |
| Três | 27,7 | 20 |
| Quatro | 1,4 | 1 |
| Não tem | 5,6 | 4 |
| Não quis informar | 5,6 | 4 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte :
Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003-

INCRA.

Tabela 27: Tipo de piso nas moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Piso | % | Nº abs. |
|-------------------|--------------|----------------|
| Alvenaria | 79,2 | 57 |
| Chão batido | 12,5 | 9 |
| Madeira | 2,7 | 2 |
| Não tem | 4,2 | 3 |
| Não quis informar | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 28: Tempo de construção das moradias do Santa Alice - Herval/RS, em % e números absolutos.

| Construção | % | N° abs. |
|-------------------|--------------|----------------|
| Menos de 1 ano | 2,8 | 2 |
| De 1 a 3 anos | 18,1 | 13 |
| De 4 a 6 anos | 59,7 | 43 |
| Mais de 6 anos | 13,8 | 10 |
| Não tem | 4,2 | 3 |
| Não quis informar | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 29: Tipo de cobertura das moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Cobertura | % | N° abs. |
|-------------------------|--------------|----------------|
| Telha de amianto zinco | 90,2 | 65 |
| Não tem | 4,2 | 3 |
| Telha de barro francesa | 2,8 | 2 |
| Não quis informar | 2,8 | 2 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 30: Existência de energia elétrica nas moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Energia elétrica | % | N° abs. |
|-------------------------|--------------|----------------|
| Sim | 86,1 | 62 |
| Não | 13,9 | 10 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 31: Existência de água encanada nas moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Água encanada | % | Nº abs. |
|----------------------|--------------|----------------|
| Dentro de casa | 22,2 | 16 |
| Fora da casa | 27,8 | 20 |
| Não possui | 48,6 | 35 |
| Não quis informar | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 32: Existência banheiro instalado dentro das moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Banheiro | % | Nº abs. |
|-------------------|--------------|----------------|
| Sim | 9,7 | 7 |
| Não | 88,9 | 64 |
| Não quis informar | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 33: Tempo que reside no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Anos | % | Nº abs. |
|---------------------------------------|--------------|----------------|
| Menos de um ano | 1,4 | 1 |
| De 1 a 3 anos | 13,9 | 10 |
| De 4 a 6 anos | 77,8 | 56 |
| De 7 a 10 anos | 2,8 | 2 |
| Mora na vila, não possui casa no lote | 1,4 | 1 |
| Mora na casa de parentes | 1,4 | 1 |
| Não quis informar | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

- Educação

Tabela 34: Dificuldade em relação à educação dos filhos no Santa Alice-Herval/RS, em % e números absolutos.

| Dificuldade | % | N° abs. |
|--------------------------|--------------|----------------|
| Distância da escola | 25,0 | 18 |
| Dificuldades financeiras | 6,9 | 5 |
| Não tem problemas | 5,6 | 4 |
| Trabalho no lote | 4,2 | 3 |
| Problemas de saúde | 2,8 | 2 |
| Não tem filhos na escola | 52,7 | 38 |
| Não sabe informar | 1,4 | 1 |
| Não respondeu | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

Tabela 35: Visão sobre o qualidade da educação dos filhos na escola a que freqüentam, em % e números absolutos.

| Qualidade | % | N° abs. |
|--------------------------|--------------|----------------|
| Ótima | 1,4 | 1 |
| Boa | 31,9 | 23 |
| Regular | 11,2 | 8 |
| Não tem filhos na escola | 52,7 | 38 |
| Não sabe informar | 1,4 | 1 |
| Não informou | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

Tabela 36: Hábito de faltar à escola por parte dos filhos residentes no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Faltas a escola | % | N° abs. |
|--------------------------|--------------|----------------|
| Sim | 12,0 | 9 |
| Não | 32,5 | 23 |
| Não tem filhos na escola | 52,7 | 38 |
| Não sabe informar | 1,4 | 1 |
| Não informou | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

- **Saúde**

Tabela 37: Qualidade do atendimento no posto do saúde do Santa Alice- Herval/RS, em % e números absolutos.

| Atendimento a saúde | % | N° abs. |
|----------------------------|--------------|----------------|
| Bom | 2,8 | 2 |
| Regular | 8,3 | 6 |
| Ruim | 13,9 | 10 |
| Péssimo | 70,8 | 51 |
| Não sabe informar | 1,4 | 1 |
| Não respondeu | 2,8 | 2 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

Tabela 38: Pontos negativos no tipo de atendimento oferecido pelo posto do saúde do Santa Alice- Herval/RS, em % e números absolutos.

| Pontos negativos | % | N° abs. |
|------------------------------------|--------------|----------------|
| Falta médico/dentista/remédio | 70,8 | 51 |
| Atendimento ruim por ser assentado | 5,6 | 4 |
| Atendimento ruim | 5,6 | 4 |
| Não tem transporte para os doentes | 4,2 | 3 |
| Não tem investimento do município | 1,4 | 1 |
| Não tem aspectos negativos | 2,8 | 2 |
| Não sabe informar | 1,4 | 1 |
| Não informou | 8,2 | 6 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 39: Atitude tomada pelas famílias para resolverem os problemas de saúde enfrentados no Santa Alice- Herval/RS, em % e números absolutos.

| Atitude | % | N° abs. |
|---|--------------|----------------|
| Pedem ajuda a prefeitura | 47,2 | 34 |
| Usam remédio caseiro | 11,1 | 8 |
| Pedem ajuda a alguém no assentamento | 8,3 | 6 |
| Pedem ajuda a brigada militar | 5,6 | 4 |
| Vão de carro particular a outro posto | 4,2 | 3 |
| Consultam em Pedro Osório | 2,8 | 2 |
| Vão ao posto médico e esperam atendimento | 2,8 | 2 |
| Chamam ambulância | 1,4 | 1 |
| Vão ao posto de saúde | 1,4 | 1 |
| Não teve problemas até agora | 1,4 | 1 |
| Vão a Herval por conta própria | 1,4 | 1 |
| Consultam médico particular em Pelotas | 1,4 | 1 |
| Não sabe | 1,4 | 1 |
| Não informou | 9,6 | 7 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

Tabela 40: Problemas se saúde enfrentados pelas famílias do Santa Alice - Herval/RS, em % e números absolutos.

| Doenças | % | N° abs. |
|-------------------------|--------------|----------------|
| Coração | 5,5 | 4 |
| Psiquiátricos | 5,5 | 4 |
| Visão | 4,2 | 3 |
| Hérnia/bronquite | 2,8 | 2 |
| Reumatismo | 2,8 | 2 |
| Coluna | 2,8 | 2 |
| Pressão alta/visão | 1,4 | 1 |
| Asma | 1,4 | 1 |
| Estômago | 1,4 | 1 |
| Audição | 1,4 | 1 |
| Visão/coluna | 1,4 | 1 |
| Labirintite | 1,4 | 1 |
| Neurológico | 1,4 | 1 |
| Neurológico/coluna | 1,4 | 1 |
| Nervos/varizes/coluna | 1,4 | 1 |
| Pressão alta/pulmões | 1,4 | 1 |
| Audição/visão | 1,4 | 1 |
| Hérnia/coluna | 1,4 | 1 |
| Visão/reumatismo/mental | 1,4 | 1 |
| Não tem problema | 51,2 | 37 |
| Não sabe | 4,2 | 3 |
| Não informou | 2,8 | 2 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

- Lazer

Tabela 41: Principais atividades de lazer usufruídas pelas famílias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Atividades | % | N° abs. |
|-----------------------|--------------|----------------|
| Visita amigos | 40,3 | 29 |
| Televisão | 13,9 | 10 |
| Festa do assentamento | 11,1 | 8 |
| Não tem lazer | 8,3 | 6 |
| Esporte | 5,6 | 4 |
| Pescaria | 2,8 | 2 |
| Jogo de futebol | 1,4 | 1 |
| Banho de arroio | 1,4 | 1 |
| Não informou | 15,2 | 11 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

Tabela 42: Principais festas que as famílias do Santa Alice – Herval/RS participam, em % e números absolutos.

| Festas | % | N° abs. |
|---------------------------|--------------|----------------|
| Festas do assentamento | 37,5 | 27 |
| Não participam | 20,8 | 15 |
| Bailes na vila do Basílio | 12,5 | 9 |
| Aniversários de amigos | 11,1 | 8 |
| Festas religiosas | 1,4 | 1 |
| Não informou | 16,7 | 12 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

- **Organização Social**

Tabela 43: Famílias associadas à Associação São Roque do Santa Alice-Herval/RS, em % e números absolutos.

| Associados | % | N° abs. |
|-------------------|--------------|----------------|
| Sim | 77,8 | 56 |
| Não | 16,7 | 12 |
| Não informou | 5,5 | 4 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

Tabela 44: Motivos para as famílias não estarem associadas à Associação São Roque do Santa Alice-Herval/RS, em % e números absolutos.

| Motivos | % | N° abs. |
|---------------------------|--------------|----------------|
| Vai se associar | 4,2 | 3 |
| Não conhece | 1,4 | 1 |
| Fica melhor para negociar | 1,4 | 1 |
| Não confia | 1,4 | 1 |
| É associado | 77,8 | 56 |
| Não informou | 13,8 | 10 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

Tabela 45: Participação das famílias em grupos associativos fora do Santa Alice-Herval/RS, em % e números absolutos.

| Participação em grupos associativos | % | N° abs. |
|--|--------------|----------------|
| Não participa | 81,9 | 59 |
| Sindicato dos Trabalhadores Rurais | 8,3 | 6 |
| Associação Parque de Máquinas/Prefeitura | 1,5 | 1 |
| Não respondeu | 8,3 | 6 |
| Total | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA

- Visão sobre o PAC

Tabela 46: Expectativas das famílias em relação ao PAC no Santa Alice - Herval/RS, em % e números absolutos.

| Expectativas | Produção | | Organização | | Infra-estrutura | | Educação/saúde e lazer | |
|-----------------------------------|--------------|-----------|--------------|-----------|-----------------|-----------|------------------------|-----------|
| | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. |
| Vai melhorar | 75,0 | 54 | 58,3 | 42 | 73,6 | 53 | 69,4 | 50 |
| Não sabe, tem muita gente difícil | -- | -- | 2,8 | 2 | -- | -- | -- | -- |
| Contribuirá no auxílio mútuo | -- | -- | 11,1 | 8 | -- | -- | -- | -- |
| Vai melhorar a água | -- | -- | -- | -- | 1,4 | 1 | -- | -- |
| Não informou | 12,5 | 9 | 13,9 | 10 | 12,5 | 9 | 15,3 | 11 |
| Não acredita no programa | 9,7 | 7 | 11,1 | 8 | 8,3 | 6 | 11,1 | 8 |
| Não sabe | 2,8 | 2 | 2,8 | 2 | 4,2 | 3 | 4,2 | 3 |
| Total | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 | 100,0 | 72 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003 - INCRA.

DADOS DO PERFIL DE SAÍDA DO ASSENTAMENTO SANTA ALICE – HERVAL/RS

- **Perfil Econômico:**

- Produção
- Infra-estruturara produtiva
- Meio ambiente

- **Perfil social:**

- Composição familiar
- Origem étnica
- Trajetória de vida e trabalho
- Habitação
- Educação
- Saúde
- Lazer
- Organização social

PERFIL ECONÔMICO

- Produção

Tabela 47: Sistema de produção no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Sistema | % | N° abs. |
|--------------|--------------|-----------|
| Agricultura | 53,3 | 40 |
| Agropecuária | 45,3 | 34 |
| Não informou | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 48: Ocupação produtiva das famílias no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Ocupação | % | N° abs. |
|---|--------------|-----------|
| Trabalha na produção somente na propriedade | 74,7 | 56 |
| Trabalha parte na propriedade e parte fora | 13,4 | 10 |
| Trabalha na produção e doméstico na propriedade | 9,3 | 7 |
| Trabalho doméstico em tempo integral | 1,3 | 1 |
| Trabalha fora em tempo integral | 1,3 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 49: Tamanho da área utilizada para a produção nos lotes do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Área utilizada em ha | % | N° abs. |
|----------------------|--------------|-----------|
| De 1 a 5 ha | 25,4 | 19 |
| De 6 a 10 ha | 56,0 | 42 |
| De 11 a 15 ha | 7,9 | 6 |
| De 16 a 20 ha | 1,3 | 1 |
| De 20 a 25 ha | 2,7 | 2 |
| Mais de 25 ha | 1,3 | 1 |
| Não informou | 5,3 | 4 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 50: Controle sobre a produção e comercialização do último ano agrícola nos lotes do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Controle | Gastos de produção | | Receita com a produção | | Dividas | | Planejamento de produção | |
|--------------|--------------------|-----------|------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------------------|-----------|
| | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. |
| Sim | 41,3 | 31 | 69,3 | 52 | 50,7 | 38 | 74,7 | 56 |
| Não | 52,0 | 39 | 24,0 | 18 | 48,0 | 36 | 22,6 | 17 |
| Não informou | 6,7 | 5 | 6,7 | 5 | 1,3 | 1 | 2,7 | 2 |
| Total | 100,0 | 75 | 100,0 | 75 | 100,0 | 75 | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA.

Tabela 51: Responsável pelas tomadas de decisões sobre as atividades produtivas das famílias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Responsável | Produção | | Comercialização | | Crédito | |
|------------------------|--------------|-----------|-----------------|-----------|--------------|-----------|
| | % | N° abs. | % | N° abs. | % | N° abs. |
| Homem | 66,7 | 50 | 68,0 | 51 | 70,7 | 53 |
| Casal | 21,4 | 16 | 20,1 | 15 | 16,0 | 12 |
| Mulher | 8,0 | 6 | 8,0 | 6 | 12,0 | 9 |
| Filhos | 1,3 | 1 | 1,3 | 1 | -- | -- |
| Outras pessoas de fora | 1,3 | 1 | 1,3 | 1 | 1,3 | 1 |
| Não informou | 1,3 | 1 | 1,3 | 1 | -- | -- |
| Total | 100,0 | 75 | 100,0 | 75 | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA.

Tabela 52: Ocorrência de algum tipo de registro sobre o que compra e vende da produção pelas famílias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Freqüência | % | N° abs. |
|------------------|--------------|-----------|
| Sempre | 49,3 | 37 |
| Eventualmente | 42,7 | 32 |
| Não faz registro | 8,0 | 6 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA.

Tabela 53: Tipo de registros sobre o que compra e vende da produção feito pelas famílias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Tipo de Registro | % | |
|------------------------------------|--------------|-----------|
| Bloco do produtor rural | 52,0 | 38 |
| Bloco/guarda recibos | 22,7 | 17 |
| Bloco/guarda recibos/faz anotações | 16,0 | 12 |
| Guarda os recibos e notas em pasta | 1,3 | 1 |
| Não faz registro | 8,0 | 7 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 54: Produção do último ano agrícola no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Produção agrícola | % | N° abs. |
|--|--------------|----------------|
| Feijão/milho/mandioca/batata doce | 20,8 | 15 |
| Feijão/milho/mandioca | 12,9 | 11 |
| Feijão/milho | 8,2 | 6 |
| Milho | 8,2 | 6 |
| Feijão/milho/mandioca/batata doce/amendoim | 8,2 | 6 |
| Feijão/milho/batata doce | 6,7 | 5 |
| Feijão/milho/batata doce/amendoim | 5,8 | 4 |
| Milho/mandioca/batata doce | 5,3 | 4 |
| Milho/mandioca | 2,7 | 2 |
| Feijão/milho/mandioca/amendoim | 2,7 | 2 |
| Feijão/milho/mandioca/batata/batata doce | 2,7 | 2 |
| Feijão/milho/mandioca/batata/batata-doce/amendoim | 2,7 | 2 |
| Feijão/milho/mandioca/cana de açúcar/batata doce | 2,7 | 2 |
| Feijão/arroz/milho/soja/batata doce | 1,3 | 1 |
| Feijão/mandioca/batata doce | 1,3 | 1 |
| Feijão/mandioca/pipoca | 1,3 | 1 |
| Feijão/milho/batata/batata doce | 1,3 | 1 |
| Feijão/milho/mandioca/batata-doce | 1,3 | 1 |
| Feijão/milho/mandioca/cana de açúcar/batata doce/amendoim | 1,3 | 1 |
| Feijão/milho/soja/mandioca/batata doce/amendoim | 1,3 | 1 |
| Milho/mandioca/batata/cana de açúcar/batata doce/amendoim/mamona | 1,3 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 55: Destino dado pelas famílias à produção do último ano agrícola no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Destino | % | N° abs. |
|---------------------------|--------------|----------------|
| Consumo familiar | 73,3 | 55 |
| Comercialização e consumo | 14,7 | 11 |
| Não produz | 8,0 | 6 |
| Não informou | 4,0 | 3 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 56: Produção de olerícola do último ano agrícola no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Olerícolas | % | N° abs. |
|-----------------------------|--------------|----------------|
| Diversificado ⁷⁴ | 72,9 | 54 |
| Não produziu | 15,1 | 12 |
| Abobora/melancia | 8,0 | 6 |
| Abóbora | 4,0 | 3 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 57: Destino dado pelas famílias à produção de olerícolas do último ano agrícola no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Destino | % | N° abs. |
|---------------------------|--------------|----------------|
| Consumo familiar | 72,9 | 54 |
| Comercialização e consumo | 12,0 | 9 |
| Não produz | 15,1 | 12 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

⁷⁴ Alface, beterraba, cebola, cenoura, couve, salsa, alho, rúcula, abobora, pepino, melancia e etc.

Tabela 58: Produção de frutíferas do último ano agrícola no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Frutíferas | % | N° abs. |
|---|--------------|----------------|
| Não produziu | 30,9 | 24 |
| Diversificado ⁷⁵ | 29,9 | 22 |
| Pêssego/limão | 6,7 | 5 |
| Pêssego | 6,7 | 5 |
| Figo | 4,0 | 3 |
| Laranja | 4,0 | 3 |
| Laranja/limão/tangerina | 4,0 | 3 |
| Laranja/pêssego/limão/tangerina | 4,0 | 3 |
| Laranja/pêssego/limão/tangerina/pitanga | 2,8 | 2 |
| Amora | 2,8 | 2 |
| Laranja/limão | 2,8 | 2 |
| Não informou | 1,4 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 59: Destino dado pelas famílias à produção de frutíferas do último ano agrícola no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Destino | % | N° abs. |
|---------------------------|--------------|----------------|
| Consumo familiar | 62,7 | 47 |
| Comercialização e consumo | 2,7 | 2 |
| Não produz | 30,9 | 23 |
| Não informou | 3,7 | 3 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

⁷⁵ Goiaba, laranja, pêssego, maçã, caqui, figo, limão, tangerina, nectarina, uva e etc.

Tabela 60: Existência de reflorestamento no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Reflorestamento | % | N° abs. |
|-------------------------------|--------------|----------------|
| Não plantou | 24,0 | 18 |
| Acácia/eucalipto | 39,9 | 30 |
| Eucalipto | 29,4 | 22 |
| Acácia | 4,1 | 3 |
| Acácia/eucalipto/uva do Japão | 1,3 | 1 |
| Não informou | 1,3 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 61: Destino dado pelas famílias ao reflorestamento no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Destino | % | N° abs. |
|------------------|--------------|----------------|
| Consumo familiar | 74,7 | 56 |
| Não produz | 24,0 | 18 |
| Não informou | 1,3 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 62: Comparação entre a área plantada no último ano agrícola e os anos anteriores no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Área plantada | % | N° abs. |
|----------------------|--------------|----------------|
| Manteve-se a mesma | 50,7 | 38 |
| Aumentou | 36,0 | 27 |
| Reduziu | 12,0 | 9 |
| Não informou | 1,3 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA.

Tabela 63: Animais para produção e tração no Santa Alice – Herval/RS, em %.

| Número de cabeças | Touros/ reprod. | Vacas/ matriz | Bois | Novilhos | Terneiros | Frango corte | Galinha caipira | Suínos | Ovinos | Eqüinos tração |
|---------------------|--------------------|------------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|--------------------|--------------|--------------|-------------------|
| De 1 a 5 | 45,3 | 30,7 | 64,0 | 53,3 | 50,6 | 93,4 | 9,3 | 28,0 | 90,7 | 86,7 |
| De 6 a 10 | 2,7 | 52,0 | -- | 24,0 | 24,0 | 2,7 | 12,0 | 28,0 | 8,0 | 13,3 |
| De 11 a 15 | -- | -- | -- | 2,7 | 1,3 | -- | 9,3 | 1,3 | -- | -- |
| De 16 a 20 | -- | -- | -- | 1,3 | 1,3 | -- | 12,0 | -- | 1,3 | -- |
| De 21 a 25 | -- | -- | -- | -- | -- | 1,3 | -- | -- | -- | -- |
| De 26 a 30 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 22,7 | -- | -- | -- |
| De 31 a 35 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| De 36 a 40 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 12,0 | 1,3 | -- | -- |
| De 41 a 45 | -- | 1,3 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| De 46 a 50 | -- | -- | -- | -- | -- | 1,3 | 6,7 | -- | -- | -- |
| De 51 a 60 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 16,0 | -- | -- | -- |
| Mais de 60 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Não tem | 52,0 | 16,0 | 34,7 | 18,7 | 22,8 | -- | -- | 41,4 | -- | -- |
| Não sabe | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Não informou | -- | -- | 1,3 | -- | -- | 1,3 | -- | -- | -- | -- |
| Total N° abs | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 64: Destino dado pelas famílias a produção animal no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Destino | % | N° abs. |
|------------------------------------|--------------|----------------|
| Consumo familiar e comercialização | 69,4 | 52 |
| Consumo familiar | 22,7 | 17 |
| Comercialização | 1,3 | 1 |
| Não produz | 5,3 | 4 |
| Não informou | 1,3 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 65: Destino dado a produção anual no Santa Alice – Herval/RS, em %.

| Destino | Leite | ovos | Mel | Peixe | Caça | Queijo | Salame |
|------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| Comercialização | 2,7 | -- | 4,0 | -- | -- | 1,3 | -- |
| Consumo familiar | 26,7 | 49,3 | 21,3 | 1,3 | -- | 20,0 | 9,4 |
| Comercialização e consumo familiar | 37,3 | 32,0 | 18,7 | -- | -- | 14,7 | -- |
| Não produz | 30,6 | 14,7 | 53,3 | 97,4 | 98,7 | 62,7 | 88,0 |
| Não sabe informar | 2,7 | 1,3 | -- | -- | -- | -- | -- |
| Não informou | -- | 2,7 | 2,7 | 1,3 | 1,3 | 1,3 | 2,6 |
| Total N° abs. | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

• **INFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA**

Tabela 66: Benfeitorias produtivas no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Benfeitorias | Sim | | Não | | Não informou | | Total | |
|--------------------|------|---------|------|---------|--------------|---------|---------|-------|
| | % | Nº abs. | % | Nº abs. | % | Nº abs. | Nº abs. | % |
| Açudes | 54,7 | 41 | 44,0 | 33 | 1,3 | 1 | 75 | 100,0 |
| Aviários | 1,3 | 1 | 97,4 | 73 | 1,3 | 1 | 75 | 100,0 |
| Estábulo | 2,7 | 2 | 96,0 | 72 | 1,3 | 1 | 75 | 100,0 |
| Estufa plástica | 1,3 | 1 | 97,4 | 73 | 1,3 | 1 | 75 | 100,0 |
| Estufa de fumo | 1,3 | 1 | 97,4 | 73 | 1,3 | 1 | 75 | 100,0 |
| Galinheiro | 30,7 | 23 | 68,0 | 51 | 1,3 | 1 | 75 | 100,0 |
| Galpão | 48,0 | 36 | 50,7 | 38 | 1,3 | 1 | 75 | 100,0 |
| Pocilga | 45,3 | 34 | 53,4 | 40 | 1,3 | 1 | 75 | 100,0 |
| Poço artesiano | -- | -- | 98,7 | 74 | 1,3 | 1 | 75 | 100,0 |
| Secador leite fixo | -- | -- | 98,7 | 74 | 1,3 | 1 | 75 | 100,0 |
| Silo | 2,7 | 2 | 96,0 | 72 | 1,3 | 1 | 75 | 100,0 |
| Cerca | 96,0 | 72 | 4,0 | 3 | -- | -- | 75 | 100,0 |
| Paíol | 16,0 | 12 | 84,0 | 63 | -- | -- | 75 | 100,0 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

PERFIL SOCIAL

- **Composição Familiar**

Tabela 67: Composição familiar do Santa Alice – Herval/RS, por lote e em % e números absolutos.

| Membros da família | % | N° abs. |
|---------------------------------|--------------|----------------|
| Casal e filhos | 45,4 | 34 |
| Só o cadastrado | 30,7 | 23 |
| Casal | 9,4 | 7 |
| Cadastrado e filhos | 5,3 | 4 |
| Cadastrado, filho, nora e netos | 4,0 | 3 |
| Cadastrado, tios e sobrinhos | 1,3 | 1 |
| Casal e mãe | 1,3 | 1 |
| Casal, pais e irmãos | 1,3 | 1 |
| Casal, filhos e netos | 1,3 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

- **Trajetória de vida e trabalho**

Tabela 68: Procedência das famílias assentada no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Procedência | % | N° abs. |
|--------------------|--------------|----------------|
| Rural | 84,0 | 63 |
| Urbana | 16,0 | 12 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 69: Atividade que provinha a maior parte da renda familiar antes do assentamento no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Atividade | % | N° abs. |
|---------------------|--------------|----------------|
| Agricultura | 66,7 | 50 |
| Agropecuária | 21,4 | 16 |
| Serviços domésticos | 5,3 | 4 |
| Comércio | 2,7 | 2 |
| Serviços rurais | 1,3 | 1 |
| Construção civil | 1,3 | 1 |
| Não informou | 1,3 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

2.4 – Habitação

Tabela 70: Número de peças existentes nas moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Quantidade | % | N° abs. |
|--------------------|--------------|----------------|
| Uma | 1,3 | 1 |
| Duas | 1,3 | 1 |
| Três | 12,0 | 9 |
| Quatro | 17,3 | 13 |
| Cinco | 22,7 | 17 |
| Seis | 18,7 | 14 |
| Sete | 22,7 | 17 |
| Não possui moradia | 2,7 | 2 |
| Não informou | 1,3 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 71: Tipo de material usado na construção das moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Material | % | N° abs. |
|-------------------------|--------------|----------------|
| Tijolo com revestimento | 50,7 | 38 |
| Tijolo sem revestimento | 40,0 | 30 |
| Madeira | 5,3 | 4 |
| Não possui moradia | 2,7 | 2 |
| Não informou | 1,3 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 72: Forma de abastecimento de água nas moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Água | % | N° abs. |
|-----------------|--------------|----------------|
| Encanada | 81,3 | 61 |
| Coleta manual | 14,7 | 11 |
| Não informou | 1,3 | 1 |
| Não tem moradia | 2,7 | 2 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 73: Tipo de instalações sanitárias nas moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Banheiro | % | N° abs. |
|-----------------|--------------|----------------|
| Completo | 74,7 | 56 |
| Incompleto | 13,3 | 10 |
| Nenhuma | 6,7 | 5 |
| Casinha | 1,3 | 1 |
| Não informou | 1,3 | 1 |
| Não tem moradia | 2,7 | 2 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 74: Qualidade do abastecimento de energia elétrica nas moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Energia elétrica | % | Nº abs. |
|--|--------------|----------------|
| Disponível ano todo adequado as atividades do lote | 80,0 | 60 |
| Não possui | 9,3 | 7 |
| Disponível em períodos intermitente com baixa potencia | 6,7 | 5 |
| Não informou | 1,3 | 1 |
| Não tem moradia | 2,7 | 2 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 75: Principal forma de tratamento de dejetos humanos das moradias do Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Esgoto | % | Nº abs. |
|------------------|--------------|----------------|
| Rede de esgoto | 72,0 | 54 |
| Sem tratamento | 14,7 | 11 |
| Fossa incompleta | 5,3 | 4 |
| Fossa simples | 4,0 | 3 |
| Não informou | 1,3 | 1 |
| Não tem moradia | 2,7 | 2 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

- **Saúde**

Tabela 76: Problemas de saúde enfrentados pela família no último ano no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Doença | % | N° abs. |
|----------------------|--------------|----------------|
| Não teve problemas | 54,8 | 41 |
| Coração | 9,4 | 7 |
| Não sabe especificar | 8,0 | 6 |
| Pressão alta | 8,0 | 6 |
| Coluna | 4,0 | 3 |
| Pneumonia | 2,8 | 2 |
| Labirintite | 1,3 | 1 |
| Mental | 1,3 | 1 |
| Coluna/hérnia | 1,3 | 1 |
| Problema nos ossos | 1,3 | 1 |
| Reumatismo | 1,3 | 1 |
| úlcera | 1,3 | 1 |
| Visão | 1,3 | 1 |
| Bronquite | 1,3 | 1 |
| Diabetes | 1,3 | 1 |
| Gastrite | 1,3 | 1 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 77: Atitude tomada para solucionar o problema de saúde no último ano no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Doença | % | N° abs. |
|--|--------------|----------------|
| Não teve problemas | 54,8 | 41 |
| Procurou atendimento em serviço de saúde | 37,0 | 28 |
| Procurou diretamente a farmácia | 1,3 | 1 |
| Procurou pessoas conhecida | 1,3 | 1 |
| Tratou por conta própria | 1,3 | 1 |
| Procurou curandeiro/rezadeira | 1,3 | 1 |
| Usou remédio caseiro | 3,0 | 2 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Tabela 78: Motivos pelos quais o doente não procurou o serviço de saúde pública, em % e números absolutos.

| Motivos | % | N° abs. |
|--|--------------|----------------|
| Não achou necessário | 16,7 | 12 |
| Não tem serviço de saúde no local | 16,7 | 12 |
| É difícil conseguir atendimento no sistema de saúde | 16,7 | 12 |
| Atendimento distante da casa/dificuldade de transporte | 16,7 | 12 |
| Não informou | 33,2 | 27 |
| Total | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de saída/setembro a novembro de 2006- INCRA

Perfil do cadastrado e seu cônjuge

Tabela 79: Condição de ocupação do cadastrado antes de ser assentado no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Ocupação | Cadastrado | | Cônjuge | |
|---------------------------------|--------------|-----------|--------------|-----------|
| | % | Nº abs. | % | Nº abs. |
| Trabalhava por conta própria | 42,6 | 32 | 30,6 | 23 |
| Trabalhava em parceria/rendeiro | 32,0 | 24 | 8,0 | 6 |
| Trabalhava com empregado | 22,7 | 17 | 10,7 | 8 |
| Não trabalhava | 2,7 | 2 | 1,3 | 1 |
| Não existe cônjuge | -- | -- | 41,4 | 31 |
| Não informou | -- | -- | 8,0 | 6 |
| Total | 100,0 | 75 | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Tabela 80: Escolaridade do cadastrado e de seu cônjuge no Santa Alice – Herval/RS, em % e números absolutos.

| Escolaridade | Cadastrado | | Cônjuge | |
|--------------------------|--------------|-----------|--------------|-----------|
| | % | Nº abs. | % | Nº abs. |
| Analfabeto | 10,6 | 8 | 6,6 | 5 |
| 1º a 3º série do 1º grau | 34,7 | 26 | 17,3 | 13 |
| 4º a 6º série do 1º grau | 42,7 | 32 | 29,4 | 22 |
| 1º grau completo | 6,7 | 5 | 4,0 | 3 |
| 2º grau incompleto | 4,0 | 3 | 1,3 | 1 |
| 2º grau completo | -- | -- | -- | -- |
| Superior incompleto | -- | -- | -- | -- |
| Superior completo | 1,3 | 1 | -- | -- |
| Não existe cônjuge | -- | -- | 41,4 | 31 |
| Total | 100,0 | 75 | 100,0 | 75 |

Fonte: Perfil de entrada/janeiro e fevereiro de 2003- INCRA.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)